

TRIBUNAL DO REGIONAL DO TRABALHO
DA 22ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Teresina-PI

2016

Sumário

TÍTULO I	4
COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	4
TÍTULO II	5
COMPOSIÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA	5
TÍTULO III	7
COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA (BIÊNIO 2015-2016)	7
TÍTULO IV	9
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL	9
TÍTULO V	13
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA	13
TÍTULO VI	25
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	25
TÍTULO VII	28
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	28
TÍTULO VIII	30
ASSESSORIA JUDICIAL DA PRESIDÊNCIA	30
TÍTULO IX	31
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	31
TÍTULO X	40
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA	40
TÍTULO XI	48
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA	48
TÍTULO XII	95
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA	95
TÍTULO XIII	100
COORDENADORIA DO TRIBUNAL PLENO	100
TÍTULO XIV	101
COORDENADORIA DAS TURMAS	101
TÍTULO XV	102
COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL	102
TÍTULO XVI	104
SEÇÃO DE ARQUIVO GERAL	104
TÍTULO XVII	109

DIRETORIA-GERAL	109
TÍTULO XVIII.....	120
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	120
TÍTULO XIX.....	142
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA	142
TÍTULO XX.....	144
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	144
TÍTULO XXI.....	151
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	151
TÍTULO XXII.....	156
COORDENADORIA DE GESTÃO DE OBRAS.....	156
TÍTULO XXIII.....	159
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	159
TÍTULO XXIV	165
VICE-PRESIDÊNCIA.....	165
TÍTULO XXV	166
SECRETARIA DA CORREGEDORIA.....	166
TÍTULO XXVI	178
OUVIDORIA DO TRT22.....	178
TÍTULO XXVII.....	184
ESCOLA JUDICIAL.....	184

TÍTULO I
COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL
(ordenada por antiguidade)

Desembargador WELLINGTON JIM BOAVISTA

Desembargador FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA

Desembargador FAUSTO LUSTOSA NETO

Desembargadora ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS

Desembargadora LIANA CHAIB

Desembargador ARNALDO BOSON PAES

Desembargador MANOEL EDILSON CARDOSO

Desembargador GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO

TÍTULO II
COMPOSIÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA

JUÍZES TITULARES DAS VARAS DO TRABALHO

THANIA MARIA BASTOS LIMA FERRO

1ª Vara do Trabalho de Teresina

LIANA FERRAZ DE CARVALO

2ª Vara do Trabalho de Teresina

TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA

3ª Vara do Trabalho

BASILIÇA ALVES DA SILVA

4ª Vara do Trabalho de Teresina

JOSÉ CARLOS VILANOVA OLIVEIRA

Vara do Trabalho de Parnaíba

FRANCÍLIO BIBIO TRINDADE DE CARVALHO

Vara do Trabalho de Piripiri

JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

Vara do Trabalho de Floriano

FERDINAND GOMES DOS SANTOS

Vara do Trabalho de Picos

CARLOS WAGNER ARAÚJO NERY DA CRUZ

Vara do Trabalho de Oeiras

ALBA CRISTINA DA SILVA

Vara do Trabalho de Valença do Piauí

THIAGO SPODE

Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato

KELLY CARDOSO DA SILVA

Vara do Trabalho de Bom Jesus

GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS

Vara do Trabalho de Uruçuí

DELANO SERRA COELHO

Vara do Trabalho de Corrente

JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS (lista por antiguidade)

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

SYLVIA HELENA NUNES MIRANDA

DANIELA MARTINS SOARES BARBOSA

ADRIANO CRAVEIRO NEVES

NARA ZOÉ FURTADO GOMES

BENEDITA GUERRA CAVALCANTE

REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO

ANA LYGYAN DE SOUSA LUSTOSA FORTES DO RÊGO

LUCIANE RIDRIGUES DO REGO MONTEIRO SOBRAL

ELISABETH RODRIGUES

MARIANA SIQUEIRA PRADO

JOÃO HENRIQUE GAYOSO E ALMENDRA NETO

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

LUIS FORTES DO REGO JÚNIOR

FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO

TÍTULO III

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA (BIÊNIO 2015-2016)

ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS

Desembargadora-Presidente

MANOEL EDILSON CARDOSO

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional

FRANCIJONE SOUA COSTA DE OLIVEIRA

Secretário-Geral da Presidência

ADÃO ALVES DOS SANTOS

Diretor-Geral

REGINALDO FARIAS DIAS

Assessor Administrativo

RAIMUNDO SARAIVA DE MORAES FILHO

Assessor Jurídico

MARIA ELEMIR DE CARVALHO GONÇALVES

Assessora Judicial

JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA FILHO

Assessor de Comunicação Social

FLÁVIA SILVANA TAVARES BRAGA

Coordenadora de Turmas do Tribunal

LIA RAQUEL ALVES DA COSTA

Coordenadora do Tribunal Pleno

SERGIO GONÇALVES DO REGO MOTTA

Secretário da Corregedoria

RAIMUNDO DE CERQUEIRA GOMES

Secretário- Geral Judiciário

RODRIGO PIZZATTO

Coordenador de Controle Interno

MARIA IVANIDE DE OLIVEIRA

Coordenadora de Serviços Gerais

ANCHIETA ARAÚJO MARQUES

Coordenador de Tecnologia de Informação

DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA

Coordenador de Material e Logística

ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO

Coordenador de Orçamento e Finanças

JUSTINO BARBOSA NETO

Coordenador de Gestão de Pessoas

RONILDO FONTENELE DE MENESES

Secretário-Executivo da Escola Judicial

TÍTULO IV

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL

1. **Tribunal Pleno**
2. **Turmas de Julgamento**
3. **Presidência**
 - 3.1. Secretaria-Geral da Presidência - SGP
 - 3.1.1. Assessoria Administrativa - ASSAD
 - 3.1.2. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
 - 3.1.2.1. Seção de Editoria e Imprensa
 - 3.1.2.2. Setor de Comunicação Interna e Institucional
 - 3.1.3. Assessoria Judicial - ASSEJUD
 - 3.1.4. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC
 - 3.1.4.1. Seção de Sistemas Administrativos - SSA
 - 3.1.4.2. Seção de Sistemas Judiciais - SSJ
 - 3.1.4.3. Seção de Infraestrutura de TIC - SITIC
 - 3.1.4.3.1. Subseção Central de Serviços de TIC
 - 3.1.4.3.2. Subseção de Manutenção de TIC
 - 3.1.4.4. Seção de Governança de TIC - SGTIC
 - 3.1.4.5. Seção de Segurança da Informação - SSI
 - 3.1.5. Seção de Documentação e Biblioteca - SDB
 - 3.1.6. Seção de Estatística e Gestão Estratégica - SEGE
 - 3.1.6.1. Subseção Escritório de Projetos - SEP
 - 3.1.6.2. Unidade Socioambiental
 - 3.1.7. Seção de Segurança, Inteligência e Transporte - SSIT
 - 3.1.7.1. Subseção de Inteligência
 - 3.2. Secretaria-Geral Judiciária - SGJ
 - 3.2.1. Coordenadoria do Tribunal Pleno - CTP
 - 3.2.1.1. Seção de Acórdãos e Jurisprudência - SACJ
 - 3.2.1.2. Setor de Suporte ao Tribunal Pleno - SSTP
 - 3.2.2. Coordenadoria das Turmas - CT
 - 3.2.2.1. Seção de Suporte a 1ª Turma - SS1T
 - 3.2.2.2. Seção de Suporte a 2ª Turma - SS2T

- 3.2.3. Coordenadoria de Cadastramento Processual - CCP
 - 3.2.3.1. Seção de Arquivo Geral - SARQ
 - 3.2.3.2. Seção de Protocolo e Distribuição - SPD
- 3.2.4. Seção de Cálculo Judicial - SCJ
- 3.2.5. Seção de Precatórios - SPREC
- 3.2.6. Seção de Recursos - SREC
- 3.2.7. Subseção de Atendimento ao Público - SBAP
- 3.3. Diretoria-Geral de Administração - DGA
 - 3.3.1. Assessoria Jurídica - ASSEJUR
 - 3.3.2. Comissão Permanente de Licitação - CPL
 - 3.3.3. Seção de Contratos e Convênios - SCC
 - 3.3.4. Seção de Licitação
 - 3.3.5. Secretaria de Gestão de Obras e Serviços Gerais - SGOSG
 - 3.3.5.1. Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG
 - 3.3.5.1.1. Seção de Manutenção Geral
 - 3.3.5.1.2. Subseção de Manutenção de Equipamentos
 - 3.3.5.1.3. Subseção de Manutenção de Prédios
 - 3.3.5.1.4. Subseção de Zeladoria
 - 3.3.5.2. Seção de Engenharia - SENG
 - 3.3.6. Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP
 - 3.3.6.1. Seção de Benefícios e Programas Assistenciais - SBPA
 - 3.3.6.1.1. Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica - SAMPO
 - 3.3.6.2. Seção de Cadastro, Frequência e Tempo de Serviço - SCFTS
 - 3.3.6.3. Seção de Desenvolvimento de Pessoas - SDP
 - 3.3.6.4. Seção de Legislação - SELE
 - 3.3.6.5. Seção de Magistrados, Inativos e Pensionistas - SMIP
 - 3.3.7. Coordenadoria de Material e Logística - CML
 - 3.3.7.1. Seção de Almoxarifado - SALM
 - 3.3.7.2. Seção de Compras, Cadastro e Apoio à Licitações - SCOM
 - 3.3.7.3. Seção de Registro Patrimonial - SREP
 - 3.3.8. Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN
 - 3.3.8.1. Seção de Contabilidade Analítica - SCAN
 - 3.3.8.2. Seção de Controle de Saldo e Registro no SIAFI - SCRF

- 3.3.8.3. Seção de Empenho e Programação - SEPO
- 3.3.8.4. Seção de Gestão Fiscal e Tomada de Contas - SGFTC
- 3.3.8.5. Seção de Pagamento de Bens e Serviços - SPBS
- 3.3.8.6. Seção de Pagamento de Pessoal - SPP
- 3.4. Coordenadoria de Controle Interno - CCI
- 3.4.1. Seção de Controle de Gestão Administrativa e Financeira - SCGAF
- 3.4.2. Seção de Controle de Gestão de Pessoal - SCGP
- 4. Vice-Presidência**
- 5. Corregedoria Regional - CR**
- 5.1. Secretaria da Corregedoria - SECOR
- 6. Ouvidoria Regional - OR**
- 7. Escola Judicial - EJUD22**
- 7.1. Diretoria
- 7.2. Vice-Diretoria
- 7.3. Conselho Consultivo
- 7.4. Coordenação Pedagógica
- 7.5. Coordenação em EAD
- 7.6. Secretaria Executiva
- 7.7. Serviço de Formação e Aperfeiçoamento:
 - 7.7.1. Núcleo de Preparação e Formação de Magistrados
 - 7.7.2. Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores
- 7.8. Seção de Capacitação de Magistrados e Servidores
- 8. Desembargadores e seus Gabinetes**
- 9. Comissões Permanentes**
- 10. Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP**
- 11. Fórum Trabalhista**
- 12. Varas do Trabalho**
- 12.1. Secretarias das Varas do Trabalho
- 12.2. Gabinetes dos Juízes
- 13. Coordenadoria Geral de Núcleos**
- 13.1. Central de Alienações Judiciais - Central de Leilão
- 13.2. Central de Itinerância e Cidadania - CIC
- 13.3. Central de Mandados de Teresina
- 13.4. Núcleo de Apoio a Execução - NUAPE

13.5. Núcleo de Pesquisa Patrimonial - NPP

13.6. Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos -
Núcleo de Conciliação

TÍTULO V

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência tem por finalidade assessorar o Presidente no desempenho de suas atribuições, além de organizar e coordenar as atividades administrativas, judiciais e de representação vinculadas à Presidência.

Neste sentido, todas as atividades de planejamento, coordenação, orientação, direção e controle das atividades que atendem ao Presidente no desempenho de suas funções, são executadas por esta Secretaria, destacando-se, no ano de 2016, as seguintes atividades:

- Controle da agenda do Presidente;
- Recebimento, protocolo, autuação, processamento e encaminhamento dos documentos destinados à Presidência;
- Elaboração e conferência de expedientes, memorandos, despachos, ofícios, cartões, a serem submetidos à assinatura do Presidente, promovendo a publicação dos atos no Órgão Oficial, quando necessário;
- Encaminhamento, ao Presidente, de expedientes e processos sujeitos à sua deliberação, assessorando-o, quando solicitado;
- Encaminhamento e autuação de matérias administrativas;
- Elaboração e controle de portarias e atos que digam respeito aos magistrados, servidores e questões relacionadas ao Tribunal e enviados para publicação no DEJT;
- Confecção de minutas de despachos para serem assinados pelo Presidente (atividade desempenhada em conjunto com a Assessoria Administrativa);
- Apresentação de proposições de alterações do Regimento Interno e de Resoluções Administrativas;
- Compra de passagens aéreas dos magistrados e servidores;
- Organização e execução dos serviços de cerimonial;
- Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT das portarias e atos da presidência, bem como dos demais normativos administrativos da Coordenadoria do Tribunal Pleno, da Coordenadoria das Turmas e da Diretoria-Geral de Administração;

- Disponibilização dos normativos editados pela Presidência (portarias e atos) no sítio eletrônico do Regional;
- Coordenação e/ou acompanhamento dos eventos promovidos pelo TRT;
- Organização do Calendário da Justiça Itinerante;
- Organização e encaminhamento à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da escala de férias dos servidores lotados na Secretaria-Geral da Presidência;
- Controle do ponto eletrônico dos servidores subordinados a SGP, Assessoria Administrativa e SEGE;
- Elaboração de respostas às intimações eletrônicas do Conselho Nacional de Justiça (PJE-CNJ).

DEMONSTRATIVO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ELABORADOS

PORTARIAS – GP	346
ATOS – GP	115
OFÍCIOS – GP	515
OFÍCIOS – SGP	14
OFÍCIO CIRCULAR GP	02
OFÍCIO CIRCULAR SGP	00
MEMORANDOS – GP	39
MEMORANDOS – SGP	114
MEMORANDOS CIRCULARES – GP	18
MEMORANDOS CIRCULARES – SGP	77

ATOS NORMATIVOS EXPEDIDOS PELA PRESIDÊNCIA

Ato GP Nº 01/2016 - Fixa, para efeito de pagamento de diárias aos magistrados, servidores e colaboradores eventuais, os níveis e valores correspondentes constantes da tabela.

Ato GP Nº 02/2016 - Concede aposentaria voluntária com proventos integrais à Juíza do Trabalho Loisima Barbosa Bacelar Miranda Schiess.

Ato GP Nº 03/2016 - Cria o Comitê Gestor Regional do Sistema SIGEO-JT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª REGIÃO.

Ato GP Nº 04/2016 - Convoca a 1ª Sessão Administrativa para o dia 25 de Janeiro de 2016, às 10hs.

Ato GP Nº 05/2016 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta corte para o dia 25 de Janeiro de 2016 (segunda-feira), às 09h.

Ato GP Nº 06/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 28 de Janeiro de 2016 (quinta-feira), às 09h.

Ato GP Nº 07/2016 - Suspende os prazos processuais na Vara do Trabalho de Corrente e São Raimundo Nonato no período de 18 a 20 de janeiro de 2016.

Ato GP Nº 08/2016 - Suspende os prazos processuais na Vara do Trabalho de Bom Jesus no período de 18 à 21 de janeiro de 2016.

Ato GP Nº 09/2016 - Torna público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2015, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o Ato.

Ato GP Nº 10/2016 - Dispõe sobre o horário de funcionamento do Tribunal no dia 10 de fevereiro de 2016, quarta-feira de cinzas.

Ato GP Nº 11/2016 - Torna público a lista de veículos oficiais utilizados neste Tribunal, na forma do Anexo deste Ato.

Ato GP Nº 12/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 2ª Turma desta Corte para o dia 03 de fevereiro de 2016 (quarta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 13/2016 - Suspende as atividades da Justiça Itinerante da Central de Itinerância e Cidadania (CIC) da 22ª Região e das Varas do Trabalho do Interior previstas para o primeiro semestre de 2016. Estabelece que as audiências nas Reclamações Trabalhistas já recebidas pela Central de Itinerância e Cidadania (CIC) em 2016 sejam realizadas em Teresina. (Prorrogado, até 31/12/2016, o prazo de vigência do presente Ato, nos termos do art. 4º do Ato GP nº 18/2016)

Ato GP Nº 14/2016 - Convoca a 2ª Sessão Administrativa para o dia 16 de fevereiro de 2016, às 10:30h.

Ato GP Nº 15/2016 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 16 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 10:30h.

Ato GP Nº 16/2016 - Revoga a Portaria GP nº 732/2013 e define critérios para homologação de horas-crédito e compensação de horas-débito no sistema de administração do ponto dos servidores.

Ato GP Nº 17/2016 - Altera o Ato GP nº 112/2015 para incluir no calendário de feriados para o exercício de 2016, na Vara do Trabalho de Oeiras, o dia 10.02.2016 (Feriado Religioso). Os prazos que se vencerem nesse dia ficam prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Ato GP Nº 18/2016 - Dispõe sobre as medidas adotadas em busca do equilíbrio orçamentário-financeiro do Regional, em face dos cortes orçamentários da Lei nº 13.255/2016 e da MP nº 711/2016.

Ato GP Nº 19/2016 - Convoca a 3ª Sessão Administrativa para o dia 02 de março de 2016, às 10hs, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 20/2016 - Dispõe sobre a participação dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em eventos externos de capacitação.

Ato GP Nº 21/2016 - Dispõe sobre a participação de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em eventos internos de treinamento e desenvolvimento.

Ato GP Nº 22/2016 - Acrescenta o § 3º ao art. 7º do Ato GP nº 81/2010, que dispõe sobre a regulamentação do PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL (PAMHA) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 23/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de MARÇO e ABRIL de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 24/2016 - Fixa diretrizes para o uso de veículos da frota do TRT em missões por oficiais de justiça lotados em Teresina.

Ato GP Nº 25/2016 - Concede aposentadoria voluntária com proventos integrais, baseada na última remuneração percebida, e paridade total à remuneração dos servidores da ativa de mesma classe e padrão, ao servidor ADÃO ALVES DOS SANTOS, Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal. (APOSTILA GP Nº 01/2016)

Ato GP Nº 26/2016 - Atualiza parâmetros para o pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ aos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP nº 27/2016 - Convoca a 4ª Sessão Administrativa para o dia 16 de março de 2016, às 10hs, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP nº 28/2016 - Autoriza a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação a alterar o sistema APTVirtual de forma a permitir que a numeração processual das novas ações, que porventura ainda necessitem tramitar por esse sistema, se iniciem a partir de 70.000 (setenta mil). Altera, em decorrência da sobreposição numérica entre os processos do PJe e do APTVirtual, a numeração dos processos do sistema APTVirtual, conforme lista anexa.

Ato GP nº 29/2016 - Estabelece, até nova apreciação da matéria pelo Eg. Tribunal Pleno, o horário de funcionamento, atendimento ao público, jornada de trabalho dos servidores e acesso às unidades deste Tribunal.

Ato GP Nº 30/2016 - Altera o Anexo II do Ato GP Nº 125/2014, que dispõe sobre a concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e regulamenta a distribuição de vagas de estágio nas Varas do Trabalho.

Ato GP Nº 31/2016 - Institui Comissão para elaboração do Plano de Trabalho de que trata a Resolução CNJ nº 211/2015. (Comissão encerrada pelo Ato GP nº 18/2017)

Ato GP Nº 32/2016 - Institui o Caderno Administrativo do Diário Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 33/2016 - Convoca a 5ª Sessão Administrativa para o dia 07 de abril de 2016, às 10hs, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 34/2016 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 07 de abril de 2016 (quinta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 35/2016 - Define procedimentos específicos para a alienação de bens móveis no âmbito do TRT da 22ª Região.

Ato GP Nº 36/2016 - Institui a Política e Diretrizes relativas à Cópia de Segurança (backup) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 37/2016 - Institui o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 38/2016 - Institui o Comitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 39/2016 - Convocar a 6ª Sessão Administrativa para o dia 20 de abril de 2016, às 10hs, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 40/2016 - Implanta o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 41/2016 - Convoca a 7ª Sessão Administrativa para o dia 04 de maio de 2016, às 10hs, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 42/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de MAIO e JUNHO de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 43/2016 - Convoca a 8ª Sessão Administrativa para o dia 17 de maio de 2016, às 11:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 44/2016 - Convoca Sessão Solene para o dia 17 de maio de 2016, às 11:30h, na sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, para a Cerimônia de Ratificação de Posse do Excelentíssimo Senhor GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO, no cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 45/2016 - Institui o Sistema Informatizado de Controle de Material e Patrimônio (SCMP) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 46/2016 - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio/2015 a abril/2016, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Ato GP Nº 47/2016 - Convoca a 9ª Sessão Administrativa para o dia 01 de junho de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 48/2016 - Convoca a 10ª Sessão Administrativa para o dia 15 de junho de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 49/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 23 de junho de 2016 (quinta-feira), às 09:00h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 50/2016 - Altera o Ato GP nº 112/2015 para incluir no calendário de feriados para o exercício de 2016, nas Varas do Trabalho de Oeiras e de Picos, o dia 16.08.2016 (terça-feira).

Ato GP Nº 51/2016 - Convoca a 11ª Sessão Administrativa para o dia 29 de junho de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 52/2016 - Revisa O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETIC 2015/2020, na forma do Anexo Único.

Ato GP Nº 53/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 30 de junho de 2016 (quinta-feira), às 09:00h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 54/2016 - Convoca Sessão Administrativa para o dia 01 de julho de 2016, às 10h, na sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, para a solenidade de encerramento da correição e Leitura da Ata, que será conduzida pelo Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral Renato de Lacerda Paiva.

Ato GP Nº 55/2016 - Padroniza o relatório mensal de atividades externas para efeito de pagamento de indenização de transporte.

Ato GP Nº 56/2016 - Regulamenta a realização do inventário físico e a responsabilidade sobre os bens permanentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 57/2016 - Corrige, segundo a variação do IPCA-E do período entre janeiro de 2015 e janeiro de 2016, conforme parágrafo único, art. 5º, da Resolução nº 66/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os honorários periciais fixados pelo Ato GP nº 53/2015.

Ato GP Nº 58/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 2ª Turma desta Corte para o dia 06 de julho de 2016 (quarta-feira), às 09:00h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 59/2016 - Revisa a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 60/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de JULHO e AGOSTO de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 61/2016 - Convoca a 12ª Sessão Administrativa para o dia 13 de julho de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 62/2016 - Torna sem efeito o Ato GP nº 58/2016.

Ato GP Nº 63/2016 - Suspende o atendimento ao público interno e externo na Seção de Arquivo Geral, no período de 11/07 a 29/07/2016.

Ato GP Nº 64/2016 - Mantém, até ulterior deliberação, o pagamento das substituições dos titulares dos cargos em comissão e funções comissionadas elencados na Resolução Administrativa nº 11/2002 e no Ato GP nº 90/2014, alterado

pelo Ato GP nº 05/2015 (CJ-4, CJ-3, CJ-2, FC-5 e FC-4), exceto quanto aos cargos de Assessor de Desembargador.

Ato GP Nº 65/2016 - Suspende os prazos processuais no período de 28 a 31 de julho de 2016, retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 1º de agosto de 2016.

Ato GP Nº 66/2016 - Designa o Exmo. Sr. Juiz Titular TIBÉRIO FREIRE VILAR DA SILVA, para o Plantão Judiciário do dia 31 de julho de 2016.

Ato GP Nº 67/2016 - Determina que os procedimentos para concessão de certificados digitais a magistrados e servidores de primeiro e segundo graus, no âmbito do TRT 22ª Região, obedeçam às disposições contidas na Resolução CSJT nº 164/2016, aprova Manual de Instruções e dá outras providências.

Ato GP Nº 68/2016 - Convoca a Exma. Sr. BASILIÇA ALVES DA SILVA, Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina-PI, para atuar no Tribunal, no período de 08/08/2016 a 30/08/2016.

Ato GP Nº 69/2016 - Convoca Sessão Administrativa para o dia 17 de agosto de 2016, às 10:00h, para tratar da eleição dos novos dirigentes (Presidente e Vice-Presidente/Corregedor) deste Egrégio Regional para o Biênio 2017/2018.

Ato GP Nº 70/2016 - Convoca a 13ª Sessão Administrativa para o dia 17 de agosto de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 71/2016 - Autoriza a liberação no registro de frequência dos servidores lotados nas Varas do Trabalho do interior e que aderirem ao PCMSO, para a entrega de resultados de exames no Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica - SAMPO.

Ato GP Nº 72/2016 - Regulamenta procedimentos para a Semana Nacional de Execução Trabalhista.

Ato GP Nº 73/2016 - Regulamenta a gestão do conteúdo e institui o Comitê Gestor do Portal do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 74/2016 - Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 75/2016 - Define os quantitativos de produtos controlados passíveis de aquisição por este Tribunal e que estão sujeitos à autorização da unidade competente do Exército Brasileiro.

Ato GP Nº 76/2016 - Dispõe sobre o horário de funcionamento da Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato no dia 1º de setembro de 2016.

Ato GP Nº 77/2016 - Dispõe sobre os períodos de férias ofertados pela Administração para o exercício de 2017 e altera os arts. 12 e 17 do Ato GP nº 88/2010, com a redação conferida pelos Atos GP nº 91 e 99/2015.

Ato GP Nº 78/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de SETEMBRO e OUTUBRO de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 79/2016 - Suspende o atendimento ao público externo nas Varas do Trabalho durante a Semana de Formação Continuada, marcada para o período de 12 a 16/09/2016, ressalvados os casos urgentes, e dá outras providências.

Ato GP Nº 80/2016 - Convoca a 14ª Sessão Administrativa para o dia 21 de setembro de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 81/2016 - Autoriza, nas hipóteses elencadas na Resolução CNJ nº 185/2013 e na Resolução CSJT nº 136/2014, o recebimento de documentos e tramitação da ação apenas em meios físicos, em detrimento do uso do sistema processual APT.

Ato GP Nº 82/2016 - Regulamenta os trajes de acesso aos prédios do TRT da 22ª Região.

Ato GP Nº 83/2016 - Convoca a 15ª Sessão Administrativa para o dia 27 de setembro de 2016, às 11:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 84/2016 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 27 de setembro de 2016 (terça-feira), às 10h:30min, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 85/2016 - Torna público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2015 a agosto/2016.

Ato GP Nº 86/2016 - Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGeTIC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Alterado pelo Ato GP nº 05/2017)

Ato GP Nº 87/2016 - Convoca a 16ª Sessão Administrativa para o dia 05 de outubro de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 88/2016 - Dispõe sobre a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como índice de correção monetária de créditos inscritos em precatório.

Ato GP Nº 89/2016 - Convoca a 17ª Sessão Administrativa para o dia 26 de outubro de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 90/2016 - Adota o Manual de Procedimentos Operacionais de Segurança Judiciária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 91/2016 - Convoca Magistrado para atuar em substituição a Desembargador em gozo de férias superiores a 30 (trinta) dias.

Ato GP Nº 92/2016 - Suspende os prazos processuais no dia 27 de outubro de 2016, retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 28 de outubro de 2016.

Ato GP Nº 93/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 94/2016 - Convoca a 18ª Sessão Administrativa para o dia 09 de novembro de 2016, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 95/2016 - Aprova o Plano Anual de Auditoria da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 96/2016 - Convoca a 19ª Sessão Administrativa para o dia 22 de novembro de 2016, às 11:30h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 97/2016 - Suspende os prazos processuais, as audiências e as sessões de julgamento no período de 21 a 25 de agosto de 2017, retomando a contagem pelo tempo que faltava para sua complementação a partir de 28 de agosto de 2017, incluindo-o.

Ato GP Nº 98/2016 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 22 de novembro de 2016 (terça-feira), às 11h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 99/2016 - Convoca Sessão Solene para o dia 02 de dezembro de 2016, às 10h, a realizar-se no Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, a fim de dar posse aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Giorgi Alan

Machado Araújo, no cargo de Presidente, e Arnaldo Boson Paes, no cargo de Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal, para o biênio de 2017/2018.

Ato GP Nº 100/2016 - Convoca a 20ª Sessão Administrativa para o dia 07 de dezembro de 2016, às 10h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 101/2016 - Dá nova redação ao § 4º, art. 7º, do Ato GP nº 81/2010, que dispõe sobre a regulamentação do PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL (PAMHA) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 102/2016 - Convoca a 21ª Sessão Administrativa para o dia 14 de dezembro de 2016, às 10h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

Ato GP Nº 103/2016 - Estabelece os setores do Tribunal que funcionarão em regime de plantão, durante o período de 20 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, e fixa o limite de servidores por unidade.

Ato GP Nº 104/2016 - Estabelece o calendário de feriados para o exercício de 2017.

Ato GP Nº 105/2016 - Autoriza a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC a desabilitar o sistema Carta Precatória Eletrônica no âmbito deste Regional.

Ato GP Nº 106/2016 - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 15 de dezembro de 2016 (quinta-feira), às 09:00h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

Ato GP Nº 107/2016 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de JANEIRO e FEVEREIRO de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 108/2016 - Estabelece os parâmetros gerais para inclusão dos processos físicos e virtuais no módulo Cadastramento da Liquidação e Execução (CLE) do PJe-JT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 109/2016 - Convoca o Juiz do Trabalho Substituto GUSTAVO RIBEIRO MARTINS para atuar como Juiz Auxiliar da Presidência. Este Ato entra em vigor a partir do dia 01/01/2017 e terá seus efeitos cessados com o término do biênio administrativo 2017/2018.

Ato GP Nº 110/2016 - Define políticas e diretrizes para a gestão do Portfólio de Projetos de TIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 111/2016 - Regulamenta a realização de despesa por intermédio de Suprimento de Fundos e o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF no âmbito do TRT da 22ª Região.

Ato GP Nº 112/2016 - Institui o Portfólio de Projetos de TIC no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 113/2016 - Institui o Processo de Planejamento e Gestão da Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (bens e/ou serviços de TIC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 114/2016 - Estabelece o Processo de Gerenciamento de Recuperação de Desastres no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Ato GP Nº 115/2016 - Institui o Plano de Recuperação de Desastres (PRD) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

TÍTULO VI

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

As atribuições da Assessoria Administrativa compreendem atividades de assessoramento à Presidência do Tribunal na seara administrativa compreendendo:

- Despachar com o Presidente do Tribunal;
- Assessorar o Presidente e lhe prestar consultoria jurídica em processos administrativos submetidos à deliberação da Presidência, seja elaborando minuta de decisões ou de votos administrativos;
- Assessorar o Presidente do Tribunal em assuntos de natureza administrativa, elaborando estudos ou propondo regulamentos, medidas e diretrizes a serem implementadas no âmbito do Tribunal;
- Assistir o Presidente do Tribunal no controle interno da legalidade dos atos da administração do Tribunal;
- Elaborar as informações a serem prestadas em mandados de segurança em que o Presidente do Tribunal é apontado como autoridade coatora e que versem sobre matéria administrativa;
- Elaborar as informações solicitadas em virtude de ações e reclamações impetradas junto ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e aos demais órgãos do Poder Judiciário, em que o Presidente figure como autoridade reclamada e que versem sobre matéria administrativa.
- Prestar apoio jurídico-administrativo na elaboração de instrumentos de cooperação ou colaboração a ser mantido entre o Tribunal e entidades públicas ou privadas, cuja competência seja do Presidente do Tribunal;
- Acompanhar as ações e reclamações de interesse do Tribunal que se refiram à área administrativa, que foram impetradas junto ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Tribunal de Contas da União, à Justiça Federal ou à Justiça do Trabalho, mantendo a Presidência informada de sua tramitação;
- Analisar e elaborar despachos e liberações de pagamento nos Processos Administrativos de requisição de pagamento de honorários periciais

deferidos em processos judiciais nos quais foi concedido à parte o benefício da Justiça Gratuita.

Nesse mister, destaca-se a apreciação e confecção de minuta em 357 processos administrativos e a confecção de 01 ofício no ano de 2016, assim distribuídos:

1. Decisões

- Abono de falta: 6
- Adicional de qualificação: 1
- Apuração de Responsabilidade/Servidor:3
- Apuração de Responsabilidade/Empresa:1
- Auditoria Prédio-Sede: 1
- Auxílio Moradia: 1
- Cessão de uso: 1
- Compensação de Horas: 1
- Concessão de GAS: 1
- Convênios: 4
- Descarte de Bens: 1
- Honorários Periciais: 100
- Horário Especial: 1
- Indenização de Férias não Gozadas: 2
- Isenção de Imposto de Renda: 2
- Licença doença da pessoa da família: 104
- Licença paternidade: 2
- Não Retenção de Imposto de Renda - Sociedade de Advgd: 1
- Pagamento de diferença salarial: 4
- Pensão por morte: 2
- Plano de saúde: 3
- Recurso - contrato administrativo: 2
- Recurso - juízo de admissibilidade: 4
- Recurso - processo seletivo - redistribuição: 1
- Reembolso de valores: 1
- Remoção de servidor: 4
- Solicitação de Estagiários: 1
- Substituição de Diretor: 1

2. Despacho de mero expediente: 23

3. Ofícios ao CNJ: 1

4. Voto

- Abono de permanência: 4
- Afastamento por falecimento: 2
- Ajuda de custo: 13
- Aposentadoria: 3
- Auxílio moradia: 5
- Averbação de Tempo de Serviço: 10
- Licença para Atividade Política: 3
- Licença de tratamento de saúde de magistrado: 17
- Licença gestante - magistrada: 1
- Licença paternidade - magistrado: 1
- Licença pessoa doente da família (magistrados): 2
- Promoção magistrado: 2
- Proposições regulamentares: 1
- Redistribuição: 10
- Remoção de magistrado: 3
- Revisão de Aposentadoria: 1

TÍTULO VII
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

NOTÍCIAS PUBLICADAS NO PORTAL DO TRT 22

De janeiro a dezembro de 2016 foram publicadas 298 matérias informativas no portal do TRT/PI, totalizando 88.966 acessos somente a este item do portal, conforme o quadro a seguir:

MÊS	QUANTIDADE DE MATÉRIAS	Nº DE DIAS ÚTEIS	Nº DE ACESSOS
JAN	13	14	5.306
FEV	14	18	4.750
MAR	22	17	6.325
ABR	23	18	5.664
MAI	41	20	13.939
JUN	14	21	4.799
JUL	18	20	3.189
AGO	32	20	11.197
SET	30	21	13.103
OUT	37	20	9.084
NOV	29	21	5.178
DEZ	25	14	6.432
TOTAL	298	254	88.966

QUADRO 01 - MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE DO TRIBUNAL - 2016

REDES SOCIAIS

O TRT 22 dispõe de perfis institucionais no *Twitter* e no *Facebook*.

Pelo *Twitter* foram publicados 197 posts em 2016, a grande maioria com links para matérias do portal do Tribunal. Até 2016, a conta do TRT no *Twitter* (@trt22piaui), acumulou 7.134 seguidores, desde sua criação, em agosto de 2009.

Já no *Facebook*, a página do TRT Piauí tem sido muito visualizada, ampliando, sobremaneira, o alcance das matérias institucionais e de decisões proferidas pela Corte. De janeiro a dezembro, foram publicados 335 posts (contra 203 posts de 2015), que geraram 396.794 visualizações(em 2015 foram 127.246 visualizações).

MÊS	QUANTIDADE VISUALIZAÇÕES	QUANTIDADE DE POSTS
JAN	20.635	11
FEV	24.047	12
MAR	19.963	22
ABR	32.854	25
MAI	51.097	43
JUN	32.898	23
JUL	20.146	23
AGO	41.527	29
SET	45.521	33
OUT	36.791	35
NOV	33.213	44
DEZ	38.180	35
TOTAL	396.794	335

QUADRO 02 - POSTAGENS NO FACEBOOK

Segundo registro obtidos a partir das ferramentas estatísticas do aplicativo, o Facebook do TRT 22 alcança, com 4.700 “curtidas” (seguidores) acumuladas até 2016.

PROJETOS E EVENTOS

Em 2016, a Coordenadoria de Comunicação Social atuou, diretamente, na elaboração de projeto denominado “**Passeio pela Vida**”. Trata-se de passeio ciclístico, envolvendo a população de Teresina, criado com o objetivo de divulgar dois programas institucionais coordenados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT): o Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho. O projeto foi elaborado de acordo com as normas mundialmente consagradas em Gerenciamento de Projetos (PMBOK, PMP), apresentando, inclusive, relatório de cumprimento da execução. Além disso, a CCS atuou na cobertura e divulgação de diversos eventos realizados pelo Tribunal, como seminários, palestras, cursos e capacitação e outros, realizados pela Escola Judicial. As ações de comunicação incluíram, nestes casos, a divulgação prévia dos eventos (por meio do portal do Tribunal e de releases encaminhados à imprensa local), assim como a cobertura durante o evento e produção de material pós-eventos.

TÍTULO VIII
ASSESSORIA JUDICIAL DA PRESIDÊNCIA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2016	TOTAL *
Decisões em processos de competência exclusiva da Presidência do TRT-22ª Região	36
Despachos de Admissibilidade de Recurso de Revista assinados pelo Presidente e Vice-presidente (PJe-JT, Processos Virtual e Físico)	4933
Demais Despachos emitidos pela Presidência (AIRR, Recursos Ordinários em processos de competência Originária, outros despachos)	3144
Despachos emitidos pelo PJe-JT (AIRR, Recursos Ordinários em processos de competência Originária, outros despachos)	2452
Publicações de despachos do apt no D.E.J.T	769
Despachos emitidos pelo Word (Petição Avulsa)	15
Diligências do C. TST	12

* Números extraídos do sistema e-gestão

TÍTULO IX

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SEÇÃO DE GOVERNANÇA DE TI

- Gestão e fiscalização do PA 00480/2012, cujo objeto é a Contratação de Links de Acesso à Rede-JT;
- Gestão e fiscalização do PA 00700/2013, cujo objeto é a Contratação de Links de Acesso à Internet;
- Gestão e fiscalização do PA 0509/2012, cujo objeto é a Contratação suporte e atualização do Banco de Dados Oracle;
- Manutenção da metodologia para gerenciamento de Projetos, Programas e Portifólio na STIC;
- Acompanhamento do desempenho dos projetos em andamento na STIC;
- Apoio ao Comitê de Governança de TIC na identificação, seleção e priorização de projetos;
- Suporte aos servidores da Secretaria de TIC na condução dos seus projetos, bem como na elaboração de Estudos Técnicos e Termos de Referência;
- Suporte na emissão/renovação de certificados digitais para magistrados e servidores;
- Suporte na instalação/configuração de drivers e ferramenta de administração dos certificados digitais;
- Administração do Sistema Malote Digital;
- Apoio na administração da ferramenta antispam Proofpoint;
- Apoio na administração do Expresso22;
- Apoio na administração do Servidor de Arquivos;
- Administração da área Governança de TI, localizada no Portal deste Regional;
- Substituição do Secretário deste setor em seus afastamentos;
- Apoio à subseção de suporte ao usuário de 2º grau;
- Apoio a seção de Segurança de TIC;

- Apoio a seção de Infraestrutura de TIC;
- Participação nas reuniões dos comitês de Gestão e de Governança de TIC;
- Participação no Curso de formação de analistas de processos - módulo 1 - análise e diagnóstico de processos;
- Participação nas palestras: "Como a governança de TIC pode auxiliar no Poder Judiciário", "Ciberspionagem e vulnerabilidades na internet no Brasil" e "a importância da gestão de riscos na adm. pública";
- Participação no curso Mapeamento de Processos Administrativos;
- Participação no VI Seminário Piauiense Trabalho Seguro;
- Participação no Curso Gestão de Compliance - versão 9.4;
- Participação no seminário de Governança e Gestão de riscos nas aquisições;
- Participação no "CONIP Judiciário 2016", realizado nos dias 5 e 6 de novembro, na cidade de Brasília-DF;
- Participação na 2ª Oficina para Construção do Planejamento Estratégico 2015/2020, realizado na Escola Judicial, nos dias 16 e 17-10-2014;
- Reformulação da área de Governança de TIC, no Portal TRT22;
- Manutenção do Catálogo de Serviços de TI.

SEÇÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS

- Manutenção corretiva e/ou preventiva diária no sistema APT 1ª e 2ª instâncias e APT virtual;
- Suporte/Manutenção ao Sistema E-Rec;
- Manutenção dos serviços judiciais do portal do TRT 22;
- Desenvolvimento do Projeto SISCLE (Sistema de Migração dos processos legados ao PJE), com implementação da ferramenta, treinamento aos servidores das Varas, testes e implantação;
- Implementação de ferramenta Web para cadastro das Requisições de pequeno valor - RPV;
- Acompanhamento e suporte ao Sistema de Consulta de Precatórios (SITE);

- Inclusão da informação data e horário de recebimento dos precatórios na Consulta de Precatórios do Site;
- Acompanhamento e suporte ao Sistema E-Jus;
- Acompanhamento e suporte ao sistema Central do Advogado;
- Administração de usuários no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho Nacional - DEJT;
- Manutenção do sistema PJE, no que tange a suporte a servidores e jurisdicionados, bem como implantação das atualizações de versão liberadas pelo TST.

SEÇÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

- Implantação do Sistema e Controle de Material e Patrimônio (SCMP), um dos módulos integrantes do Projeto GAE (Gestão Administrativa Eletrônica) do CSJT;
- Desenvolvimento de ferramenta nos sistemas de Recursos Humanos (SRH) e Folha de Pagamento, para importação das substituições de função de confiança/cargos em comissão cadastradas no Gestore, para agilizar o cadastro das informações e evitar duplicidade de lançamentos;
- Adequação do sistema GestoreWEB às regras de marcação anual de férias para o ano de 2017, elaboradas pela Presidência do TRT 22ª Região;
- Início do projeto de migração do Sistema Ambulatorial, que vai significar mudança de uma plataforma desktop para web, além de integração com o sistema Gestore;
- Disponibilização da Pesquisa de Clima Organizacional 2016;
- Apoio à Secretaria da Corregedoria Regional do TRT 22ª Região na elaboração dos itens de detalhamento do sistema e-Gestão relativos à área administrativa do TRT-PI;
- Elaboração de arquivos e informações para envio à ANAJUSTRA, objetivando elaborar os cálculos da execução do passivo retroativo do índice de 13,23%, conf. Ofício ANAJUSTRA/DF nº 162/2016, de 08 de março de 2016;
- Elaboração de arquivos para envio à ANAJUSTRA, contendo as fichas financeiras dos associados participantes da ação coletiva nº

2007.34.00.041467-0 (reajuste dos 13,23%), conf. Ofício ANAJUSTRA/DF nº 254/2016, de 01 de abril de 2016;

- Elaboração de informações para envio ao CSJT, ref. concessão e pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ);
- Alteração no Sistema de Folha de Pagamento, visando elaboração e envio da base de dados para Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social-RPPS (SIPREV/Atuarial), conf. Ofício nº 509/2016/SPPS/MF, de 30 de junho de 2016;
- Geração de arquivos para envio ao TCU de acordo com o leiaute especificado no Ofício 9942/2016-TCU-SEFIP, de 28 de setembro de 2016, contendo informações a respeito da folha de pagamento ref. ao mês de setembro/2016;
- Desenvolvimento do módulo de desconto de horas-débito no sistema de Folha de Pagamento;
- Atualização do leiaute do relatório “Justiça em Números”, obtido no Sistema de Recursos Humanos (SRH);
- Adaptação do Sistema de Recursos Humanos (SRH) para permitir inclusão das informações ref. ao Adicional de Qualificação para Técnicos Judiciários;
- Implantação no sistema de Folha de Pagamento dos valores retroativos ref. ao aumento do Auxílio-Alimentação (janeiro a março/2016) e Auxílio-Creche (janeiro e fevereiro/2016);
- Adequação do Sistema de Folha de Pagamento para a geração das declarações federais mensais e anuais a que o TRT-PI está obrigado a emitir, onde se incluem a RAIS Anual 2016 (ano-base 2015) e a DIRF Anual 2016 (ano-base 2015);
- Adequação dos comprovantes de rendimentos anuais emitidos pelo sítio de intranet do TRT-PI para se conformar ao novo leiaute exigido pela DIRF 2016 (ano-base 2015);
- Adequação do Sistema de Ponto Eletrônico ao Ato GP 16/2016;
- Elaboração do relatório “Tabela de Lotação de Pessoal” (TLP), conf. art. 15 da Resolução CNJ 219/2016, com leiaute dado pela Resolução CNJ 243/2016, para ser disponibilizado para consulta no sítio de internet do TRT-PI;

- Atualização periódica, no sítio de internet do TRT-PI, dos arquivos para consulta constantes da seção Transparência, de acordo com a Resolução CNJ 102/2009;
- Alterações pontuais diversas em todos os sistemas da área administrativa (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Gestore, Ponto Eletrônico, entre outros), de modo a atender às demandas oriundas de setores do próprio TRT-PI, CSJT e CNJ;
- Suporte on-site, quando necessário, e/ou por telefone, e-mail, comunicador interno Pandion ou acesso remoto, aos usuários dos diversos sistemas da área administrativa.

SEÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 687/2014, relativo a Aquisição de Filtro de Conteúdo Web, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.);
- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 558/2015, relativo a Contratação de atualização da solução de segurança da informação composta pelo software Módulo Risk Manager e plataforma de softwares Microsoft, suporte técnico, treinamento e operação assistida, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.);
- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 834/2015, relativo a Aquisição de Solução de Filtro de Correio Eletrônico - Proofpoint, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.);
- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 176/2016, relativo a Aquisição de Certificados Digitais para Servidor Web a ser utilizado pelo Processo Judicial Eletrônico - PJe, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.);
- Suporte na emissão de certificados digitais para magistrados e servidores;
- Suporte na instalação/configuração de drivers e ferramenta de administração dos certificados digitais;

- Definição de modelo de Gestão de Riscos em Segurança da Informação, incluindo metodologia, processos e responsabilidades;
- Definição de modelo de Gestão de Continuidade de Negócios, incluindo metodologia, processos e responsabilidades;
- Definição de modelo de Gestão de Conformidade, incluindo metodologia, processos e responsabilidades;
- Administração das Políticas de Segurança da Informação em vigência no Tribunal;
- Administração da ferramenta Antispam Proofpoint Security Gateway;
- Administração da ferramenta colaborativa de comunicação ExpressoTRT22;
- Administração do Sistema Malote Digital;
- Administração da ferramenta Firewall Cisco ASA 5505;
- Administração da ferramenta de Detecção e Prevenção de Intrusão IPS/IDS Cisco ASA 5505;
- Administração de cópias de segurança (backups) de Bancos de Dados (Administrativos e Judiciais), E-mails e Servidores de Arquivos;
- Administração de Servidor de VPN (Redes Privadas Virtuais);
- Apoio à manutenção da Infraestrutura de Redes do TRT22;
- Apoio aos usuários de Teletrabalho;
- Apoio na Administração do Servidor de Arquivos;
- Apoio à subseção Central de Serviços de TI;
- Apoio à seção de Infraestrutura de TI;
- Apoio à seção de Governança de TI;
- Participação no Ciclo de Palestras: "Como a Governança de TIC pode auxiliar no Poder Judiciário", "Ciberespionagem e vulnerabilidades na internet no Brasil" e "a importância da Gestão de Riscos na Administração Pública", promovido pelo TRE-PI, no dia 02/06/2016;
- Participação no Curso de "Boas Práticas em Sistemas Autônomos", promovido pelo NIC.BR, nos dias 19/09/2016 a 23/09/2016;
- Participação no "I Encontro de Infraestrutura Tecnológica do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho", realizado no Auditório da ENAMAT/BSB, no dia 18/10/2016;

SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA

- Ampliação do espaço de armazenamento de arquivos de dados dos usuários do TRT com implantação de STORAGE NAS;
- Manutenção do PJE em todas as Varas do Interior do Piauí;
- Ampliação do espaço em disco para o banco de dados judicial no STORAGE IBM;
- Completada a Instalação de novas lâminas na BLADE da SALA COFRE para redundância de dados do PJE;
- Manutenção de Link de Internet, propiciando uma melhora nas pesquisas locais dos magistrados, bem como, na consulta de advogados e partes interessados nos processos;
- Finalização da duplicação dos monitores em todas as estações de Trabalho da área judicial;
- Treinamento do pessoal da SITIC na configuração dos ativos de rede;
- Acompanhamento dos sistemas da SALA COFRE e migração dos servidores do DATACENTER da SEDE para a Sala Cofre, criando maior redundância;
- Manutenção dos switches de rede de todos os prédios na Capital, incluindo os prédios da SEDE, Complexo Administrativo, Fórum de Teresina e todas as Varas do interior do estado;
- Melhorias contínuas no DATACENTER no complexo Administrativo para manter replicação dos dados do TRT-22;
- Manutenção do parque de computadores antigos que se encontravam fora de garantia;
- Atualização do software Antivírus em todos os computadores deste Regional;
- Atualização dos drivers de Leitoras de Certificado Digital para TOKEN em todos os computadores da área judicial para uso com o PJE;
- Aquisição de mais TOKENS para utilização do certificado digital para servidores e magistrados;

- Processo de instalação de dois monitores em todos os computadores da área meio para que utilizem o sistema do PAE (Processo Administrativo Eletrônico);

- Manutenção de todo o parque tecnológico existente;
- Substituição/formatação de disco rígido com instalação de sistema operacional, aplicativos e configurações necessárias após a instalação;

- Substituição de tonner/cilindro em impressoras a laser;
- Instalação e configuração de aplicativos dos usuários;
- Substituição de placa controladora interna/processador em microcomputadores;

- Instalação com configuração de sistema operacional;
- Configuração em geral de softwares: setup, aplicativos, e etc.;
- Substituição/troca de equipamentos;
- Substituição de fonte de alimentação de micros e impressoras;
- Substituição de placa-mãe;
- Acesso remoto para mapeamento e manutenção em microcomputadores e impressoras;

- Instalação e configuração de periféricos (scanner, leitor de ponto, leitor de código de barras e etc.);

- Desinstalação / montagem de equipamentos de informática;
- Auxiliar os usuários no uso de alguns programas como Microsoft Office, BrOffice e outros;

- Compartilhamento de impressoras em rede;
- Instalação de aplicativos de sistema;
- Modificação do perfil local dos usuários e criação de usuários;
- Instalação/troca de mouse, teclado, filtro de linha e outros periféricos;

- Limpeza ou substituição de encoder de impressoras a jato de tinta;

- Substituição de cabos (serial, paralelo, cabos de rede e etc.);
- Criação de usuários de rede;
- Retirada de papel preso em impressora;

- Instalação de aplicativos de apoio tais como: anti-virus, Java Script Run Time, Cálculo Rápido Trabalhista, Compactador de Arquivos, Acrobat Reader, BrOffice, dentre outros;
- Reinicialização de micro em caso de travamento de sistema operacional;
- Troca de bateria de microcomputadores e de nobreaks;
- Troca de kit fusores e termostatos em impressoras multifuncionais;
- Desmontagem/Montagem de microcomputador para substituição/ inserção de componentes internos (fonte de alimentação, bateria, fusíveis, placa de vídeo, placa de rede, placa de saída paralela ou serial, placa mãe, cooler e etc.);
- Prover o atendimento e o suporte para a solução completa dos incidentes e problemas relativos aos serviços, hardware, software, aplicativos, entre outros, nas estações de trabalho, prestando orientação e esclarecimentos necessários aos departamentos internos e aos usuários externos;
- Troca de capacitores, resistores em estabilizadores, nobreaks e placas mãe;
- Instalação de scanner's nos diversos setores do Tribunal, para uso na digitalização dos processos;
- Viagens as Varas do Interior para dar manutenção na rede de dados, nos computadores, impressoras entre outros equipamentos de informática;
- Suporte e atendimento em Informática aos magistrados e servidores deste Tribunal, no que se a esclarecimento de dúvidas e apoio na identificação e correção de problemas relacionados tanto a hardware quanto a softwares básicos utilizados na rede;
- Uso de software de acesso remoto para mapeamento e manutenção em microcomputadores e impressoras das Varas do Interior.

TÍTULO X

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio da Seção de Documentação e Biblioteca (SDB), adquiriu, em 2016, 173 volumes de livros, 285 fascículos de periódicos e oito cds, para integrar o seu acervo, no suporte impresso e eletrônico. As aquisições ocorreram nas modalidades: compra, doação e permuta.

AQUISIÇÕES DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

No exercício de 2016 não houve aquisições de livros para este Tribunal, em razão dos expressivos cortes no orçamento de custeio e investimento do Tribunal, o que causou uma drástica redução nos investimentos. Mesmo assim, conseguimos manter os periódicos atualizados, considerando que o contrato de assinatura é sempre realizado no ano anterior, o que nos garantiu a manutenção dos periódicos técnicos científicos. Entretanto, o mesmo não aconteceu com a compra de livros, ficando as diversas Unidades, Administrativa e Judiciária sem efetivar a compra de livros novos naquele ano, apenas recebendo os pendentes referentes ao contrato de 2015 que vigorou até março de 2016.

Todavia, a SDB continuou recebendo, via web-Siabi, e-mails, intranet e presencial, indicações e sugestões bibliográficas para compra de novos títulos e/ou edições, considerando as inúmeras alterações no CPC e Processo do Trabalho ocorridas final de 2015 e início de 2016. As listas dos títulos foram apreciadas e avaliadas também pela Comissão Permanente de Acervo Bibliográfico (CPAB) e, como as demais Unidades, após aprovação são encaminhadas à empresa contratada, por meio de uma Ordem de Fornecimento.

PROCESSAMENTO TÉCNICO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Entre as competências da SDB está à responsabilidade de receber, avaliar, analisar, processar e disseminar informações e documentos, em qualquer dos suportes (impresso e eletrônico) a favor da instituição, de modo a proporcionar o acesso às atualizações das informações para o bom desempenho das atividades judiciárias e administrativas do TRT22.

DO PROCESSAMENTO TÉCNICO: ROTINAS E QUANTIDADES

- a) Materiais bibliográficos e/ou informativos, em meio impresso e eletrônico (CDs e DVDs) que chegaram em 2016.

Todos os materiais bibliográficos que chegam à SDB são registrados objetivando o controle; entretanto, quando adquiridos por doação, passam antes por uma avaliação onde consideramos o grau de interesse, as edições e a atualidade do assunto, significando que eles poderão ou não ser inseridos no acervo.

Quando considerados fontes relevantes de estudos e pesquisas, para o TRT22, os materiais são submetidos às etapas de tratamento, demonstrados no Quadro 2.

Descrição	Quantidades
Livros registrados, carimbados e etiquetados	173
Livros classificados	173
Livros catalogados	212
Produção de etiquetas de dorso	173
Produção de etiquetas de código de barra	458
Periódicos inseridos no Siabi	285
Artigos de periódicos indexados	49
Artigos de periódicos digitalizados	8
Fascículos de periódicos carimbados, registrados e etiquetados	285
Produção de relatórios de atividades mensais	12
Correção de autores e assuntos nas tabelas da tabela do Siabi	6
Normalização de publicações do TRT22	1
Digitalização e preparação de arquivo para publicação na web	173
Fichas de registros bibliográficos produzidas em meio eletrônico	173

Quadro 2 - Procedimentos realizados nos materiais que foram recebidos pela SDB, 2016.

SERVIÇOS DE REFERÊNCIA: ATENDIMENTO AO USUÁRIO

a) Circulação do material bibliográfico: (empréstimos, consulta local e sala de leitura)

O serviço de circulação dos materiais ou a prestação da informação, impressa ou eletrônica, é a atividade de maior fluxo da SDB. O serviço acontece utilizando-se as seguintes modalidades: empréstimo domiciliar, consultas e sala de leitura. Oferecemos, ainda, a circulação e/ou retiradas dos fascículos de periódicos para fotocópias. Em 2016, atingimos um total de 2.807 retiradas e consultas locais. O investimento em material bibliográfico, atualizado, somado a ampla divulgação, usando as tecnologias de comunicação e informação, que dispomos, têm facilitado o acesso dos interessados às fontes informacionais.

O compromisso de oferecer ao cidadão, acessibilidade à biblioteca e as fontes informacionais é uma constante, pois, grande parte de nossos produtos e serviços de interesse dos usuários se encontram na página da SDB no sítio do TRT22.

Nosso atendimento vai além do magistrado, servidor e estagiário do TRT22, alcançando o público externo, principalmente, estudantes das Instituições Superiores e os “concurseiros”, na busca de obras e espaço físico para estudo. Há também, uma demanda crescente, por bibliografias para realização de trabalhos de pós-graduação, o que aumenta, diariamente, nosso atendimento aos usuários internos e externos.

b) Do empréstimo via solicitação por malote do Siabi

É um serviço que tem beneficiado os magistrados, servidores e estagiários com lotação fora da Sede Judiciária. Em 2016 foram atendidas 98 solicitações de títulos, no módulo de empréstimos de livros, solicitações essas, vindas, principalmente por setores das Varas do Trabalho da capital e interior.

c) Estatística das categorias que se utilizam dos serviços de circulação dos materiais bibliográficos:

Do serviço de circulação (empréstimos e consultas) do material bibliográfico, atingimos um total de 2.507 retiradas. Destacamos por categorias e quantidades os seguintes dados: empréstimos destinados a servidores atingiu um total de 1.408 retiradas, seguido dos usuários externos que usufruíram da sala de leitura, com 858 consultas e estudos no ambiente da biblioteca; os estagiários

aparecem com 149 movimentações, os empréstimos realizados pelos magistrados chegaram a 81 retiradas, enquanto, os terceirizados atingiram apenas 11 retiradas.

d) Quanto aos levantamentos bibliográficos, que são pesquisas de fontes bibliográficas sobre determinado assunto, foram realizados 35 atendimentos. Para esse trabalho de pesquisa são usadas as bases do Siabi (TRT22) e outras de bibliotecas jurídicas com catálogo eletrônico na web. Para atender às solicitações de magistrados do TRT22, realizamos 182 consultas nos catálogos de outras bibliotecas.

e) Treinamento de uso do catálogo Siabi – orientações práticas de como usar os produtos e serviços oferecidos pelo siabi, são muito acessados pela comunidade jurídica (magistrados, servidores, estudantes e interessados em geral); normalmente são pesquisas de livros e artigos, textos eletrônicos. Para os usuários internos, treinamos o uso de renovações, sugestões bibliográficas e a disseminação seletiva de assuntos. Alcançamos um patamar de 6.219 acessos internet com um total de 244.925 artigos recuperados nas pesquisas. Atendemos a 20 solicitações presenciais com interesse no uso do catálogo. Treinamos, também, no módulo presencial a 20 usuários com interesse no uso do catálogo Siabi.

f) Quanto às consultas e pesquisas para atendimento aos usuários do TRT22, utilizando a internet, como fonte de pesquisa e também em outras instituições, foram realizadas 182 consultas.

g) Normalização de trabalhos de pós-graduação e orientações na editoração de publicações e lançamento de livros publicados por servidores. Realizamos duas orientações de livros a serem publicados e três normalizações de publicações do TRT22, inclusive entre esses, estava a normalização do Projeto do IV CONFID 2016.

DIVULGAÇÕES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA SDB

A SDB Prover informações sobre a unidade de informação na página web da biblioteca. Utiliza o potencial da internet para promover a unidade de informação e fornece, de forma atualizada, instruções de uso da unidade de informação (horário, renovações, matrícula online etc.).

A divulgação de material bibliográfico adquiridos. Ocorre de três formas:

- disponibilização de lista dos novos títulos, em pdf, na página do “Expresso 22”;
- divulgação, semanal, de capa de livros, digitalizados, na coluna de destaque, na página da SDB, na web;
- informativo com notícias, legislações e eventos culturais usando o pandion (message interno), também por este canal divulgamos editais para quem deseja publicar artigos de periódicos, assim como, lançamento de revistas eletrônicas jurídicas de interesse do TRT22;
- divulgação, por e-mail, para dois assessores de gabinetes do

Boletim de Jurisprudência do TRT12;

- A lista dos livros novos, adquiridos pela SDB e os sumários de periódicos, divulgamos, apenas, para os e-mails dos magistrados.

a) Ateliê SDB: arte e cultura

Espaço no pandion, para divulgação de notícias de eventos culturais e literários que ocorrem na cidade de Teresina. Foram divulgados três informações;

b) Acompanhamento da legislação federal, estadual;

c) disseminação de normas e jurisprudências- Para uma maior atualização, dirigidas aos nossos magistrados, servidores, enviamos, também, por e-mail e pelo pandion, semanalmente, legislações, jurisprudências, resoluções e notícias do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e outras normas de interesse, principalmente, trabalhista, aos diversos setores. No ano de 2016, foram enviadas 80 informações entre normas, jurisprudências e notícias eletrônicas. Ressaltamos que, qualquer divulgação é encaminhada de acordo com o perfil de interesse do setor ou do nosso usuário;

d) encaminhamentos eletrônicos: divulgação de cursos e Treinamentos. Por e-mails, proporcionamos a divulgação de cursos e palestras que nos são enviados por empresa e editoras que promovem treinamentos. Quando de interesse do TRT22, são repassados à EJUD22;

e) envio, à DGA, do Relatório de Atividades da SDB para compor o Relatório Anual de 2015;

f) coleta e organização da produção intelectual de servidores e magistrados do TRT22. Recebemos de magistrados dois trabalhos, sendo dois de mestrado e um do doutorado.

ATIVIDADES GERENCIAIS DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

a) Selecionamos e fizemos projeto de referência para encadernação de 131 publicações editadas pelo TRT22, que têm como tipologias: projetos de lei, normas, jurisprudências, relatórios, boletins e a produção intelectual de magistrados e servidores;

b) Selecionamos e avaliamos títulos do acervo que estavam duplicados e/ou com conteúdo desatualizado, para baixa patrimonial junto à Coordenadoria de Material e Logística. Essa tomada de atitude, feita anualmente, libera espaços nas estantes para inserção de novos títulos no acervo. Em 2016 foram baixados 70 exemplares da coleção;

c) Estagiaram na SDB os estudantes do Curso de Biblioteconomia da UESPI: Viviane Soares da Silva (até 14/01/2016) e Dieffson Melk Braga de Oliveira (até 18/04/2016);

d) Emitimos 65 certidões de nada consta para os estagiários que findaram seu contrato de estágio com o TRT22, sendo uma via para o interessado e outra destinada à Coordenação de Gestão de Pessoas;

e) Descontinuidade de assinaturas, por contenção de despesas, o contrato com a gráfica e editora do povo, fornecedores do Jornal Diário do Povo (em: 29/03/2016) e a Biblioteca digital Itr (abril 2016);

f) Lançamento do “Programa Nicho da Leitura”, com a presença da desembargadora-presidente, convidados e demais servidores e magistrados do TRT22. O programa tem como objetivo, o estímulo à leitura e a garantia de livre acesso aos livros, por parte dos servidores, magistrados, terceirizados, assim como, do público que procura a Justiça do Trabalho (2ª instância). O programa conta com livros nas categorias: literatura em geral, autoajuda etc.

Chegou à biblioteca, por doação para o programa, um total de 337 livros;

g) Realizamos doação de duplicatas – a cada início de semestre de cada ano relacionamos as publicações que temos duplicadas, normalmente, são as que chegam à biblioteca, por doação, e que, na maioria das vezes não são de interesse da Seção, então disponibilizamos em um documento chamado “Lista de duplicatas”; em seguida, enviamos, por e-mail, às diversas biblioteca jurídicas cadastradas em nossos arquivos de intercâmbio. Encaminhamos, também, para algumas bibliotecas de Teresina. Por solicitação, doamos 15 fascículos de periódicos;

h) Recebemos, em 2016, como doação da Itr, o livro “Pode o empregador ter acesso à informação genética do trabalhador? Do autor Roberto Camilo Leles Viana;

i) Solicitamos à editora Ciência Jurídica, como assinante, da revista Ciência jurídica do trabalho o fascículo impresso, de número 18, para completar a coleção;

j) Divulgamos, para várias unidades do TRT22, por e-mail, 12 informativos e, como resultado de pesquisas, enviamos 40 artigos digitalizados a pedido dos magistrados e servidores;

k) Acompanhamos, por meio da leitura diária, a publicação da legislação estadual no Diário Oficial do Estado do Piauí eletrônico;

l) Recebemos, eletronicamente, 257 Informativos–INFOSIEB, editados pelo Tribunal Regional Eleitoral-PI;

m) Realizamos uma avaliação prática da nova versão 2016 do Siabi, a pedido da Empresa WJ informática, proprietária do sistema;

n) Renovamos o contrato com o Suporte Técnico do SIABI– Sistema de Automação de Bibliotecas, instalado na Seção de Documentação e Biblioteca do TRT da 22ª Região;

o) Realizado, pela Comissão de Material e Logística, inventário dos bens patrimoniais da SDB com início dia 9 de setembro de 2016.

p) Fornecemos, a pedido de juiz, lista dos títulos dos periódicos com conceito QUALIS –A na Capes.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, EVENTOS E REUNIÕES DE TRABALHOS

A Bibliotecária Maria Creuza de Sales, assistente-chefe, da SDB, participou dos seguintes eventos:

- Programa Saber Viver, com ações voltadas à avaliação e promoção da saúde de servidores e magistrados. onde Foram realizadas atividades com avaliação de saúde (pressão, glicemia, IMC e classificação de riscos), ginástica laboral e massoterapia;

- Um olhar sobre o TRT 22, realizado dia 13 de setembro de 2016, no auditório da EJUD22, com os seguintes painéis temáticos: Transtornos mentais relacionados ao trabalho: Um olhar sobre o TRT22;

- Panorama das desordens mentais no TRT22: O ambiente de trabalho e o transtorno mental – uma abordagem preventiva; estresse no ambiente de trabalho e uma dinâmica lúdica envolvendo mente e corpo.

- Reunião convocada pela presidente do TRT22, no dia 14/09/2016, na EJUD22, para deliberações sobre a Biblioteca Des. Nídia de Assunção Aguiar, instalada na Vara Federal do Trabalho de Piripiri.

- Reunião da CPAD, dia 15/09/2016;

- Curso introdução à Gestão Socioambiental, na modalidade à distância, de 17 de outubro a 18 de novembro de 2016, no Portal de Educação à Distância do Superior Tribunal de Justiça, com carga horária: 15 horas-aula;

- Workshop: Aposentadoria saudável, dias 12 e 13 dez. 2016, no auditório da Ejud.

TÍTULO XI

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA

PARTE I

Atividade Administrativa

- a) Documentos expedidos
- b) Documentos recebidos
- c) Reuniões

PARTE II

Atividade Fim

- 1. Metas Nacionais de 2016 (CNJ);
- 2. Metas Específicas (CSJT);
- 3. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT);
- 4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT22^a Região;
- 4.1 Projetos
- 4.2 Ações correlatas
- 5. Unidade Socioambiental.

COMPOSIÇÃO FUNCIONAL

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

Juiz Coordenador da SEGE

JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

Juiz Coordenador da SEGE

KAPLANN MACKLAYNY RIBEIRO MOURA

Assistente-Chefe da SEGE

LILIA BRAGA CASTELO BRANCO

Assistente da Subseção Escritório de Projetos

ANA CRISTINA SOARES BERTULANI

Unidade Socioambiental

ARLAN ANTÃO MOTA SOUSA

Estagiário

APRESENTAÇÃO

A Seção de Estatística e Gestão Estratégica - SEGE possui como objetivo auxiliar o Tribunal na melhoria contínua da prestação jurisdicional e modernização institucional, por meio do acompanhamento e alinhamento com base

nos indicadores de desempenho e nos dados estatísticos. Desenvolve e acompanha, também, os projetos desenvolvidos neste Regional por meio da Subseção de Escritório de Projetos.

As informações apresentadas a seguir indicarão as atividades desenvolvidas pela SEGE no exercício de 2016, divididas em duas partes, sendo:

PARTE I: Atividade Administrativa

PARTE II: Atividade Fim

PARTE I - Atividade Administrativa

As atividades de natureza administrativa englobam os documentos produzidos e recebidos pela equipe da SEGE e reuniões realizadas durante o desempenho de suas atribuições.

1. Documentos expedidos:

Documentos expedidos	Quantidade
Memorandos	19
Memorandos Circulares	26
Ofícios	12
Ofícios Circulares	0

2. Documentos recebidos:

Documentos recebidos	Quantidade
Memorandos	10
Memorandos Circulares	37
Ofícios	09
Ofícios Circulares	04

3. Reuniões:

Foram realizadas reuniões para a concretização das ações estratégicas, para o cumprimento das Metas do Poder Judiciário e para acompanhamento de projetos, com a colaboração de magistrados e servidores.

DATA	PAUTA
23/02/2016	Reunião com a Psicóloga para programação das atividades a serem realizadas em 2016.
07/03/2016	Reunião com o Comitê Orçamentário.

18/04/2016	Reunião com a comissão do PPRA.
02 a 04/05/2016	1ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.
09/05/2016	Realização da 1ª RAE.
08/06/2016	Reunião com a comissão da Resolução 219/16/CNJ.
08/06/2016	Realização da 2ª RAE.
12/09/2016	Realização da 3ª RAE.
26/09/2016	Reunião com o grupo de trabalho de atualização do Suprimento de Fundos.
29/09/2016	Reunião com o grupo de trabalho de atualização do Suprimento de Fundos.
03/09/2016	Reunião com o Comitê Orçamentário e de Priorização do 1º Grau.
10/10/2016	Realização da 4ª RAE.
11/10/2016	Reunião com o Comitê Orçamentário.
13/10/2016	Reunião com a comissão da Resolução 219/16/CNJ.
17 e 18/10/2016	2ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.
26/10/2016	Reunião com a comissão TRT Solidário.
08/11/2016	Reunião com a comissão da Resolução 219/16/CNJ.
11/11/2016	Reunião com a área administrativa sobre o Manual de Procedimentos Administrativos.
14/11/2016	Reunião com o grupo de trabalho de atualização do Suprimento de Fundos.
16/11/2016	Reunião com a comissão da Resolução 219/16/CNJ.
05 e 06/12/2016	X Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.

PARTE II - Atividade fim

Durante o ano de 2016, esta Seção acompanhou os indicadores do Planejamento Estratégico Nacional, fazendo apuração dos dados para lançamento no SIGEST.

O trabalho estatístico também foi realizado nas outras atividades fins: acompanhamento das Metas Nacionais de 2016 (CNJ) e das Metas dos Planejamentos Estratégicos do TRT22 2015/2020 (Projeto PEP 2020) e Metas Específicas da Justiça do Trabalho (CSJT), que serão especificados nos tópicos a seguir.

1. Metas Nacionais de 2016 do Poder Judiciário (CNJ)

Em 2016, a SEGE alimentou o link <http://www.cnj.jus.br/metasNacionais/escolherAnoMetasNacionais.php>, do Conselho Nacional de Justiça referente às Metas do Poder Judiciário e também lançou seus dados no SIGEST juntamente com os dados das Metas Específicas do CSJT e as Metas PEP/TRT22/2015, mas fazendo acompanhamento sistematizado das metas em geral.

METAS NACIONAIS DE 2016 (CNJ)

METAS GERAIS:

META 01: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos 1º e 2º graus. **CUMPRIDA**

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

META 3: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em dois pontos percentuais. **CUMPRIDA**

META 5: Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

META 6: Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e até 31/12/2014, no 2º grau. **CUMPRIDA**

META 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior. **CUMPRIDA**

HISTÓRICO DA META DE PRODUTIVIDADE:

DADOS DE 2010

META PRIORITÁRIA 1 – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	25.456	25.005	- 451	98,23%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2011

META NACIONAL 3 – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	28.232	26.748	-1.484	94,74%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2012

META NACIONAL 1 – Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	32.086	30.772	-1.314	95,90%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2013

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	38.828	33.472	-5.356	86,20%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2014

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	33.573	34.856	1.036	103,09%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2015

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	34.644	34.028	-616	98,22

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2016 (até Dez)

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	35.149	34.824	-325	99,07

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2015/2016)

DADOS DE 2015

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.					
1º GRAU					
Mês/2015	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	2.186	1.608	-578	NÃO CUMPRIU	99,28%
Fev	1.978	1.886	-92	NÃO CUMPRIU	
Mar	2.244	2.843	599	CUMPRIU	
Abr	1.842	1.932	90	CUMPRIU	
Mai	1.932	2.101	169	CUMPRIU	
Jun	1.981	2.318	337	CUMPRIU	
Jul	2.315	1.849	-466	NÃO CUMPRIU	
Ago	2.529	2.029	-500	NÃO CUMPRIU	
Set	2.394	2.386	-8	NÃO CUMPRIU	
Out	2.439	2.599	160	CUMPRIU	
Nov	2.528	2.633	105	CUMPRIU	
Dez	1.846	1.843	-3	NÃO CUMPRIU	
Total	26.214	26.027	-187	NÃO CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2016

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.					
1º GRAU					
Mês/2016	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	1.982	1.474	-508	NÃO CUMPRIU	100,21%
Fev	2.044	1.830	-214	NÃO CUMPRIU	
Mar	2.982	2.356	-626	NÃO CUMPRIU	
Abr	2.225	2.425	200	CUMPRIU	
Mai	2.530	1.920	-610	NÃO CUMPRIU	
Jun	2.367	2.637	270	CUMPRIU	
Jul	2.110	2.084	-26	NÃO CUMPRIU	
Ago	2.127	2.358	231	CUMPRIU	
Set	2.356	2.207	-149	NÃO CUMPRIU	
Out	2.102	2.724	622	CUMPRIU	
Nov	2.344	3.132	788	CUMPRIU	
Dez	2.050	2.129	79	CUMPRIU	
Total	27.219	27.276	57	CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2015/2016)

DADOS DE 2015

META NACIONAL 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.					
2º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	978	480	-498	NÃO CUMPRIU	94,91%
Fev	377	566	189	CUMPRIU	
Mar	922	910	-12	NÃO CUMPRIU	
Abr	553	286	-267	NÃO CUMPRIU	
Mai	853	452	-401	NÃO CUMPRIU	
Jun	668	636	-32	NÃO CUMPRIU	
Jul	691	383	-308	NÃO CUMPRIU	
Ago	896	1.041	145	CUMPRIU	
Set	661	755	94	CUMPRIU	
Out	588	931	343	CUMPRIU	
Nov	703	733	30	CUMPRIU	
Dez	540	828	288	CUMPRIU	
Total	8.430	8.001	-429	NÃO CUMPRIU	

Fonte:Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2016

META NACIONAL 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.					
2º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	339	207	-132	NÃO CUMPRIU	95,17%
Fev	847	572	-275	NÃO CUMPRIU	
Mar	1.034	705	-329	NÃO CUMPRIU	
Abr	566	765	199	CUMPRIU	
Mai	597	917	320	CUMPRIU	
Jun	761	922	161	CUMPRIU	
Jul	499	177	-322	NÃO CUMPRIU	
Ago	871	697	-174	NÃO CUMPRIU	
Set	715	782	67	CUMPRIU	
Out	414	654	240	CUMPRIU	
Nov	763	710	-53	NÃO CUMPRIU	
Dez	524	440	-84	NÃO CUMPRIU	
Total	7.930	7.548	-382	NÃO CUMPRIU	

Fonte:Secretaria da Corregedoria

Meta Nacional nº 01/2016- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente													
- Processos Distribuídos -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	298	285	418	276	314	352	281	261	382	283	282	201	3.633
2ª VT Teresina	207	292	406	238	320	324	270	292	431	273	324	224	3.601
3ª VT Teresina	287	286	409	242	307	309	276	294	363	294	304	257	3.628
4ª VT Teresina	290	272	421	275	301	295	286	257	390	300	318	175	3.580
VTde Parnaíba	154	145	475	242	247	221	246	292	187	284	210	234	2.937
VT de São Raimundo Nonato	174	177	194	173	331	164	258	269	194	162	290	428	2.814
VT de Picos	132	100	184	264	192	193	163	121	101	69	137	147	1.803
VT de Corrente	49	16	68	51	45	71	21	34	28	39	51	28	501
VT de Piripiri	93	113	123	105	112	146	140	129	102	172	259	174	1.668
VT de Floriano	99	109	121	152	144	115	79	89	60	92	76	96	1.232
VT de Oeiras	93	106	111	149	118	141	53	76	96	87	120	122	1.272
VT de Bom Jesus	37	74	112	36	74	77	43	34	25	57	76	27	672
VT de Valença	82	93	128	106	134	111	75	61	87	117	141	91	1.226
VT de Uruaú	35	26	26	39	21	22	30	25	37	15	34	22	332
TOTAL	2.030	2.094	3.196	2.348	2.660	2.541	2.221	2.234	2.483	2.244	2.622	2.226	28.899

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: Para efeito de acompanhamento pelas VTs foram incluídos no cálculo os processos redistribuídos.

Meta Nacional nº 01/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente													
- Processos Julgados -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	122	171	320	263	220	342	361	360	267	288	356	229	3.299
2ª VT Teresina	205	216	305	257	217	303	236	241	239	278	367	189	3.053
3ª VT Teresina	219	256	296	206	230	389	269	387	281	299	324	232	3.388
4ª VT Teresina	147	190	230	292	253	311	303	346	342	285	418	514	3.631
VTde Parnaíba	217	75	149	181	138	126	121	170	272	259	512	243	2.463
VT de São RaimundoNonato	85	205	192	233	145	213	169	165	116	541	326	236	2.626
VT de Picos	121	121	125	231	158	223	169	132	103	195	188	89	1.855
VT de Corrente	0	21	0	47	19	96	101	7	79	53	43	54	520
VT de Piripiri	114	103	162	223	206	195	151	142	111	177	139	87	1.810
VT de Floriano	141	201	122	50	87	149	100	158	20	66	96	81	1.271
VT de Oeiras	81	33	171	152	39	59	55	51	113	60	113	74	1.001
VT de Bom Jesus	2	44	87	48	111	78	50	20	52	82	31	75	680
VT de Valença	6	104	187	205	72	176	10	165	218	136	275	84	1.638
VT de Uruçuí	21	98	25	46	52	2	23	53	28	40	11	0	399
TOTAL	1.481	1.838	2.371	2.434	1.947	2.662	2.118	2.397	2.241	2.759	3.199	2.187	27.634

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Meta Nacional nº 01/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos Distribuídos	Processos Resolvidos	Saldo	Grau de Cumprimento- % (distribuídos/resolvidos)
1ª VT Teresina	3.633	3.299	-334	90,81
2ª VT Teresina	3.601	3.053	-548	84,78
3ª VT Teresina	3.628	3.388	-240	93,38
4ª VT Teresina	3.580	3.631	51	101,42
VT de Parnaíba	2.937	2.463	-474	83,86
VT de São Raimundo Nonato	2.814	2.626	-188	93,32
VT de Picos	1.803	1.855	52	102,88
VT de Corrente	501	520	19	103,79
VT de Piripiri	1.668	1.810	142	108,51
VT de Floriano	1.232	1.271	39	103,17
VT de Oeiras	1.272	1.001	-271	78,69
VT de Bom Jesus	672	680	8	101,19
VT de Valença	1.226	1.638	412	133,61
VT de Uruçuí	332	399	67	120,18
Total	28.899	27.634	-1.265	95,62

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: A meta estará cumprida se o grau de cumprimento for 100% mais 01(um) processo

Quadro 01– Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 2

META 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos 1º e 2º graus.									
Período	(P2.1) Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos na instância até 31/12/2014 e não julgados no período até 31/12/2014, excluídos os suspensos até 31/12/2015. (Periodicidade Unica)		(P2.4) Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos até 31/12/2014 e não julgados até 31/12/2015 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.7) Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos até 31/12/2014 e não julgados até 31/12/2015 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.10) Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos até 31/12/2014 e não julgados até 31/12/2015 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2016. (Periodicidade Mensal)		(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2015. (Periodicidade Unica)
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	
Jan			0	0	0	0	110	0	
Fev			0	0	0	0	124	6	
Mar			0	0	0	0	156	12	
Abr	10.865	1.730	0	0	0	0	77	5	9.890
Mai			0	0	0	0	71	4	1.552
Jun			0	0	0	0	53	3	
Jul			0	0	0	0	30	2	
Ago			0	0	0	0	34	0	

Set			0	0	0	0	0	0	66	2	
Out			0	0	0	0	0	0	32	1	
Nov			0	0	0	0	0	0	23	3	
Dez			0	0	0	0	0	0	20	3	
Total	12.595		0	0	0	0	0	0	796	41	11.442
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO (%)											108,32

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02– Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 2 – Quadro Auxiliar

Quadro Auxiliar de Interpretação da Meta 2			
Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2014 e não julgados no período até 31/12/2014, excluídos os suspensos até 31/12/2015. (Periodicidade Única)	10.865	1.730	12.595
META - Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014	9.779	1.557	11.336
(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 (31/12/2014) que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2015.	9.890	1.552	11.442
Processos julgados em 2016	796	41	837
Total de processos julgados (até 31/12/2016)	10.686	1.593	12.279
Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta	0	0	0
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	109,27	102,31	108,32

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

CUMPRIDA

Quadro - Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 3

META NACIONAL 3 de 2016 –Aumentar os casos solucionados por conciliação (Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais).			
P3.1	Quantitativo de conciliações em 2013 (única) = 6.962		
P3.2	Quantitativo de processos solucionados em 2013 (única) =27.795		
P3.3	Quantitativo de conciliações em 2014 (única) =6.806		
P3.4	Quantitativo de processos solucionados em 2014 (única) =26.983		
Média do biênio 2013/2014 = 25,14%			
Período	Quantitativo de conciliações no mês de referência (P3.5)	Quantitativo de processos solucionados no mês de referência (P3.6)	Percentual de cumprimento no mês (%)
Jan	457	1.510	111,51
Fev	419	1.879	82,16
Mar	583	2.413	89,02
Abr	679	2.482	100,80
Mai	496	1.979	92,35
Jun	860	2.753	115,10
Jul	770	2.148	132,08
Ago	696	2.461	104,20
Set	663	2.346	104,13
Out	1.080	2.811	141,56
Nov	834	3.311	92,81
Dez	478	2.304	76,44
Total	8.015	28.397	104,00

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

CUMPRIDA

Meta Nacional nº 03/2016 - Aumentar os casos solucionados por conciliação (Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais).

Meta Nacional nº 03/2016 - Aumentar os casos solucionados por conciliação (Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais).			
Varas do Trabalho	Quantitativo de conciliações	Quantitativo de processos solucionados	% de cumprimento da meta
1ª VT Teresina	855	3.364	93,65%
2ª VT Teresina	828	3.134	97,35%
3ª VT Teresina	906	3.483	95,84%
4ª VT Teresina	991	3.857	94,67%
VT de Parnaíba	911	2.510	133,73%
VT de São Raimundo Nonato	805	2.640	112,35%
VT de Picos	641	1.892	124,83%
VT de Corrente	143	532	99,04%
VT de Piripiri	569	1.855	113,02%
VT de Floriano	326	1.292	92,97%
VT de Oeiras	326	1.075	111,74%
VT de Bom Jesus	161	690	85,97%
VT de Valença	489	1.672	107,76%
VT de Uruçuí	64	401	58,81%
Total	8.015	28.397	104,00%

Fonte: Secretaria da Corregedoria

Quadro 01 – Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 5

Meta 5 - Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.												
P e r í o d o	(P5.1) Número total de casos novos de execução no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.3) Número total de Processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.4) Número total de Processos de execução baixados definitivamente no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)			
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	468	0	13	0	301	0	10	0	0	0	0	0
Fev	786	0	25	0	729	0	5	0	0	0	0	0
Mar	946	0	4	0	712	0	24	0	0	0	0	0
Abr	660	0	0	0	559	0	17	0	0	0	0	0
Mai	937	0	36	0	1.040	0	27	0	1	0	0	0
Jun	1.080	0	9	0	617	0	6	0	2	0	0	0
Jul	499	0	1	0	310	0	14	0	1	0	0	0
Ago	948	0	19	0	768	0	21	0	0	0	0	0
Set	944	0	1	0	853	0	14	0	1	0	0	0
Out	747	0	6	0	681	0	6	0	1	0	0	0
Nov	1.050	0	0	0	1.184	0	8	0	0	0	0	0
Dez	518	0	0	0	1.347	0	38	0	3	0	0	0
TOTAL	9.583	0	114	0	9.101	0	190	0	9	0	0	0

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 – Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 5

Período	(P5.6) Número total de Processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.7) Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.8) Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	0	0	1	0	0	0
Fev	0	0	0	0	0	0
Mar	0	0	0	0	0	0
Abr	0	0	1	0	0	0
Mai	0	0	0	0	0	0
Jun	0	0	2	0	0	0
Jul	0	0	0	0	0	0
Ago	0	0	9	0	0	0
Set	0	0	2	0	1	0
Out	0	0	4	0	0	0

Nov	0	0	0	3	0	0	0
Dez	0	0	0	4	0	0	0
TOTAL	0	0	0	26	0	1	0
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%):							
- Execução Fiscal							
- Execução Não Fiscal							
							95,97
							165,22
							95,13

Fonte: Secretariada Corregedoria.

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Meta Nacional nº 05/2016 - Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.													
- Número Total de Casos Novos de Execução Não Fiscal-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	22	84	90	143	113	66	21	42	148	52	76	31	888
2ª VT Teresina	28	112	140	61	39	82	65	76	92	128	146	90	1.059
3ª VT Teresina	49	24	36	87	72	32	88	50	80	28	49	26	621
4ª VT Teresina	52	93	27	23	44	34	56	112	36	115	97	60	749
VTde Parnaíba	21	57	74	33	215	57	18	80	101	32	66	70	824
VT de São Raimundo Nonato	3	1	5	4	0	3	41	107	65	132	75	49	485
VT de Picos	113	74	34	10	46	158	17	169	115	19	242	74	1.071
VT de Corrente	23	84	11	58	37	55	3	54	19	48	55	40	487
VT de Piripiri	30	61	147	104	124	92	54	35	41	20	39	28	775
VT de Floriano	5	73	147	95	71	260	71	41	54	33	60	3	913
VT de Oeiras	36	54	74	9	85	83	17	79	84	66	49	24	660
VT de Bom Jesus	24	19	44	19	52	49	13	43	48	36	26	3	376
VT de Valença	48	26	96	6	26	88	23	29	35	25	58	11	471
VT de Uruçuí	13	24	21	7	14	21	13	22	25	10	9	8	187
TOTAL	467	786	946	659	938	1.080	500	939	943	744	1.047	517	9.566

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: Fórmula dos cálculos da planilha acima: Total = 5.1 (Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência) + 5.5 (Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência) - 5.7 (Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência).

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Meta Nacional nº 05/2016- Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

- Número Total de Processos de Execução Não Fiscal Baixados Definitivamente-

Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	27	33	87	82	144	77	18	85	136	39	76	71	875
2ª VT Teresina	37	66	81	58	77	63	14	32	51	122	108	82	791
3ª VT Teresina	30	41	16	37	122	19	12	5	16	1	8	202	509
4ª VT Teresina	7	31	50	52	84	69	95	212	42	96	97	60	895
VTde Parnaíba	18	24	58	53	67	58	24	98	39	24	32	49	544
VT de São Raimundo Nonato	6	0	29	0	97	68	2	14	8	4	1	375	604
VT de Picos	10	135	115	11	94	34	17	29	194	38	180	87	944
VT de Corrente	1	32	11	30	4	4	22	36	48	217	96	61	562
VT de Piripiri	16	30	17	23	29	54	4	40	56	64	122	86	541
VT de Floriano	5	152	37	21	71	80	19	49	94	26	24	38	616
VT de Oeiras	25	123	86	145	172	12	7	36	61	17	101	31	816
VT de Bom Jesus	70	18	75	2	18	32	0	69	49	14	63	17	427
VT de Valença	43	26	25	15	37	0	49	30	47	5	230	87	594
VT de Uruçui	6	18	25	30	24	47	27	33	12	14	46	101	383
TOTAL	301	729	712	559	1.040	617	310	768	853	681	1.18	1.34	9.101

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Meta Nacional nº 05/2016- Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Saldo	Cumprimento (recebidos/resolvidos)
1ª VT Teresina	888	875	-13	NÃO
2ª VT Teresina	1.059	791	-268	NÃO
3ª VT Teresina	621	509	-112	NÃO
4ª VT Teresina	749	895	146	SIM
VT de Parnaíba	824	544	-280	NÃO
VT de São Raimundo Nonato	485	604	119	SIM
VT de Picos	1.071	944	-127	NÃO
VT de Corrente	487	562	75	SIM
VT de Piripiri	775	541	-234	NÃO
VT de Floriano	913	616	-297	NÃO
VT de Oeiras	660	816	156	SIM
VT de Bom Jesus	376	427	51	SIM
VT de Valença	471	594	123	SIM
VT de Uruçuí	187	383	196	SIM
Total	9.566	9.101	-465	NÃO

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: A meta estará cumprida se o cumprimento for MAIOR que o total de processos recebidos.

Movimentação por Vara – Execução fiscal

Meta Nacional nº 05/2016 - Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.													
- Número Total de Casos Novos de Execução Fiscal-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	0	14	1	0	0	0	0	5	0	0	0	0	20
2ª VT Teresina	0	5	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	12
3ª VT Teresina	7	4	2	0	0	0	1	7	0	0	0	0	21
4ª VT Teresina	0	0	0	0	34	0	0	0	0	4	0	0	38
VTde Parnaíba	0	1	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	10
VT de São Raimundo Nonato	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
VT de Picos	5	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	7
VT de Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Floriano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Oeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Bom Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Uruçuí	1	0	0	0	0	0	0	-1*	0	2	0	0	2
TOTAL	13	25	4	0	36	9	1	18	1	6	0	0	113

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota 01: Fórmula dos cálculos da planilha acima: Total = 5.2 (Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência) - 5.8 (Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência) + 5.6 (Número total de Processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência);

Nota 02: * Negativo, porque saiu um processo da meta e não entrou nenhum caso novo de execução.

Movimentação por Vara – Execução fiscal

Meta Nacional nº 05/2016 - Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.													
- Número Total de Processos de Execução Fiscal Baixados Definitivamente-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	0	2	3	3	7	0	0	6	2	1	2	5	31
2ª VT Teresina	9	1	4	3	1	1	5	0	2	1	3	5	35
3ª VT Teresina	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	19	21
4ª VT Teresina	0	2	6	9	15	2	3	4	0	3	0	2	46
VTde Parnaíba	0	0	5	1	0	1	0	5	1	0	1	1	15
VT de São RaimundoNonato	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5
VT de Picos	0	0	2	0	2	1	2	0	7	0	0	0	14
VT de Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
VT de Floriano	0	0	3	0	1	0	0	0	1	1	0	0	6
VT de Oeiras	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VT de Bom Jesus	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	5
VT de Uruçuí	0	0	0	0	0	0	4	1	0	0	1	0	6
TOTAL	10	5	24	17	27	6	14	21	14	6	8	38	190

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Movimentação por Vara – Execução fiscal

Meta Nacional nº 05/2016 - Baixar em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Saldo	Cumprimento
1ª VT Teresina	20	31	11	SIM
2ª VT Teresina	12	35	23	SIM
3ª VT Teresina	21	21	0	NÃO
4ª VT Teresina	38	46	8	SIM
VT de Parnaíba	10	15	5	SIM
VT de São Raimundo Nonato	2	5	3	SIM
VT de Picos	7	14	7	SIM
VT de Corrente	1	2	1	SIM
VT de Piripiri	0	1	1	SIM
VT de Floriano	0	6	6	SIM
VT de Oeiras	0	1	1	SIM
VT de Bom Jesus	0	2	2	SIM
VT de Valença	0	5	5	SIM
VT de Uruçuí	2	6	4	SIM
Total	113	190	77	SIM

Fonte: Secretaria da Corregedoria

Nota: A meta estará cumprida se o cumprimento for MAIOR que o total de processos recebidos.

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2016– Meta 6 – 1º Grau

Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013*, no 1º Grau.						
Período	(P6.1) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos Os suspensos até 31/12/2015. (Periodicidade Única)	(P6.2) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2014 (Periodicidade Única)	(P6.3) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2015 (Periodicidade Única)	(P6.4) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.5) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.6) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)
Jan	28	20	05	0	0	0
Fev				0	0	0
Mar				0	0	0
Abr				0	0	3
Mai				0	0	0
Jun				0	0	0
Jul				0	0	0
Ago				0	0	0
Set				0	0	0
Out				0	0	0
Nov				0	0	0
Dez				0	0	0
Total	28	20	05	0	0	3

Fonte: Secretariada Corregedoria.

Quadro 02 - Desempenho das Metas Nacionais 2016 – Meta 6 – 2º Grau

Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014*, no 2º Grau.					
Período	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os suspensos até 31/12/2015. (Periodicidade Única)	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2014 (Periodicidade Única)	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2015 (Periodicidade Única)	(P6.4) – Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.5) – Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)
					(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2015 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)
Jan	20	0	18	0	0
Fev				0	0
Mar				0	0
Abr				0	1
Mai				0	1
Jun				0	0
Jul				0	0
Ago				0	0
Set				0	0
Out				0	0
Nov				0	0
Dez				0	0
Total	20	0	18	0	2

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 03 – Quadro auxiliar de interpretação da Meta 6

Item	Descrição	1º Grau	2º Grau	Total 1º e 2º Graus
1	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2015. (Periodicidade Única)	28	20	48
2	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2015 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
3	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2015 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
4	Total de processos para julgamento (itens 1 + 2 + 3)	28	20	48
5	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2015 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015 (Periodicidade Mensal) - JULGADOS EM 2016	03	02	05
6	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA QUE FORAM JULGADOS EM 2014 (Periodicidade Única) -JULGADOS EM 2014	20	0	20
7	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIAQUE FORAM JULGADOS EM 2015. (Periodicidade Única) -JULGADOS EM 2015	05	18	23
8	Total de processos julgados em 2014, 2015 e 2016 (itens 5 + 6 + 7)	28	20	48
9	Total de processos que ainda necessitam julgamento para cumprimento da Meta (itens 4 - 8)	0	0	0
10	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretariada Corregedoria.

CUMPRIDA

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2016– Meta 7 – 1º e 2º Graus

Meta 7 - Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.										
Período	(P7.1) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2015 (Periodicidade Única)		(P7.2) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência (Periodicidade Mensal)		(P7.3) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P7.4) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram na meta por saírem da situação de suspensão ou por deixarem de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P7.5) - Quantidade de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
Jan			419	70	0	0	0	0	209	31
Fev			419	173	0	0	0	0	349	89
Mar			455	270	0	0	0	0	451	165
Abr			235	87	0	0	0	0	393	195
Mai			314	173	0	0	0	0	230	139
Jun			298	155	0	0	0	0	357	252
Jul			246	118	0	0	0	0	306	98
Ago			234	163	0	0	0	0	358	205
Set			665	301	0	0	0	0	347	212
Out			561	84	0	0	0	0	343	283
Nov			338	176	0	0	0	0	748	144
Dez			314	152	0	0	0	0	568	173
Total:		2.355	4.498	1.922	0	0	0	0	4.659	1.986

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 – Quadro auxiliar de interpretação da Meta 07

Item	Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
1	(P7.1) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2015. (Periodicidade Única)	2.237 (45)	118 (2)	2.355 (47)
2	(P7.2) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência (Periodicidade Mensal)	4.498	1.922	6.420
3	Acervo distribuído dos 10 maiores litigantes 2.015 (itens 1+2)	6.735	2.040	8.775
4	META - Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior (item 1 - 2%)	2.192	116	2.308
5	(P7.5) - Quantidade de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade Mensal)	4.659	1.986	6.645
6	Acervo total dos 10 maiores litigantes 2.015 (itens 3-5)	2.076	54	2.130
7	Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta (itens 4-6)	0	0	0
8	Processos julgados além da Meta	116	62	178
9	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%) (6:4)	105,58	214,81	108,35

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

CUMPRIDA

2. Metas Específicas da Justiça do Trabalho (CSJT)

▪ Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

Fórmula: TMDP2 = Somatório(Data da Baixa - Data da Autuação)/Baixados

Meta: reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014:

TMDP2 – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (em dias)



TRT22: Meta não cumprida

Meta 2015: 160 DIAS

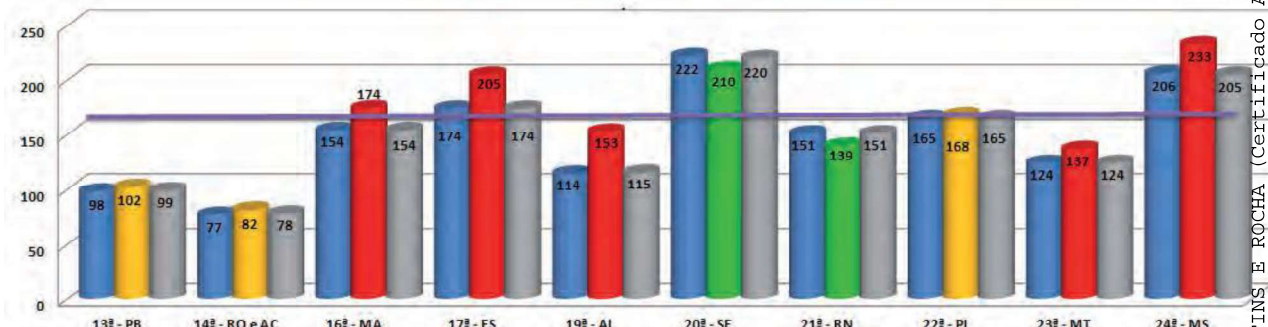
Resultado acumulado de jan a dez de 2015: 204 DIAS

▪ Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1c)

Fórmula: TMDP1c = Somatório(Data da Prolação da Sentença – Data do Ajuizamento da Ação)/Processos com Prolação de Sentenças

Meta: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014:

TMDP1c – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (em dias)



TRT22: Meta não cumprida

Meta 2015: 165 DIAS

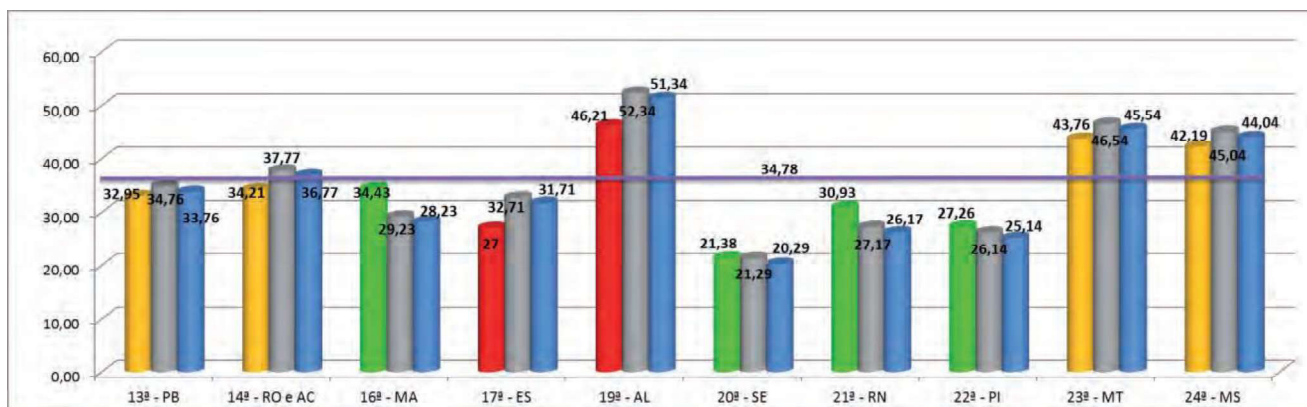
Resultado acumulado de jan a dez de 2015: 168 DIAS

▪ Indicador: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

Fórmula: ICONc = Conciliações / Solucionados

Meta: aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10 pontos percentuais, até 2020. **CUMPRIDA**

ICONc – Resultado acumulado por TRT – Pequeno porte (%)



TRT22: Meta cumprida

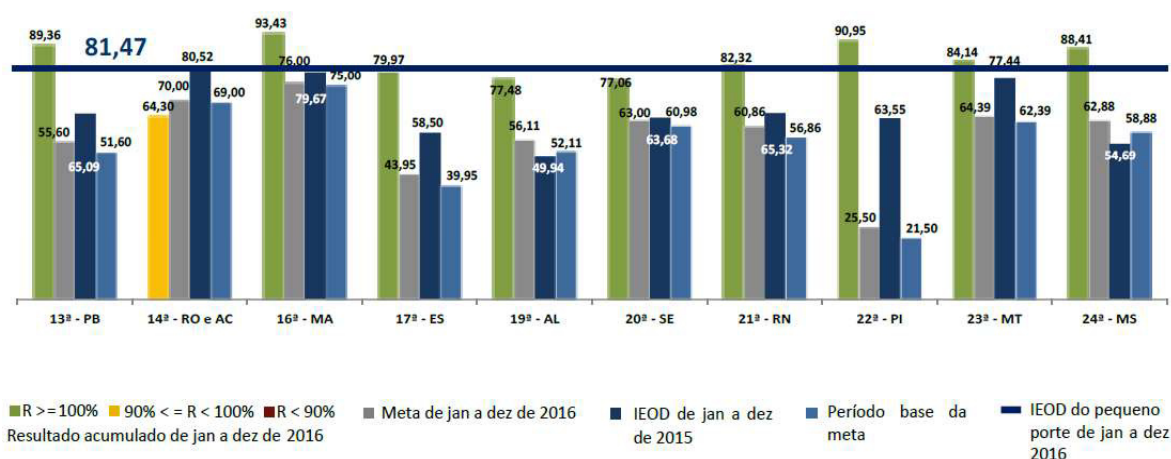
Meta 2015: 26,14%

Resultado acumulado de jan a dez de 2015: 27,26%

3. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho

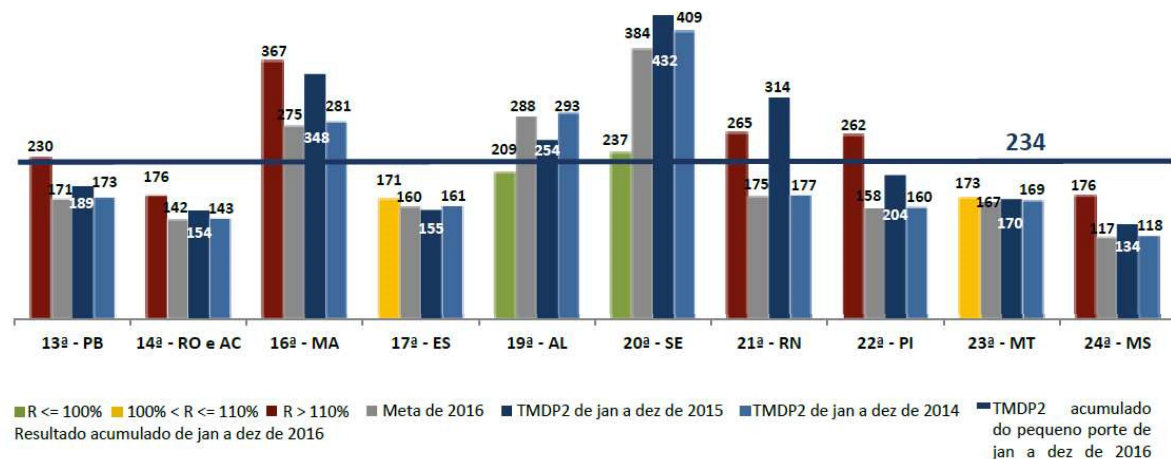
Indicadores mensurados em 2015 (Pequeno Porte)

• Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado-IEOD- CUMPRIDA



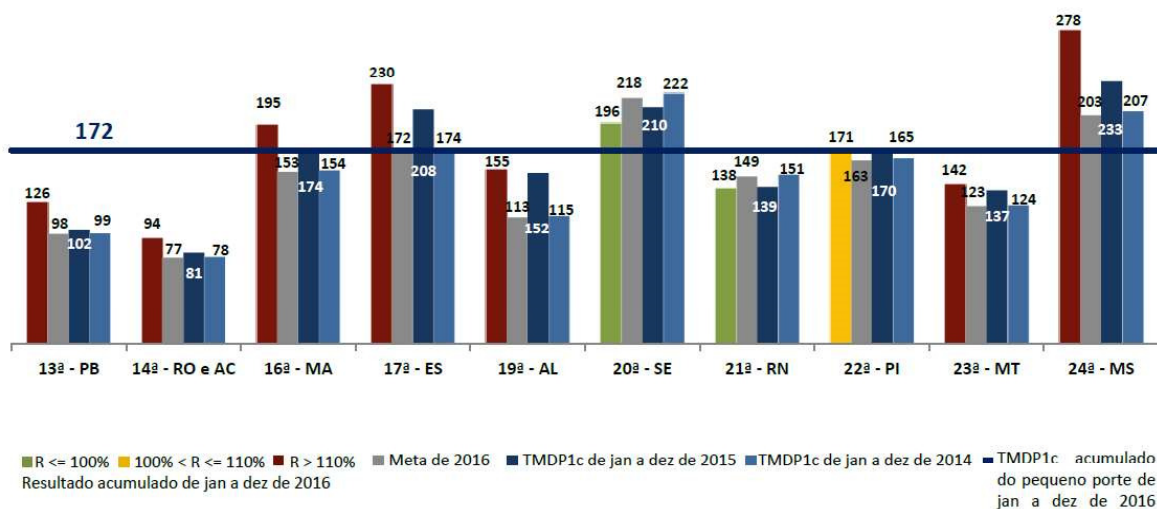
• Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância-TMDP2

***equivale a meta específica do CSJT-CUMPRIDA**



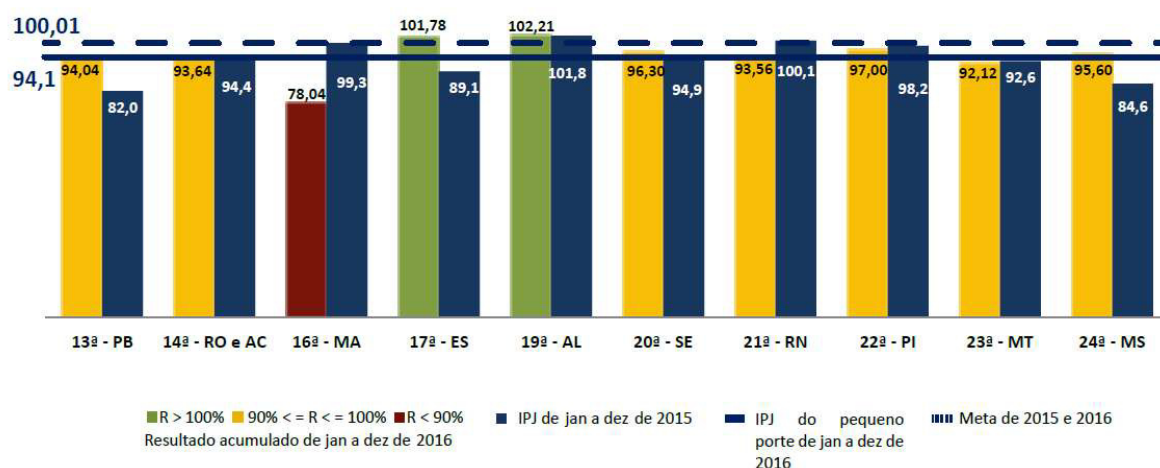
- **Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância-Fase Conhecimento-TMDP1c**

*equivale a meta específica do CSJT



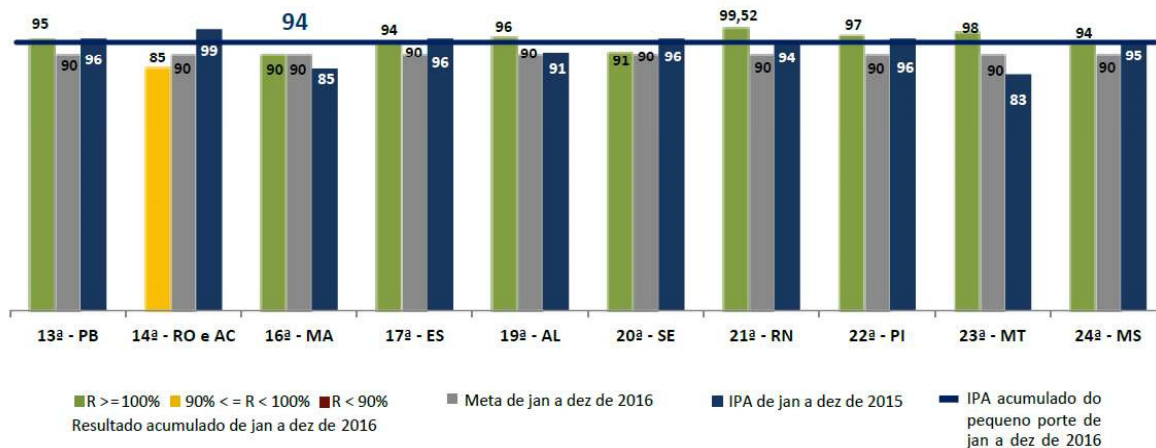
- **Índice de Processos Julgados-IPJ**

*equivale a meta nacional 01/2015



- **Índice de Processos Antigos-IPA-CUMPRIDA**

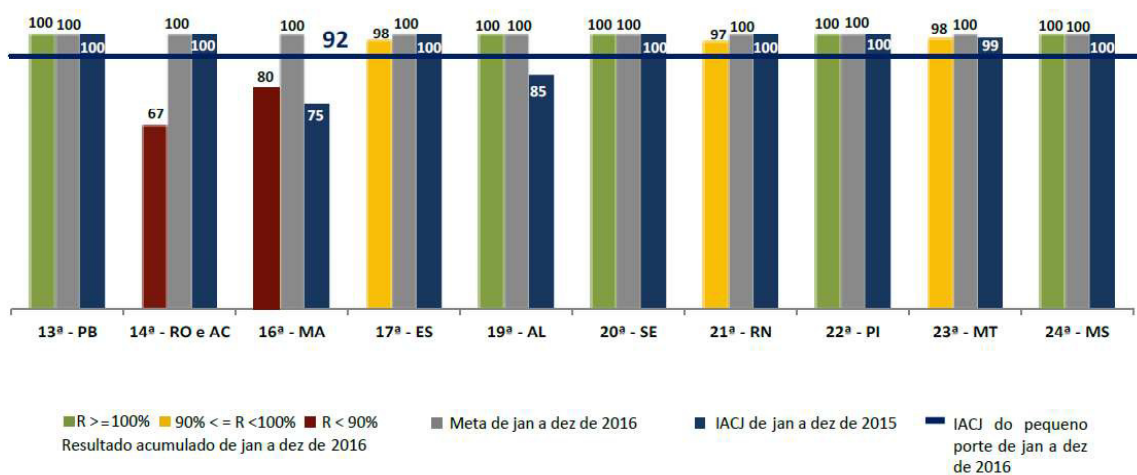
*equivale a meta nacional 02/2015



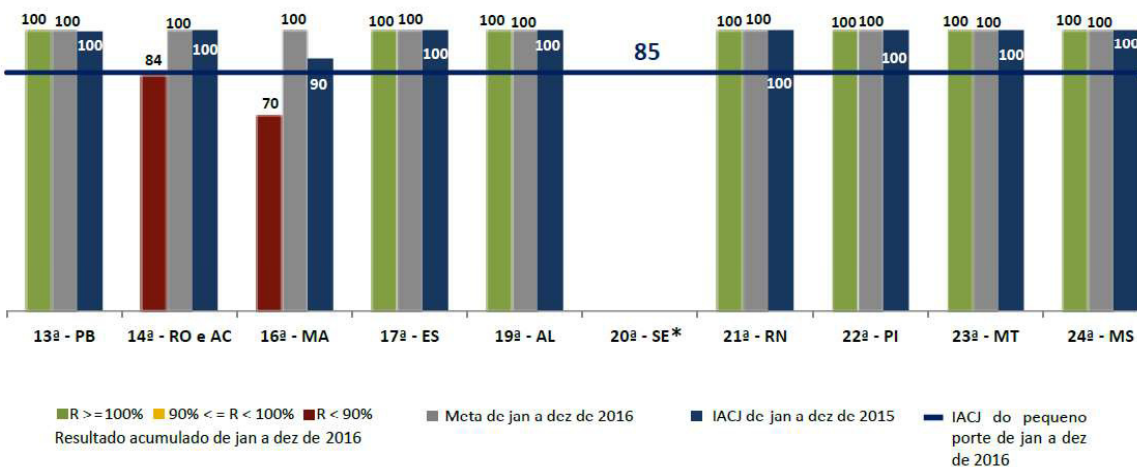
• Índice de Ações Coletivas Julgadas-IACJ

*equivale a meta nacional 06/2015

1º Grau-CUMPRIDA

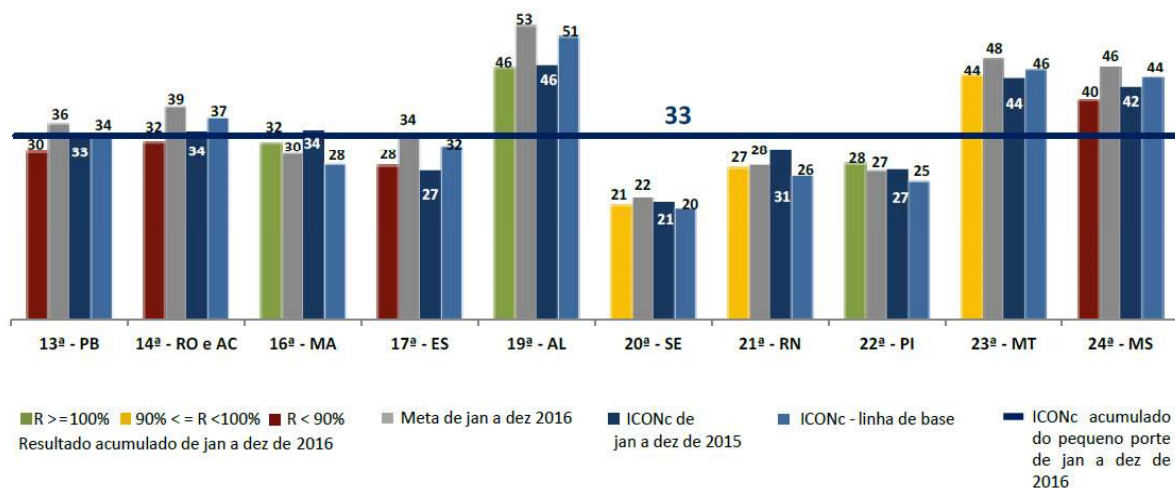


2º Grau-CUMPRIDA



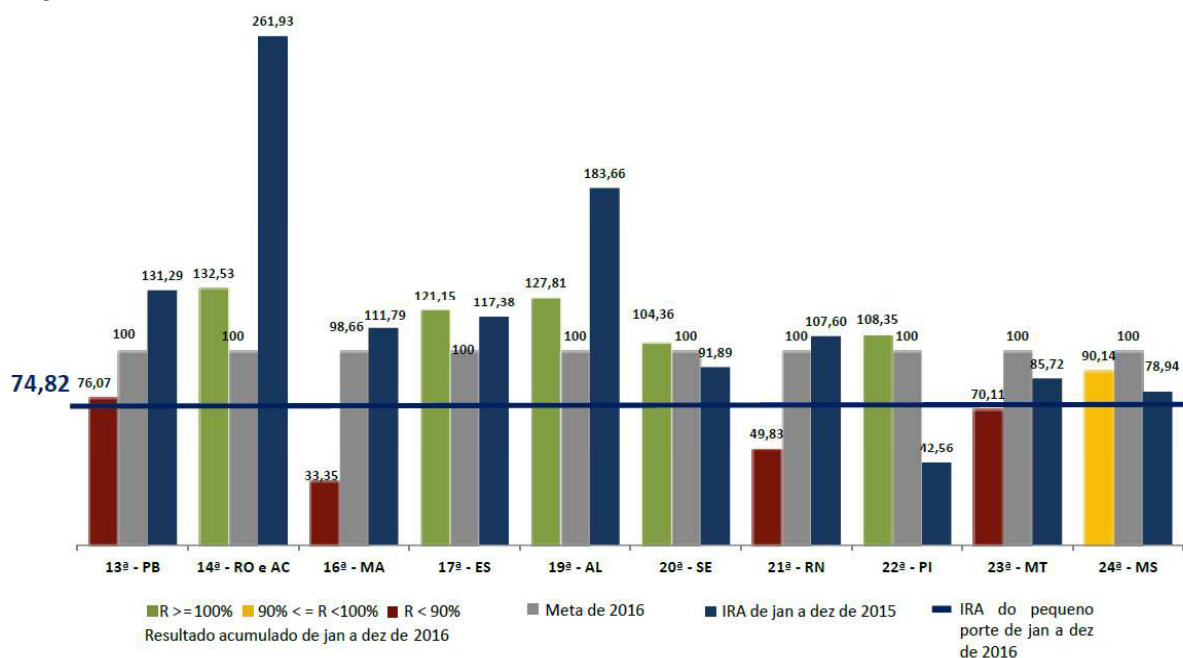
• Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento-ICONC-CUMPRIDA

*equivale a meta específica do CSJT



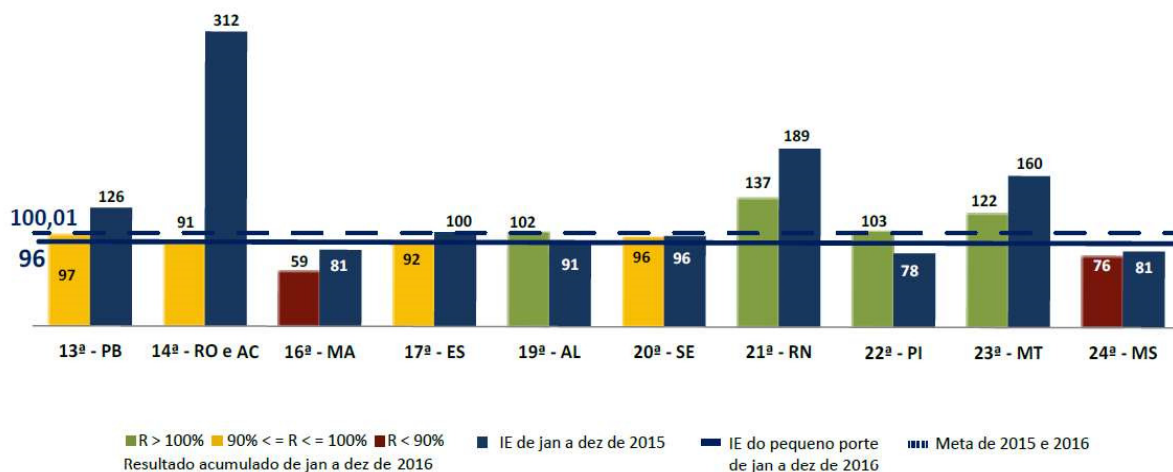
• Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes-ICP-CUMPRIDA

*equivale a meta nacional 07/2015

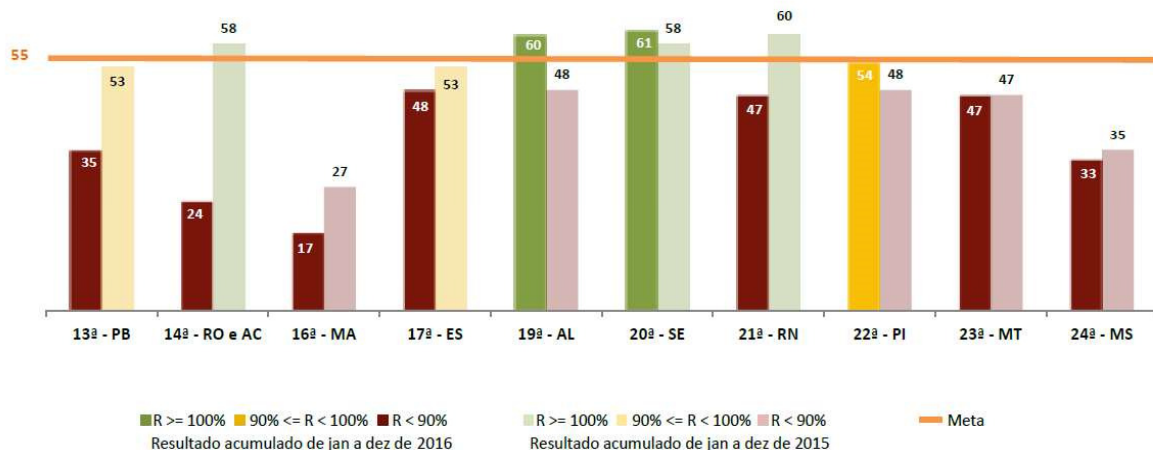


• Índice de Execução-IE-CUMPRIDA

*equivale a meta nacional 05/2015



• Índice de Alcance das Metas-IAM



4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT da 22ª Região – PEP 2015/2020

Em cumprimento ao art. 9º da Res. 198/2014/CNJ, o TRT22 realizou em 2016 04(quatro) Reuniões de Análise da Estratégia - RAE para avaliação e monitoramento dos resultados, onde foram apresentados os desempenhos do TRT22 com relação as metas propostas para 2016. O desempenho do TRT22 é apresentado em forma de slides para área fim e administrativa do TRT22. Também é utilizado o Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST, ferramenta disponibilizada pelo CSJT para todos os Tribunais do Trabalho.

Abaixo desempenho geral do TRT22 em 2016 (até 31/12/2016):

TEMA: Celeridade e Efetividade			
Indicador	Meta 2016		Realizado 2016
	Desempenho da meta		
1. Índice de Resolutividade Executiva	Baixar número	80% total de	102,92%
			128,61%

(IREx)	casos novos de execução.		
2. Índice de celeridade na fase de conhecimento (1ª Grau)	Reduzir para 159 dias o prazo de duração dos processos	171 dias	92,5%
3. Índice de celeridade na fase de conhecimento (2º Grau)	Reduzir para 190 dias o prazo de duração dos processos	262 dias	62%
4. Índice de agilidade na Tramitação dos processos de bens e serviços	40% dos processos dentro do prazo	48,72%	121,79%

TEMA: Valorização das Pessoas

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
5. Índice de satisfação com a valorização	Atingir 69% de satisfação (Pesquisa de Clima Organizacional)	64,63%	93,7%
6. Número de ações que promovam o bem-estar e a saúde de magistrados e servidores	Realizar no mínimo 03 ações	03 ações	100%

Tema: Cidadania

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
7. Número de pessoas Beneficiadas por ano pelos projetos sociais (capital e interior)	2.040 Pessoas beneficiadas	3.819 pessoas beneficiadas	187,2%

Tema: Comunicação Organizacional

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
8. Grau de satisfação do público interno com a comunicação	Atingir 71% de satisfação de magistrados e servidores (Pesquisa de Clima	79%	111,4%

	Organizacional)		
9. Grau de satisfação do usuário externo com os conteúdos e navegação do portal	Atingir 71% de satisfação dos usuários (Pesquisa Satisfação de Usuários).	59,62%	84%

Tema: Gestão de Processos

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
10. Índice de de procedimentos mapeados, aprimorados e implementados.	Realizar no mínimo 04 procedimentos mapeados, aprimorados e implementados.	04 procedimentos mapeados	100%

Tema: Infraestrutura

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
11. Grau de satisfação dos magistrados e servidores com a Infraestrutura	Atingir 89% de satisfação de magistrados e servidores (Pesquisa de Clima Organizacional)	85,94%	96,6%

Tema: Responsabilidade Social

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
12. Número de ações de Responsabilidade socioambiental.	Realizar no mínimo 02 ações de responsabilidade socioambiental	02 ações	100%
13. Índice de compras sustentáveis no almoxarifado.	Atingir 2,5% dos itens do almoxarifado atendendo aos critérios de sustentabilidade	2,80%	112,1%

Tema: Gestão de Pessoas

Indicador	Meta 2016	Realizado	Desempenho
-----------	-----------	-----------	------------

		2016	da meta
14. Índice de desenvolvimento profissional	Atingir 76% dos servidores com treinamento mínimo de 30 horas/ano.	51,51%	67,8%

Tema: Orçamento

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
15. Índice de execução do orçamento	Manter em 98,5% o valor executado sobre o valor total do orçamento.	95,75%	97,2%

Tema: Tecnologia da Informação

Indicador	Meta 2016	Realizado 2016	Desempenho da meta
16. Índice do IGov/TI (TCU)	Manter o nível aprimorado do IGov/TI	--	Não disponível

4.1 Em 2016 foram desenvolvidos os seguintes projetos:

Seguem abaixo também, além dos projetos e ações implementados em 2016, as estratégias de execução:

I - Nicho da Leitura (parceria com a Biblioteca):

Este projeto visa criar um ambiente na sede do TRT22 em que fiquem expostos livros paradidáticos e disponibilizá-los aos servidores, magistrados, terceirizados e pessoas que frequentem a Sede livros para leitura. No exercício de 2016, bem como em 2015, foram realizadas campanhas de doações de livros, adquiridos materiais para a realização da exposição e materiais de consumo para sua divulgação e manutenção. Em 19/02/2016 ocorreu o lançamento do projeto com a primeira exposição de livros disponíveis para empréstimos e atualmente encontra-se em pleno funcionamento.

II - TRT + SAÚDE (parceria com a SAMO/CGP):

Em consonância com as ações estabelecidas no PEP 2015/2020, referentes ao bem-estar e à saúde de Magistrados e Servidores, este programa visa à melhoria da qualidade de vida dos mesmos repercutindo positivamente na disposição e na satisfação no ambiente de trabalho e no clima organizacional do Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região. Em 2016 foram implementadas as seguintes atividades:

- Controle de peso e pressão;

- Painel sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho: Um olhar sobre o TRT22;

- Campanha de informação de prevenção do Zika Vírus;
- Vacina contra gripe;
- Vacina contra herpes;
- Orientação Outubro Rosa e Novembro Azul;
- Ginástica Laboral nos setores.

III - Orçamento Consciente (parceria com a EJUD/CFIN):

O projeto tem como objetivo implementar no âmbito do TRT22 as seguintes metas:

- Assegurar recursos orçamentários para a execução dos objetivos e projetos estratégicos discriminados no PEP 2015/2020;

- Capacitar através de cursos os servidores das áreas do Tribunal envolvidos com o orçamento e finanças;

- Acompanhamento mensal através do SIGEST e da Internet da execução orçamentária e financeira do TRT22;

- Instruir e sensibilizar magistrados e servidores para atuarem na execução e planejamento orçamentário, através de cartilhas, divulgação através de matérias na intranet dos prazos e benefícios do planejamento orçamentário participativo;

- Revitalização da execução do Planejamento Orçamentário Participativo;

- Alinhamento com as diretrizes estabelecidas pela Resolução Nº 195/2014/CNJ, com divulgação mensal de dados orçamentários no sítio do TRT22;

- Monitoramento da execução e das necessidades de créditos suplementares e incrementar a sua captação;

-Treinamento na ferramenta SIGEO para cada unidade do Tribunal.

No exercício de 2016 foi realizado em parceria com a EJUD o curso de Mapeamento de processos para otimizar as atividades da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, iniciando as atividades com suprimento de fundos e treinamento no SIGEO para servidores da Coordenadoria. Em parceria com a CFIN foram alocados recursos para desenvolvimento dos projetos estratégicos, divulgados mensalmente os dados orçamentários no sítio do TRT22 e SIGEST e monitorado a execução através do mapeamento das necessidades de créditos suplementares e incrementar a sua captação. Estão previstas para ser realizados até o final do projeto o orçamento participativo, a confecção de cartilhas e treinamento no SIGEO (Sistema de Gestão e Execução Orçamentária) extensivo para os demais setores

envolvidos, que ainda não foram implementadas em virtude da restrição orçamentária sofrida pela Justiça do Trabalho em 2016.

IV - Divulgar é Preciso:

O projeto tem como objetivo ampliar a atuação do Planejamento Estratégico Participativo - PEP através de uma maior integração dos setores e atender a Recomendação nº 02/2013/CNJ (Elaborar e implantar Plano de Comunicação da Estratégia).

O Plano de Comunicação da Estratégia instituído em 2013 que objetiva uma maior divulgação das atividades executadas pela SEGE, tem como fases a serem implementadas: Comunicação contínua das Metas do Poder Judiciário, Preparação e divulgação das Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, Atualização contínua do Sistema de Gestão Estratégica do TRT22 - SIGEST, Comunicação contínua das iniciativas Estratégicas - Projetos, Atualização da Cartilha do PEP, Pesquisa de Clima Organizacional, Pesquisa de Satisfação do Usuário, Oficina de Desdobramento da Estratégia e Oficinas de gestão de Processos.

A fim de implementar o projeto e divulgar o Planejamento Estratégico foram confeccionados e divulgados em 2016 os calendários, realizadas quatro Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, acompanhamento das Metas no SIGEST e realização de pesquisas de Satisfação dos Usuários e de Clima Organizacional.

V - Caminhos a Seguir:

Tem como escopo o mapeamento e racionalização dos procedimentos realizados nos processos administrativos e judiciais. Visa identificar e mapear os métodos e processos de trabalho atuais com a finalidade de redesenhá-los, assegurando a padronização, agilidade, segurança, transparência e celeridade na tramitação dos procedimentos no TRT22.

VI - Consumo consciente - Reduzir o consumo de copos:

O projeto tem como escopo a redução do consumo de copos plásticos utilizados nas dependências da Justiça do Trabalho do Piauí, cumprindo a meta de redução de 20%, proposta no Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho, biênio 2016/2017 e acordada no Termo de Adesão à A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública. A campanha visa sensibilizar os servidores da JTPI a adotar o uso de copos, xícaras e canecas duráveis. Em 2016 nas comemorações do dia do servidor foi lançada a campanha de redução do consumo de copos descartáveis que na sequência será estendida a todos os prédios do TRT22, capital e interior.

VII - EJUD sem fronteiras (parceria com a EJUD):

O projeto visa à ampliação dos treinamentos, oportunizando aos magistrados e servidores a qualificação com foco nas necessidades da instituição. No escopo do projeto estão inclusas as seguintes atividades:

- Dispor maior quantidade de cursos em EAD;
- Implantar núcleos de ensino nas varas do trabalho de Piripiri, Floriano e Oeiras;

- Implementar transmissão de eventos por streaming.

Em 2016 foram disponibilizados aos magistrados e servidores vários cursos em EAD pela Escola Judicial e foram implantados os núcleos de ensino nas Varas do Trabalho de Piripiri e Oeiras.

VIII - Escuta Terapêutica (parceria com a CGP/SAMO):

Em consonância com as ações estabelecidas no PEP 2015/2020, referentes ao bem-estar e à saúde de Magistrados e Servidores, este projeto propõe ampliar a abrangência da assistência oferecida aos mesmos através do acolhimento e da escuta clínica especializada em momentos de fragilidade e sofrimento. Busca-se auxiliar os Magistrados e Servidores ativos a lidar com as situações de sobrecarga emocional, levando-os a uma maior compreensão de si mesmo, de suas dificuldades, promovendo o manejo da angústia, a valorização da individualidade, a melhoria das relações socioprofissionais e do clima organizacional no Tribunal.

IX - Integração (parceria com a SAMO/CGP):

O projeto tem por objetivo ampliar políticas de integração dos magistrados, servidores e colaboradores do TRT22 através do fortalecimento dos laços profissionais e de amizade e como consequência melhorar o clima organizacional da Instituição. Em 2016 foram realizadas as seguintes atividades:

- Café da manhã;
- Comemoração dia das mães;
- Comemoração dia dos pais;
- Dia do servidor,
- Comemoração de natal.
- Passeio ciclista.

X - Implantação do Sistema SIGEP - Sistema de Gestão de Pessoas (parceria com CTIC/CGP/CFIN):

O projeto visa a implementação do Sistema SIGEP no TRT22 e propõe as seguintes atividades:

- Instalação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas;
- Migração dos dados do Sistema de Recursos Humanos para o SIGEP;
- Revisão e/ou edição de normas para padronização dos processos de trabalho;
- Implantação do SIGEP;
- Treinamento presencial no TRT da 2ª Região para os Analistas de Sistema e Operadores do SIGEP e em EAD (pré-requisito para o presencial).

Em 2016 foi iniciada a instalação do sistema.

Projetos Estratégicos (PEP 2015/2020):

1) Postura Certa: Tem por fim realizar adequação do mobiliário do TRT22 de acordo com as exigências ergonômicas e promover orientação através de cursos e assistências aos magistrados e servidores sobre adequação postural.

2) Harmonize: Elaborar e implementar projeto arquitetônico que valorize os espaços internos e externos das unidades e ambientes de trabalho que proporcione maior conforto visual, auditivo e olfativo.

3) Trabalho Seguro: Implementação de controles que elevem o nível de segurança no ambiente de trabalho.

4) Dual Link: O projeto prevê a contratação e implantação de links redundantes nas unidades do interior.

5) TRT Sempre Ligado: Visa a aquisição de nobreaks e geradores para as Varas do Trabalho do Interior que ainda não foram contempladas.

4.2 Ações Correlatas à atividade fim da SEGE

A SEGE, visando à implementação das ações no gozo de suas atribuições, concretizou as seguintes ações durante o ano de 2016:

- Elaboração do Relatório de atividades 2015;
- Elaboração, confecção e divulgação de panfletos das Metas Nacionais de 2016 do Poder Judiciário (nos três prédios do TRT22);
- Elaboração, confecção e entrega de calendários para divulgação do Planejamento Estratégico TRT22/ 2015-2020;
- Encaminhamento de memorando à SECOR divulgando o glossário das Metas Nacionais de 2016 do Poder Judiciário;
- Divulgação das atividades e desempenho do PEP TRT22/2015 em encontros e no Portal Colaborativo do e-mail expresso do TRT22;
- Realização da Pesquisa de Clima Organizacional e da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, compilação, análise dos resultados apresentados e divulgação;
- Elaboração do relatório solicitado pelo Controle Interno/TCU informando o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico;
- Coordenação do Subcomitê dos Tribunais de Pequeno Porte articulando com os Tribunais de Pequeno Porte as iniciativas solicitadas pelo CNJ e CSJT;
- Lançamento dos dados das Metas Nacionais no sistema do CNJ e lançamento dos dados das Metas do PEP e do Planejamento Estratégico da JT no SIGEST;
- Realização em parceria com a EJud22 do projeto Intercâmbio (Encontro de Diretores de Varas);
- Compilação e elaboração do feedback da Presidência para o diretores de vara no Encontro de Diretores de Varas;
- Preparação, organização e compilação dos dados e slides para as Reuniões de Análise da Estratégia - RAEs;

- Integração das comissões e elaboração das Atas das reuniões dos Comitês de Orçamento e de Priorização do 1º grau;
- Acompanhamento dos trabalhos dos Encontros de Diretores de Varas;
- Contabilização dos prazos de duração dos processos da área administrativos em planilha específica;
- Atualização no sítio do TRT22 das iniciativas das áreas da Gestão Estratégica;
- Elaboração de matérias a serem veiculadas na intranet e internet sobre as iniciativas da área de Gestão Estratégica;
- Reuniões e elaboração das Atas da comissão de implantação da Res.219/16/CNJ.

Cursos oferecidos aos magistrados e servidores do TRT22:

- 09/05/2016 - Semana de Formação Continuada: Desempenho do TRT22 com relação às metas nacionais e do PEP 2016;
- 09 a 10/05/2016 – Projeto Intercâmbio (Encontro dos Diretores de Varas);
- 29 a 31/08/2016 – Workshop de Mapeamento de Processos e Padronização de Rotinas;
- 12 a 16/09/2016 – Projeto Intercâmbio (Encontro dos Diretores de Varas);
- 12/09/2016 - Semana de Formação Continuada: Apresentação do Dr. Roberto sobre desempenho do TRT22 nas metas nacionais, metas CSJT e metas do PEP 2016.

Cursos recebidos pelos integrantes da Gestão Estratégica:

- 03 a 15/03/2016 – Realização do curso on line GESTAO DE ESTRATEGIA - BSC - *servidora Lilia Castelo Branco*;
- 08 e 09/08/2016 - Evento de Gestão Socioambiental do TJ/PI-*servidora Kaplann M. Ribeiro Moura*;
- 29 a 31/08/2016 - Workshop de Mapeamento de Processos e Padronização de Rotinas.

Participações em eventos pelos integrantes da Gestão Estratégica:

- 02 a 04 - Dr. Roberto e Lilia: I Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF;
- 29/04/2016 - Dr. Roberto: Palestra no Ministério Público Estadual/PI sobre planejamento estratégico.
- 14 e 15/09/2016 - Dr. Roberto, Kaplann e Lília: Videoconferência do CSJT sobre metas nacionais e revisão do PE da JT;

- 17 e 18/10/2016 - Dr. Roberto/Kaplann: : II Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF;

- 05 e 06/12/2016 - Dr. Roberto/Kaplann: X Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registradas as ações implementadas pela SEGE, cumpre-nos reconhecer e agradecer a colaboração de todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para concretização dos trabalhos desta unidade.

TÍTULO XII

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com a estrutura organizacional definida no Regulamento Geral desta Corte, na redação dada pela Resolução Administrativa nº 73/2012, a Secretaria-Geral Judiciária encontra-se diretamente subordinada à Presidência, apresentando a seguinte estrutura básica:

- Seção de Recursos – SR;
- Seção de Cálculos;
- Seção de Precatórios;
- Subseção de Atendimento Público.

2. JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE 2º GRAU

Com a instituição do Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, por intermédio da Resolução Administrativa nº 64/2007, desta Corte, a Secretaria-Geral Judiciária foi designada como setor de apoio aos procedimentos de conciliação do Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, com as atribuições de receber pedidos de conciliação, coordenar as conciliações, organizar a pauta e demais providências que se fizerem necessárias.

4. SISTEMA APT-2 PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS TRABALHISTAS DE 2º GRAU

Com a implantação do sistema APT-2 para o acompanhamento de processos trabalhistas em 2º grau, facilitou-se, sobremaneira, a expedição de expedientes referentes aos processos, tais como: certidões, notificações, ofícios e outras comunicações processuais, assim como a consulta acerca dos referidos expedientes foi otimizada, uma vez que os referidos expedientes ficam disponibilizados para as partes na internet, contribuindo para a transparência e publicidade dos atos processuais e para uma melhor prestação jurisdicional.

A implantação neste Tribunal do Sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas (APT2) congrega os processos judiciais em trâmite na 2ª instância, tendo como finalidade a adequação gradativa dos procedimentos, o que contribuirá para posterior implementação do Sistema Unificado de Administração de Processos - SUAP a ser implantado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, com o seu primeiro módulo já lançado.

4.1. SISTEMA APT VIRTUAL

Houve implementação do APT virtual, com o objetivo de proporcionar, aos jurisdicionados, celeridade e comodidade no andamento dos processos trabalhistas.

5. PJE - Versões implantadas

O processo judicial eletrônico submetido a várias versões de aperfeiçoamento, viabilizou a otimização de processos no âmbito do Poder Judiciário. As versões possibilitaram redimensionar toda a estrutura do sistema como um todo, corrigindo as inconsistências e dando melhorias as ferramentas utilizadas.

6. DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

De acordo com o Ato GP nº 08, de 15.02.2007, as intimações, notificações e outras comunicações originárias de processos trabalhistas no âmbito deste Tribunal, nos quais as partes estivessem assistidas por advogados, foram procedidas através de publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

7. ATIVIDADES ROTINEIRAS DA SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

Ao longo do ano de 2016, a Secretaria-Geral Judiciária desempenhou as seguintes tarefas:

7.1 – Seção de Precatórios

- Expedição de notificações, ofícios em geral e certidões;
- Expedição de requisição de pagamento;
- Devolução à origem de precatórios quitados;
- Acompanhamento das Requisições de Pequeno Valor da União Federal;
- Elaboração mensal da lista de pagamento do Estado e controle de pagamento dos precatórios;
- Expedição de alvarás judiciais e controle na sua liberação;
- Controle do recolhimento dos tributos dos precatórios;
- Elaboração do relatório para a confecção da DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) a ser encaminhado anualmente aos entes públicos;
- Juntada de documentos aos processos;
- Encaminhamento de processos à Presidência e outros setores para apreciação;
- Certificação de prazos processuais;
- Juntada de ofícios recebidos das instituições financeiras referentes aos pagamentos efetuados em relação aos precatórios;

- Alimentação, pagamento e quitação dos processos na modalidade PJE.
- Auxílio ao Juízo Conciliador de Precatórios, mormente nas audiências realizadas, conforme Ato GP Nº 51/2011 que introduziu o Juízo Conciliador de Precatórios ;
- Acompanhamento e baixa nos CPP's (Controle de Pagamento Parcelado dos Precatórios dos Municípios) dos valores liberados mensalmente, inclusive nos municípios em que houve conciliação;
- Lançamento no relatório de Controle de pagamento, de todos os alvarás liberados pelos Municípios;
- Elaboração de relatórios para o TCU;
- Elaboração de Relatórios para o CNJ;
- Elaboração de relatórios dos precatórios quitados junto aos Municípios;
- Prestação de informações para as correições anuais;
- Carga de processos físicos.

7.1.1 – Seção de Cálculos

- Auxiliar a Secretaria Judiciária na inclusão dos precatórios da União em programa fornecido pelo Tribunal Superior do Trabalho, em meados de junho de cada ano, para fins de requisição de pagamento via orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme legislação pertinente;
- Revisão e atualização dos cálculos antes dos pagamentos dos precatórios, nos casos de precatórios já requisitados e que ainda não tenham sido revisados;
- Prestar, nos autos dos processos, informações à Presidência quanto a erros encontrados nos cálculos, elaborando, quando possível, novas planilhas com as devidas retificações;
- Prestar informações pessoalmente à Presidência, Desembargadores, seus Assessores e servidores do Tribunal a respeito de cálculos;
- Esclarecer, quando necessário, dúvidas das partes, advogados e público em geral a respeito dos cálculos;
- Atualizar os cálculos dos precatórios do Estado do Piauí que serão pagos mensalmente, incluindo-se imposto de renda e previdência, observando-se as particularidades de cada um (formas de parcelamentos, ordem de pagamento de precatórios com vários exequentes, apuração de honorários contratuais, divisão do valor dos honorários entre dois ou mais advogados etc.);
- Elaborar os cálculos de custas, multas e honorários advocatícios nos processos de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;

- Atualizar os cálculos dos precatórios dos Municípios do Estado do Piauí que serão pagos no mês, incluindo-se imposto de renda e previdência, de acordo com as peculiaridades de cada um (acordos, parcelamentos, formas de pagamento etc.);
- Atualizar os cálculos dos precatórios da União, incluindo-se imposto de renda e previdência, quando da disponibilização dos valores incluídos;
- Manutenção nos sistemas APT, APT-virtual e PJE das atividades realizadas.
- Atualização periódica da base de dados auxiliar dos Cálculos (Tabelas de Correção Monetária Trabalhista e Previdenciária, SELIC, Salário Mínimo, legislação etc.).

7.2 – Seção de Recursos - Modalidade: processos físicos, virtuais e PJE

- Certificação de processos do recurso com petição;
- Expedição de certidões externas da seção de recurso;
- Recebimento de processos com lançamento de prazos;
- Elaboração de Mandados; Notificações, Ofícios e Alvarás;
- Juntada de petições;
- Encaminhamento de processos aos Gabinetes e demais setores;
- Recebimento de processos e lançamento no APT-2 dos Prazos.
- Elaboração de notificações pessoais(AGU, PGF, PFN e DPU);
- Certificação de prazo nos processos, em que não houve manifestação das partes;
- Certificação de publicação de processos no DJT;
- Juntada de Aviso de Recebimento das correspondências expedidas e encaminhadas, via Correios, referente às notificações e intimações;
- Certificação de processos (tempestividade de Agravo de Instrumento, Recursos de Revista, Recursos Ordinários, manifestação aos embargos, Embargos de Declaração, Contraminuta de Recursos e Contraminuta de Petições.

7.2.2 – Subseção de Atendimento ao Público

- Servidores, quer da Seção de Recursos, quer da Seção de Precatórios, prestam atendimento de balcão aos jurisdicionados e público em geral que vêm em busca de informação acerca de processos, bem como a concessão e baixa de carga de processos aos advogados.

8. RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2016

ATIVIDADES	TOTAL
ALVARÁS EXPEDIDOS	1991
CARGAS DE PROCESSOS PARA ADVOGADOS	67
DESPACHOS PUBLICADOS NO DJT	802
MANDADOS EXPEDIDOS	80
NOTIFICAÇÕES	220
PROCESSOS RECEBIDOS DE OUTROS SETORES	1679
PROCESSOS REMETIDOS A OUTROS SETORES	1642
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS	1586
REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO RECEBIDAS	1651
PRECATÓRIOS QUITADOS	860
PRECATÓRIOS REMETIDOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS	2540
RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS	5030

TÍTULO XIII
COORDENADORIA DO TRIBUNAL PLENO

- Ofícios Expedidos	210
- Notificações	705
- Intimações	00
- Resoluções Administrativas	125
- Sessões Ordinárias	15
- Sessões Extraordinárias	6
- Sessões Administrativas	21
- Sessões Solenes	02
- Audiências de Conciliação de Dissídios Coletivos	09
- Certidões de Julgamento	520
- Memorandos Expedidos	18
- Memorandos Circulares Expedidos	25
- Requisição de Material	05
- Pautas de Julgamento Publicadas	24
- Ofícios Recebidos	06
- Memorandos Recebidos	02
- Memorandos Circulares Recebidos	07

TÍTULO XIV

COORDENADORIA DAS TURMAS

Coordenadoria das Turmas

- Intimações 14
- Memorandos Circulares Expedidos 02
- Memorandos Circulares Recebidos 38
- Memorandos Expedidos 21
- Memorandos Recebidos 05
- Notificações 37
- Ofícios Expedidos 26
- Ofícios Recebidos 00
- Pautas de Julgamento Publicadas 143
- Requisição de Material 16
- Sessões Ordinárias 1ª Turma 28
(Sistema Legado e PJE)
- Sessões Ordinárias 2ª Turma 30+1 continuidade
(Sistema Legado e PJE)
- Sessões Extraordinárias 1ª Turma 04
(Sistema Legado e PJE)
- Sessões Extraordinárias 2ª Turma 09
(Sistema Legado e PJE)
- * Certidões de Julgamento – Sistema Legado (APT virtual) 1194

OBS's:

- * Certidões de julgamento - O sistema PJE não possui certidão de julgamento.

TÍTULO XV

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

APRESENTAÇÃO

À Coordenadoria de Cadastro Processual - CCP, compete: protocolar, registrar, autuar, digitalizar, virtualizar, distribuir e arquivar os processos e documentos recebidos, de caráter judiciário ou administrativo, bem como expedir toda a correspondência do Tribunal. Ela é, de acordo com o Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, subordinada à Secretaria Geral Judiciária - SGJ e é composta pelas Seções de Protocolo e Distribuição e Seção de Arquivo Geral.

Durante o ano de **2016**, foram realizadas as seguintes atividades:

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

	Emitidos	Recebidos
Ofícios	002	003
Memorandos	005	006
Certidões de Distribuição de Feitos	090	---
Total		

SEÇÃO DE PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO

Petições	
Protocolo Geral	295
Petições Eletrônicas	3.281
Protocolo Administrativo	222
Total	3.798

Correspondências	
Cartas Simples	375
Cartas Registradas	1.697
Sedex	021
Total	2.093

Entre suas inúmeras atividades, essa seção registrou a inclusão efetiva de 3.798 petições, sendo 3.576 de natureza judicial e 222 de natureza administrativa.

Entre as petições judiciais podemos destacar 585 petições de agravos de instrumento, 566 petições de recurso de revista, 007 petições de recurso ordinário e 193 petições de embargos de declaração.

Foram expedidas 2.093 correspondências, sendo 375 de natureza simples, 1.697 cartas registradas e 021 encomendas sedex.

Podemos destacar, também, a remessa e recebimento de malotes das Varas do Interior e do Colendo TST, sendo no exercício de 2016, remetidos 246 e recebidos 195.

Relevante desempenho tiveram os trabalhos de autuação e distribuição dos processos e recursos de competência do Tribunal, onde se destaca a autuação de ações de natureza originária e distribuição de processos de natureza recursal ou originária.

Processos Judiciais de Natureza Recursal/Originária	
Recebidos	914
Remetidos ao MPT	493
Processos Distribuídos	724
Processos Judiciais de Natureza Originária Autuados/Distribuídos	
Reclamação Correicional	02
Total	02

Ressalte-se, ainda, a autuação de 585 Agravos de Instrumento. Pode-se observar, também, a redução, em relação aos anos anteriores, dos processos autuados e distribuídos, isso se deve à adoção do PJe-JT – Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, onde a autuação e distribuição dos processos são feitas pelo próprio advogado, não havendo interferência desta Coordenadoria.

TÍTULO XVI

SEÇÃO DE ARQUIVO GERAL

1 APRESENTAÇÃO

A Seção de Arquivo Geral durante o ano de 2016 esteve sob a coordenação da Coordenadoria de cadastramento processual mas a partir de dezembro de 2016 passou a fazer parte da Secretaria Judiciária. A Seção funciona na Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. É responsável pelo arquivamento dos processos judiciais da capital que estão em fase de arquivamento definitivo ou fase de arquivamento intermediário e recebe também processos das Varas Federais do Trabalho do interior que já cumpriram sua fase de arquivamento definitivo/intermediária e que não foram descartados para que integrem o acervo de arquivo permanente da instituição. Também é responsável pelo arquivamento de todos os processos e documentos administrativos inclusive os que estão tramitando em meio digital, administrativos e judiciais.

Tem por missão cuidar do patrimônio documental/histórico/cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, tornando-o acessível a quem dele necessitar. Para desenvolver suas atividades a Seção conta com dois funcionários.

Serviços prestados:

- I- orientação aos setores na organização dos arquivos correntes;
- II- orientação ao público interno na utilização dos instrumentos de gestão documental;
- III- recebimento de processos judiciais das varas da capital e do interior, nos casos já especificados;
- IV- recebimentos de processos do TRT;
- V- Recebimento de processos administrativos;
- VI- Recebimento de documentos administrativos;
- VII- Conferência dos documentos e processos recebidos;
- VIII- preparação: limpeza, catalogação e acondicionamento nas caixas/pastas, dos processos e documentos recebidos;
- IX- recebimento, catalogação e acondicionamento dos áudios e vídeos do Tribunal;
- X- recebimento, catalogação e acondicionamento das fotografias do Tribunal;
- XI- Disponibilização de documentos para consulta;
- XII - orientação ao usuário externo na pesquisa de documentos;
- XIII- disponibilização de cópias de processos e documentos ao usuário;

- XIV- Alimentação do bando de dados da Seção;
- XV - Limpeza e higienização do depósito de documentos;
- XVI- criar e desenvolver projetos de exposição do acervo institucional para fins de preservação e divulgação da memória institucional;
- XVII- Fazer o descarte de documentos e processos quando for o caso.
- Compõe o acervo da Seção de Arquivo Geral: processos judiciais e administrativos, documentos administrativos: portarias, resoluções, atos, boletins internos, assentamentos funcionais, memorando, ofícios, fotografias, cd's. Acórdãos, Diários da justiça do Trabalho, atas, sentenças, livros de registro de audiências, livros de registro de reclamantes e reclamados, fichas de movimentação de processos, registro de audiências, registros de servidores, juízes, desembargadores e juízes classistas; registro de estatística das Varas além de objetos bi/tridimensionais - medalhas etc.

2 PROCESSOS CONSULTADOS NO BALCÃO DO ARQUIVO

ANO	QUANTIDADE
2014	216
2015	289
2016	345
TOTAL	850

3 FOTOCÓPIAS FORNECIDAS SEM CUSTO

ANO	QUANTIDADE
2014	1.711
2015	247
2016	952

4 FOTOCÓPIAS FORNECIDAS COM CUSTO

ANO	QUANTIDADE
2014	2094
2015	2067
2016	4.362

5 VALORES ARRECADADOS COM DARF REFERENTE A CÓPIAS

ANO	VALOR R\$
2014	586,54
2015	578,84
2016	1.221,36

6 DESCARTES DE DOCUMENTOS

ANO	QUANTIDADE
2014	124 CX BOX DE DOCUMENTOS
2015	NÃO HOUE DESCARTE
2016	NÃO HOUE DESCARTE

7 PROCESSOS ARQUIVADOS

7.1 JUDUCIAIS EM SUPORTE DE PAPEL

POR VARA E POR ANO DE AQUIVAMENTO

Ano de Arquivamento	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Parn	S. Rdo.	2ª Inst	Total
Até 2000	1.371	1.618	986	-	1.369	117	878	6.339
2001	1.085	1.435	1.200		547		128	4.395
2002	391	524	608		331		82	1.936
2003	1.537	1.534	2.101		391	143	475	6.181
2004	666	675	1.383	-	537	260	138	3.659
2005	1.174	1.326	640	71	-	14	145	3.470
2006	1.924	1.248	1.366	1.726	1.108	339	390	8.101
2007	1.242	1.352	1.247	1.103	-	-	258	5.202
2008	1.618	1.507	849	891	-	-	271	5.136
2009	1.584	1.719	1.388	914	-	13	183	5.801
2010	1.394	1.400	1.997	1.140	1	-	172	6.104
2011	718	1.149	882	246	-	-	83	3.078
2012	317	895	1.108	360		-	39	2.719
2013	589	345	1	762			29	1.726
2014	153	540	622				23	1.338
2015	249	108	527	216	3148	1111	7	5.766
2016	356	154	135	67	296	0	3	1.011
Total	16.012	17.375	16.905	7.429	7.339	1.997	3.301	71.379

7.2 JUDUCIAIS VIRTUAIS APT -

Ano de Arquivamento	Quantidade
Até 2015	19.764
2016	6.211
TOTAL	25.985

Dados extraídos do sistema APT- Virtual. Esse valor inclui somente as vara da capital.

7.3 ADMINISTRATIVOS EM SUPORTE DE PAPEL POR ANO DE AUTUAÇÃO

ANO DE AUTUAÇÃO	ATÉ 2014	2015	2016
1992	61	0	
1993	404	0	0
1994	394	0	2
1995	478	37	0
1996	424	22	0
1997	605	0	0
1998	438	0	5
1999	484	3	0
2000	265	0	3
2001	239	0	1
2002	205	0	9
2003	180	3	7
2004	352	10	7
2005	62	6	17
2006	77	5	26
2007	329	8	28
2008	9	22	27
2009	15	0	28
2010	9	7	0
2011	8	2	0
2012	0	1	0
2013	0	2	0
2014	0	0	1
2015	0	0	0
2016	0	0	1
TOTAL	5.038	128	162
TOTAL GERAL			5328

7.4 ADMINISTRATIVOS VIRTUAIS POR ANO DE AUTUAÇÃO

A partir de dezembro de 2014 todos os processos administrativos tramitam em meio totalmente virtual devido à implantação do sistema GESTORE-PAE.

ANO DE AUTUAÇÃO	ATÉ 2014
2014	0
2015	1
2016	0

8 SOLICITAÇÕES DE DESARQUIVAMENTO AT

ANO	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	TRT	VT. PRN	Total
2014	39	12	55	19	12	15	152
2015	64	27	58	25	20	4	198
2015-virtual	5	10	12	5	1	0	32
2016	25	48	102	15	10	0	200
2016-virtual	10	12	16	2	0	0	40

TÍTULO XVII

DIRETORIA-GERAL

Durante o exercício de 2016, a Diretoria-Geral de Administração deu seguimento às atividades voltadas às funções administrativas deste Regional, tais como o planejamento, orientação, coordenação e controle da instituição e das unidades que compõem sua estrutura organizacional.

Esta Diretoria, consoante a determinação contida no art. 1º do Ato GP nº 19/2013, exerceu a função precípua de ordenador de despesas, assim como a função de fazer a relação entre o TRT 22 e outras instituições públicas e privadas em questões administrativas.

Este relatório vem demonstrar, de maneira sintética, o trabalho desenvolvido na área administrativa do TRT 22 durante o exercício de 2016.

COMPOSIÇÃO FUNCIONAL:

Nos termos da Resolução Administrativa nº 73/2012, a Diretoria-Geral de Administração tem a seguinte composição:

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA JURÍDICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SEÇÃO DE ENGENHARIA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)

O setor da Diretoria Geral de Administração é composto pela Diretoria-Geral de Administração, uma Chefia de Serviços e quatro servidores de apoio, objetivando um trabalho célere e efetivo, e atendendo a demandas de todos os setores deste TRT-22.

DINÂMICA OPERACIONAL:

No âmbito de sua competência, a DGA participou de vários desafios administrativos durante o ano de 2016, provocando questionamentos e propondo caminhos a serem seguidos e resoluções desses desafios, mediante debates e reuniões junto aos setores administrativos, à Presidência, TST, CSJT, CNJ e outros órgãos.

Segue abaixo demonstrativo dos documentos produzidos na DGA, revelando a dinâmica operacional do setor:

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	
Ofícios DGA expedidos	94
Editais	14
Memorandos enviados	18
Memorandos-circular expedidos	06
Portarias DGA	565
Ofício Circular Expedido	01

OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE

Dando continuidade à obra do edifício sede, em 2016 foram praticamente executados toda a parte estrutural da nova sede deste Regional, bem como colocadas as esquadrias de alumínio e feito o reboco externo.

Para o ano de 2017 existe a previsão de licitar a 7ª etapa da obra da obra, cuja previsão orçamentária é de 19.744.000,00 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil reais).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIROS

O presente relatório tem como objetivo relatar as principais atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Licitação-CPL, Pregoeiros(a) e Equipe de Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, no exercício de 2016.

01 - Manutenção e atualização da legislação relativa ao procedimento licitatório.

02 - Emissão de informações, esclarecimentos, avisos sobre os procedimentos das licitações e outros correlatos.

03 - Elaboração de editais de licitação, providências relativas às publicações.

04 - Realização de licitações para compras, obras e contratação de serviços de qualquer natureza, nas modalidades licitatórias de pregão eletrônico e presencial, observadas as formalidades legais vigentes.

05 - Análise da documentação de habilitação preliminar de fornecedores e prestadores de serviço bem como propostas de preços.

06 - Promoção, quando necessário, de diligências junto aos fornecedores e prestadores de serviço.

07 - Realização das sessões de abertura das propostas dos procedimentos licitatórios e disputa de lances.

08- Análise e julgamentos das propostas, análise de amostras e decisões de recursos.

09- Adjudicação do objeto da licitação aos respectivos vencedores, nos casos que não houve interposição de recurso;

10- Manutenção do sistema informatizado de licitação, com alimentação de dados periódicos, com vistas a maior publicidade e transparência no trato da coisa pública.

11- Subsidiar a administração de todos os dados relativos às licitações concluídas e em andamento.

Para melhor subsidiar a Administração, segue anexo espelho das licitações realizadas no ano de 2016.

1 - PREGÃO PRESENCIAL

PREG n.º 01/2016

Processo n.º 523/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação do tipo “*coffee break*”, incluindo os serviços correlatos e de suporte nos eventos, promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região por meio da Escola Judicial (EJUD22), tais como solenidades, seminários, encontros, reuniões, palestras, cursos, conferências, treinamentos, oficinas, “*workshops*” e outros eventos, conforme condições e especificações contidas nos anexos I e I-A.

2 - PREGÕES ELETRÔNICOS

PREG ELETR n.º 01/2016

Processo n.º 716/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas nos imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com fornecimento de mão de obra e de todo o material e

equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme condições estabelecidas no edital e anexos.

PREG ELETR n.º 02/2016

Processo n.º 634/2016

Objeto: Registro de preços para fornecimento, instalação e desinstalação de condicionadores de ar do tipo split em ambientes situados nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

PREG ELETR n.º 03/2016

Processo n.º 830/2015

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de suprimentos de informática, tais como: toneres originais ou certificados pelo fabricante, ou ainda similares, Cilindros, fontes, termostatos, buchas rolo fusor, rolo transferência e unidades fusoras, com a finalidade de suprir estoque de suprimentos dos diferentes modelos de impressoras do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

PREG ELETR n.º 04/2016

Processo n.º 594/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de quaisquer componentes/peças novos (primeiro uso) para dois elevadores de fabricação SUR, modernizados recentemente pela THYSSENKRUPP, instalados no edifício Fórum Trabalhista de Teresina, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

OBS: LICITAÇÃO DESERTA

PREG ELETR n.º 05/2016.

Processo n.º 325/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar, sob o regime de empreitada por preços unitários, os serviços de reformas na Vara do Trabalho de Corrente, situada à Av. Nossa Senhora da Conceição S/N, Bairro Nova Corrente, Corrente-PI.

PREG ELETR n.º 06/2016.

Processo n.º 67/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar, sob o regime de empreitada por preço global, revisão de impermeabilização de coberturas do edifício sede, situado à rua 24 de Janeiro,181-N, Teresina-PI.

PREG ELETR n.º 07/2016.

Processo n.º 99/2016

Objeto: Registro de preços, objetivando aquisição de material de expediente (papel A4) para reposição de estoque.

PREG ELETR n.º 08/2016.

Processo n.º 68/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em imunização para o fornecimento de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) doses de vacinas contra a gripe, sem gesto vacinal.

PREG ELETR n.º 09/2016.

Processo n.º 594/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de quaisquer componentes/peças novos (primeiro uso) para dois elevadores de fabricação SUR, modernizados recentemente pela THYSSENKRUPP, instalados no edifício Fórum Trabalhista de Teresina, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

PREG ELETR n.º 10/2016

Processo n.º 136/2016

Objeto: Registro de preços, objetivando aquisição de açúcar comum, de forma parcelada, pelo período de 12 meses.

PREG ELETR n.º 11/2016.

Processo n.º 733/2015

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de carga, descarga e movimentação de bens nos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina e Varas do Trabalho do interior, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos.

PREG ELETR n.º 12/2016.

Processo n.º 136/2016

Objeto Registro de preços, objetivando aquisição de açúcar comum, de forma parcelada, pelo período de 12 meses.

PREG ELETR n.º 13/2016.

Processo n.º 165/2016

Objeto: Registro de preços, objetivando a aquisição de material de consumo de informática(HD's) para atender demanda do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme especificações, condições e quantidades relacionadas no termo de referência, anexo I do edital.

PREG ELETR n.º 14/2016.

Processo n.º 196/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos para instalação de sistemas de alarmes e cercas elétricas nos prédios da Justiça do Trabalho em Teresina, Parnaíba, Piripiri, São Raimundo Nonato, Picos, Floriano, Oeiras, Valença, Bom Jesus, Corrente e Uruçuí.

PREG ELETR n.º 15/2016.

Processo n.º 221/2016

Objeto: Contratação de dois links dedicados de acesso à Internet sendo providos por operadoras distintas, um circuito devendo ser entregue na Sede do TRT da 22ª Região e outro no Complexo Administrativo do Tribunal, com serviço de instalação, configuração e suporte à migração para o protocolo BGP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

PREG ELETR n.º 16/2016.

Processo n.º 733/2015

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de carga, descarga e movimentação de bens nos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina e Varas do Trabalho do interior, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos.

PREG ELETR n.º 17/2016.

Processo n.º 332/2016

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos (telefones e fones de ouvido) destinados aos diversos setores deste Tribunal,

conforme relação, quantitativo, especificações e demais condições constantes no Termo de Referência, anexo I do edital.

PREG ELETR n.º 18/2016.

Processo n.º 362/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado instalados nos Edifícios da Justiça do Trabalho em Teresina, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, material, ferramentas, substituição de quaisquer peças e fornecimento de gás, bem como a implantação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), conforme Portaria GM/MS nº 3.523/1998 e Resolução ANVISA nº 176/2000, revisada pela Resolução ANVISA nº 09/2003, em consonância com a NBR 13971/2014, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PREG ELETR n.º 19/2016.

Processo n.º 414/2016

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade Longa Distância Nacional, Intrarregional e Inter-regional, para intermediação das ligações interurbanas originadas de telefones fixos instalados nos prédios do TRT-22ª Região e destinadas a telefones fixo ou móvel de qualquer município pertencente às regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas, conforme especificações constantes do termo de referência.

PREG ELETR n.º 20/2016.

Processo n.º 374/2016

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de peças para impressoras fora de garantia e atender demanda devido o desgaste natural de peças que tem sua vida útil associada ao número de impressões realizadas, conforme especificações, condições e quantidades relacionadas no termo de referência.

PREG ELETR n.º 21/2016

Processo n.º 347/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro total de veículos, com franquia obrigatória e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da

Tabela FIPE – com vigência de 24(vinte e quatro) meses, para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

PREG ELETR n.º 22/2016.

Processo n.º 411/2016

Objeto: Aquisição eventual de material de copa e cozinha, pelo sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste TRT 22, por um período de 12 meses.

PREG ELETR n.º 23/2016.

Processo n.º 344/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis do TRT-22ª Região (TRT22), com fornecimento de mão de obra e de todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

PREG ELETR n.º 24/2016.

Processo n.º 735/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, reforma da sala onde será instalado o Estúdio da Assessoria de Comunicação no edifício sede, situado à rua 24 de Janeiro,181-N, Centro, Teresina-PI.

PREG ELETR n.º 25/2016.

Processo n.º 428/2016

Objeto: Aquisição de material bibliográfico para atender às solicitações do Tribunal Regional do Trabalho - 22ª Região.

PREG ELETR n.º 26/2016.

Processo n.º 555/2015

Objeto: Aquisição eventual de material de expediente, pelo sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades do TRT 22, por um período de 12 meses.

PREG ELETR n.º 27/2016.

Processo n.º 410/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Gerenciamento de Frota de Veículos e geradores para o Tribunal do Trabalho – 22ª Região por meio eletrônico, através de cartões inteligentes personalizados para cada veículo e gerador, com software disponibilizado pela internet.

PREG ELETR n.º 28/2016.

Processo n.º 559/2016

Objeto: Aquisição de baterias para nobreaks, pelo sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste TRT 22, por um período de 12 meses.

PREG ELETR n.º 29/2016.

Processo n.º 507/2015

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de condicionadores de ar do tipo split, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no termo de referência.

PREG ELETR n.º 30/2016.

Processo n.º 554 /2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual de impressos para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, nos termos e condições constantes no Termo de Referência.

PREG ELETR n.º 31/2016.

Processo n.º 603/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência.

PREG ELETR n.º 32/2016.

Processo n.º 496/2016

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de lâmpadas LED, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência e seus anexo.

PREG ELETR n.º 33/2016.

Processo n.º 645/2016

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material de copa e cozinha, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital.

SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

1. As atividades realizadas pela Seção de Contratos e Convênios, no exercício de 2016, foram as seguintes:

- Confecção de minutas de contratos, para aquisição de materiais permanentes, de consumo e contratação de serviços de terceiros, convênios, termos de cessão, acordos de cooperação técnica e respectivos termos aditivos;
- Lavratura de contratos, atas de registros de preços, convênios e respectivos termos aditivos e apostilas;
- Confecção de extratos de contratos, atas de registro de preços, termos aditivos e convênios, para publicação no D.O.U., e respectivas certificações;
- Atualização das fichas dos contratos e assinaturas de revistas, jornais e periódicos;
- Controle das datas de vencimento dos contratos e assinaturas e representação do término dos contratos a vencer.
- Análise de planilhas de custo para fins de repactuação;
- Manifestações sobre repactuações, reajustes e revisões;
- Publicações de outras matérias de interesse do TRT 22ª Região na Imprensa Nacional.
- Envio de informações sobre contratos e convênios a título de cooperação com outros órgãos.

2. As atividades descritas no item anterior geraram os quantitativos abaixo:

Modalidade	Quant.
Termos de Cessão de Uso (Formalizados)	1
Termos de Cessão de Uso (Pendentes)	3
Termos de Contratos	32
Termos Aditivos	19
Atas de Registro de Preços	26
Acordos de Cooperação	1
Apostilas	33
Análise de planilhas de custos	164
Manifestações sobre repactuações	4
Publicações	84

Modalidade	Quant.
Proposições Administrativas	18
Periódicos/Plataformas (títulos)	36
Ofícios	43
Memorandos	17

TÍTULO XVIII

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Durante o exercício de 2016 foram realizadas atividades de Gestão de Pessoas, inerentes às competências do cargo, as quais sejam: coordenar, orientar, controlar e supervisionar os trabalhos realizados por Assistente-Chefe de Seção, Assistente de Setor e demais servidores e estagiários lotados na CGP.

SEÇÃO DE CADASTRO, FREQUÊNCIA E TEMPO DE SERVIÇO

Responsável: Justino Barbosa Neto

Função Comissionada: FC04 – Assistente-Chefe

As atividades da Seção de Cadastro, Frequência e Tempo de Serviço - SCFTS estão relacionadas com a apuração de frequência, tempo de serviço e a permanente atualização dos assentamentos individuais dos servidores e do Quadro de Pessoal deste Regional;

Esta Seção trabalha diretamente com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, através do Sistema de Recursos Humanos – SRH implantado neste Tribunal para melhor atender as demandas de diversos setores. Desta forma, comunica-se, de imediato, àquela Coordenadoria, para os devidos fins, quaisquer alterações na vida funcional dos servidores que importem na perda ou aquisição de vantagens.

Além dessas atividades a referida seção desempenhou com zelo e dedicação as seguintes atribuições:

- Procedeu à identificação e matrícula de Servidores e expediu carteiras de identidade funcional e crachás;
- Manteve o controle da frequência e alterações relativas aos servidores à disposição, fornecendo-os aos órgãos de origem;
- Apurou e manteve o controle de frequência dos servidores, inclusive dos que estavam à disposição de outros órgãos, com ou sem ônus para o Tribunal, comunicando quaisquer alterações, relativamente aos cedidos com ônus para o Tribunal, à Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Controlou os dados pessoais dos servidores para efeito de posse e lavrou os respectivos termos;
- Encaminhou à Coordenadoria de Controle Interno para análise prévia, mediante despacho, a documentação necessária à posse e/ou exercício de servidores;
- Procedeu às averbações, nas pastas de assentamentos individuais, de todos os Atos, Portarias, Ordens de Serviço, Frequências, Títulos, Tempo de Serviço, etc., relativos a cada servidor;

- Expediu certidões de tempo de serviço e certidões diversas e declarações a servidores;
- Fez as anotações de alteração de férias utilizando os sistemas Gestore PAE e o SRH;
- Providenciou o arquivamento de diversos processos físicos e eletrônicos;
- Atendeu ao público interno e externo, através de todos os recursos eletrônicos disponíveis e pessoalmente;
- Controlou o cadastro e a organização da vida funcional dos servidores do quadro permanente, comissionados e requisitados;
- Controlou e manteve atualizado, através de anotações no SRH a lotação, remoção, frequência, escala de férias, licenças e afastamentos dos servidores;
- Elaborou da Escala de Férias para o ano de 2017, contactando todos os servidores fora do regional e posteriormente informando as diversos órgãos as férias aprazadas por seus servidores ora em exercício neste regional ;
- Enviou as informações sobre nomeações, exonerações e vacâncias à Coordenadoria de Controle Interno, para repasse ao Tribunal de Contas da União;
- Cadastrou no SISAC do Tribunal de Contas da União as admissões, vacâncias e aposentadorias ocorridas no âmbito deste Regional;
- Publicou no Diário Oficial da União de Atos e Portarias das matérias pertinentes aos servidores;
- Controlou o Ponto Eletrônico em Teresina-PI;
- Oficiou aos diversos órgãos sobre a vida funcional de seus servidores e respondeu aos ofícios e e-mails recebidos.

ESTATÍSTICA

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO

No exercício de 2016 não foi realizado concurso interno de remoção.

CONCURSO EXTERNO DE REDISTRIBUIÇÃO E REDISTRIBUIÇÕES

Foram efetivadas 04(quatro) redistribuições da relação de candidatos habilitados no Processo Seletivo Para Priorização na Redistribuição de Cargo Efetivo – Edital nº 01/2015, 02 (dois) Analista Judiciário e 02 (dois) Técnico Judiciário.

No exercício de 2016, foram concluídos 6 (seis) processos de redistribuição, 03 (três) de Analista Judiciário e 03 (três) de Técnico Judiciário.

CONCURSO PÚBLICO

Não existia concurso público para servidor vigente no exercício de 2016.

INFORMAÇÃO VIA SISTEMA SISAC AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Foi informado ao TCU 1(uma) aposentadoria.

SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SDP

Responsável: Ana karine Uchoa Leite Brito Amorim

Função Comissionada: FC – 04 – Assistente-Chefe

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) é responsável pela execução das atividades inerentes à Avaliação de Desempenho, Adicional de Qualificação, Estágio e de propor e executar Programas que permitam o desenvolvimento do Servidor.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas realizou as seguintes atividades na área de capacitação no ano de 2016:

- Identificação da necessidade de capacitação para Servidores passíveis de promoção;
- Solicitação de cursos com a finalidade de promover o desenvolvimento dos servidores deste Regional de acordo com o observado nas avaliações de desempenho dos servidores.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Durante o ano 2016, o Programa de Avaliação de Desempenho de Servidores do TRT da 22ª Região – PADS 22, promoveu a avaliação de desempenho de servidores estáveis e em estágio probatório pertencentes ao Quadro de Pessoal, e ainda, de servidores cedidos, de acordo com as solicitações dos órgãos cedentes, bem como dos removidos. Coube também à SDP a instrução de processos de avaliação de desempenho, acompanhar o ingresso e desligamento de servidores, verificar a ocorrência de licenças médicas, alterações de lotação, interrupção de exercício e demais atividades afetas ao tema, assim como a orientação de avaliadores e avaliados sobre o programa de avaliação de desempenho deste TRT.

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) acompanhou os casos de servidores passíveis de progressão e promoção funcional, observando os critérios estabelecidos no ATO GP Nº 132/2000, na Lei Nº 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta Nº 01/2007.

Foram encaminhadas, via e-mail, malote físico e digital, as fichas de avaliações de desempenho dos servidores do quadro permanente do TRT22 e dos servidores cedidos a este Regional, conforme quantitativo abaixo:

	Servidores do Quadro Permanente do TRT22	Servidores de outros Regionais
Fichas de Avaliações de Desempenho	403	32

As avaliações dos servidores passíveis de progressão/promoção foram realizadas mensalmente, de acordo com os novos critérios estabelecidos na Lei 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta Nº 01/2007. E as avaliações dos servidores não passíveis de movimentação (progressão/promoção) foram realizadas nos meses de abril e outubro, conforme dispões o Ato GP Nº 132/2000. Foram enviadas trinta e cinco fichas de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório durante todo ano de 2016 e cento e sessenta fichas de servidores estáveis passíveis de progressão/promoção pertencente ao quadro deste Regional.

	Servidores passíveis de progressão/promoção	Servidores em estágio probatório	Servidores em final de carreira - C13-abril	Servidores em final de carreira - C13-outubro
Fichas de Avaliações de Desempenho	190	31	145	68

No ano de 2016, a SDP encaminhou relatório mensal referente à avaliação especial de desempenho (por completar 31 meses de efetivo exercício) de vinte servidores.

Foi emitido relatório de acordo com os instrumentos de avaliação devolvidos pelos avaliadores, confeccionado as minutas de portarias de progressão dos servidores estáveis e em estágio probatório; portaria de avaliação especial de desempenho e portaria homologando estágio probatório para análise da Comissão.

A Seção atuou, também, como integrante da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores do TRT da 22ª Região – PADS 22.

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Quanto ao Adicional de Qualificação a SDP realizou, no ano de 2016, às seguintes atividades:

- Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos servidores para fins de averbação nos assentamentos funcionais e percepção do Adicional de Qualificação;
- Verificação das ações de treinamentos, das graduações e das pós-graduações no que se refere aos termos da Lei 11.416/2006, o Anexo I da Portaria Conjunta nº 01/2007 e a Portaria Conjunta Nº 02/2016 dos Tribunais Superiores;
- Instrução de processos para implementação do Adicional de Qualificação decorrente de cursos de graduação, pós-graduação e ações de treinamento;
- Atuação como integrante da Comissão de Avaliação referente à Aquisição do Adicional de Qualificação decorrente de Cursos de graduação, Pós-Graduação e Ações de Treinamento;
- Realização de pesquisa junto ao CSJT, MEC, Instituições de Ensino, bem como, pesquisa de legislação interna dos órgãos da justiça do trabalho; acompanhamento de posições dos Conselhos Superiores sobre o tema; consulta aos órgãos do judiciário sobre questões relacionadas ao tema; respostas a consultas sobre Adicionais de Qualificação advindas dos outros tribunais do país e atendimento aos servidores em questões relacionadas a Adicional de Qualificação;
- Notificação aos servidores das decisões exaradas nos Processos Administrativos;
- Produção no sistema de recursos humanos de relatório mensal referente ao Adicional de Qualificação - ações de treinamento;
- Organização das pastas dos servidores e de toda a documentação pertinente para apresentação à Comissão do Adicional de Qualificação;
- Confecção da minuta da portaria referente às ações de treinamento, graduação e pós-graduação e registro das referidas portarias no sistema SRH;
- Arquivamento dos certificados, diplomas, títulos e declarações nas pastas funcionais físicas e digitais dos servidores;
- Reunião da “Comissão Permanente de Avaliação referente à aquisição do Adicional de Qualificação decorrente dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Ações de Treinamento” para avaliação final dos títulos de ações de treinamento e pós-graduação apresentados e implementação do adicional de graduação;
- Averbação dos títulos de ações de treinamento, graduação e de pós-graduação nos assentamentos funcionais dos servidores;

Processos de Adicional de Qualificação - Ações de Treinamentos, Graduação e Pós-Graduação

	Ações de Treinamento	Graduação	Pós-Graduação
PROCESSOS Nº	112/2016	451/2016	117/2016
			438/2016
			466/2016

ESTÁGIO

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas realizou seleção para estágio, desenvolveu às atividade de ingresso e desligamento, confecção de crachás e certificados, encaminhou relatórios às Universidades/Faculdades, solicitou renovação dos convênios com as Instituições de Ensino, instruiu processo de seguro acidentes pessoais, pagamentos de bolsa e auxílio-transporte e atendeu aos estagiários e supervisores.

Testes Seletivos realizados em 2016

PROCESSO	EDITAL	CIDADE	CURSO	NÍVEL	TURNO	Nº DE VAGAS
PA Nº 463/2016	Editai DGA nº 2/2016	Oeiras	Direito	superior	manhã	1 + CR
PA Nº 504/2016	Editai DGA nº 7/2016	Teresina	Direito	superior	manhã	2 + CR
PA Nº 579/2016	Editai DGA nº 12/2016	Floriano	Direito	superior	manhã	1 + CR

Na realização dos testes seletivos foram concedidos folgas aos colaboradores (responsáveis pela elaboração de provas, correção e fiscalização), tendo em vista a falta de orçamento para pagamento destes, conforme o Ato GP Nº 07/2014.

Quadro de Estagiários de Educação Superior e Profissional (Estágio Não-Obrigatório) - Ato GP Nº 30/2016

LOTAÇÃO	QUANTIDADE
Central de Leilão (FORUM)	1
SGJ	1
CTP	1
CTP	1
Secretaria de Gestão Estratégica	1
SGP (Assessoria Judicial)	1
GDFTFMML	1
GDFTLC	1
GDFTWJB	1

CGP	1
1ª VT	3
2ª VT	3
3ª VT	3
4ª VT	3
VT-Corrente	1
VT-Florianópolis	2
VT-Oeiras	1
VT-Parnaíba	2
VT-Picos	2
VT-Piripiri	2
VT-SRN	2
VT-Bom Jesus	1
VT-Valença do Piauí	1
VT-Uruçuí	1
TOTAL	37

Os cursos de graduação e de nível médio que foram contemplados pelo programa de estágio no ano de 2016, são:

Graduação	Área de Lotação	Quantidade
Direito	Área jurídica	30
Ciências Contábeis	Área jurídica	3
Administração	Área jurídica	1
Administração	Área administrativa	1

Nível Médio (Técnico-Profissionalizante)	Área de Lotação	Quantidade
Serviços Jurídicos	Área jurídica	2

Composição do Quadro de Estágio durante o ano de 2016

Nível de escolaridade	Quantidade de contratos de estágio vigentes				Despesas
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior (Direito)	38	31	26	30	277.563,48
Nível Superior (Administração e Ciências Contábeis)	12	5	5	5	68.543,54
Nível Médio (Serviços Jurídicos)	3	2	2	2	12.005,99

TOTAL	53	38	33	37	358.113,01
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------------

Outras despesas com estágio

Seguro	Quantidade de vidas	Despesas
Seguro Acidentes Pessoais - Estagiários	37	931,20

A bolsa de estágio de nível superior e nível médio continuaram com os valores de 2014, R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) para nível superior e R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) para nível médio (Ato GP Nº 21/2014).

Outras Atividades da Seção de Desenvolvimento de Pessoas

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas atuou nas atividades de Implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências realizando o mapeamento dos cargos/funções de Diretor de Secretaria de Vara, Calculista, Secretário de Audiência e Assistente de Juiz.

SEÇÃO DE MAGISTRADOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - SMIP

Responsável: Maureen O'Hara de Mato Tito Rodrigues

Função Comissionada: FC – 04 – Assistente-Chefe

À Seção de Magistrados, Inativos e Pensionistas (SMIP) tem a competência de coordenar e orientar as atividades relacionadas com a apuração de frequência, tempo de serviço e permanente atualização dos assentamentos individuais dos Juízes e Desembargadores do TRT 22ª Região, efetuar diligências junto aos Órgãos da Justiça do Trabalho, visando a regular instrução dos processos de sua competência; lavrar certidões de tempo de serviço e expedir declarações e atestados aos Juízes, à vista dos assentamentos funcionais; assim como manter organizado o prontuário de pessoal inativo e pensionista.

Quadro Magistrados Inativos e Pensionistas 2016

Desembargadores	Juiz Titular de Vara	Juiz do Trabalho Substituto	Inativos	Pensionistas
08	14	15	21	09

No ano 2016 esta Seção realizou diversas atividades, tendo em vista, as atribuições descritas acima:

- Permanente atualização dos dados cadastrais de magistrados, Inativos e Pensionistas, no sistema de Recursos Humanos;

• Instrução de Processos Administrativos- magistrados, Inativos e Pensionistas-

- licença paternidade;
- licença para tratamento de saúde;
- licença por motivo de doença em pessoa da família;
- afastamento para estudo (Doutorado);
- afastamento para estudo (mestrado);
- aposentadoria;
- Isenção de Imposto de Renda;
- licença por motivo de falecimento;
- indenização de férias;
- pensão;
- indenização de transporte e moradia;
- remoção por permuta;
- licença gestante; e
- ajuda de custo;

• Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais, sobre magistrados;

• Minutas de Portarias (diárias, férias, afastamentos, liberação, aposentadoria, etc) para assinatura pela Presidência do Tribunal e pela Secretaria da Corregedoria;

• Processo de Recadastramento de Inativos e Pensionistas deste Regional.

• Confecção da Lista de Antiquidade dos magistrados para aprovação pelo Tribunal Pleno;

• Procedimentos para o pagamento da Gratificação por encargos de magistrados;

• Expedição de carteiras de identidade de magistrados;

• Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos Magistrados;

• Produção de relatórios diversos para os órgãos superiores da Justiça do Trabalho (TST, CNJ, CSJT);

• Apuração do abono de permanência para o TCU;

• Informações, via sistema SISAC, das nomeações, exonerações, aposentadorias e vacância de magistrados para o Tribunal de Contas da União;

• Relatório anual de atividades;

• Elaboração das planilhas de férias para marcação anual;

• Confecção de dados estatísticos referente a capacitação e treinamento de Magistrados;

- Atendimento ao público;
- Organização das pastas dos Magistrados, Inativos e Pensionistas de toda a documentação e Processos;
- Atuação no Programa "Aposentadoria Saudável";
- Encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça as declarações dos Magistrados quanto ao disposto no art. 5º da Resolução-CNJ nº 34/2007 (atividade docente);
- Outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO - SELE

Responsável: Celso José de Sousa

Função Comissionada: FC – 04 – Assistente-Chefe

À Seção de Legislação (SELE) procura manter atualizadas as informações sobre a legislação, resoluções administrativas, jurisprudência emitida pelos Tribunais, orientações oriundas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Consultoria-Geral da República e normas dos Conselhos Superior da Justiça do Trabalho e Nacional de Justiça, dentre outros órgãos, notadamente as decisões do Tribunal de Contas da União relativas a pessoal e à administração pública. Instrui processos e recursos relacionados com direitos e deveres do pessoal, bem assim respeitantes à administração como um todo.

No ano 2016 esta Seção, dentre outras atividades, elaborou pareceres acerca de diversos assuntos, dentre os quais:

- Arquivamento de Processos Administrativos;
- Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais;
- Redistribuição por reciprocidade, com cargo vago e/ou cargos ocupados;
- Remoção por permuta;
- Liberação de Servidor para conselho de classe (COREN);
- Liberação de Servidor para comparecer a audiência judicial;
- Ajuda de custo;
- Auxílio-Moradia;
- Certificação de tempestividade;
- Certidão de desentranhamento;
- Certidão de arquivamento;
- Autuação e processamento de feitos;
- Averbação de Tempos de Serviço e Contribuição;

• Averbação de Tempo de Serviço prestado em mandato eletivo sem comprovação de contribuição;

- Remoções;
- Licença à gestante e Prorrogações;
- Licença eleitoral;
- Licença para doação de sangue;
- Licença em virtude de falecimento de pessoa da família;
- Licença para Acompanhar Pessoa da Família enferma;
- Licença para Tratamento de Saúde requerida fora do prazo regulamentar;

- Licença-paternidade;
- Licença em razão de casamento;
- Ressarcimento de despesas;
- Minuta de Atos, Portarias e Resoluções Administrativas;
- Análise sobre aposentadoeria voluntária com proventos integrais;
- Adicional de insalubridade;
- Pagamento de diferença de função e inversão do ônus da prova;
- Vacância de cargo por posse em outro cargo inacumulável;
- Cessaçao de licença para acompanhamento de cônjuge;
- Abono de falta em face de comparecimento à Junta Médica Oficial;
- Licença-paternidade;
- Licença-capacitação;
- Confecção de ofícios e memorandos;
- Conversão de tempo especial de serviço em tempo especial de risco;

- Afastamento para participação em Congresso Médico;
- Compensação de dias de participação em greve com dias trabalhados em recesso forense.

RELATÓRIO DA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS - SBPA

Responsável: Ana Araci de Sousa Martins Almeida

Função Comissionada: FC – 04 – Assistente-Chefe

A Seção de Programas Assistenciais- SBPA tem por finalidade administrar os benefícios de magistrados e servidores ativos e inativos deste

Regional, tais como Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial, Auxílio-Alimentação, Auxílio à Creche e à Pré-Escola, Auxílio-Transporte e Inclusão/Exclusão de Dependentes no Imposto de Renda.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Orçamento

FONTE	2016
Orçamento Geral da União	R\$ 3.640.380,00
Valor gasto	R\$ 3.638.913,03

Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial

Beneficiários	2016
Dependentes Legais	1023
Dependentes Especiais	405
Total	1428

Auxílio-Alimentação

Beneficiários	2016
Servidores	430

Este benefício é concedido em pecúnia a todos os servidores e magistrados em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, bem como aos requisitados e cedidos que optem pelo recebimento do mesmo por este Regional.

Auxílio-Transporte

Beneficiários	2016
Servidores	04

Auxílio à Creche e à Pré-Escola

Beneficiários	2016
Servidores/magistrados	106

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS- SBPA

- Instrução de processos relativos à concessão de benefícios: Inclusão no Plano de Saúde e Imposto de Renda, concessão de Auxílio Alimentação, Auxílio à Creche e Pré-escola, Auxílio natalidade e Auxílio transporte;
- Controle diário de inclusão e exclusão no Sistema **Gestore Pae** de beneficiários nos programas assistenciais;

- Elaboração de Pareceres referentes ao plano de saúde e demais benefícios;
- Relatórios com movimentação de beneficiários do plano de saúde para Humana Saúde;
- Intermediação entre beneficiários do plano de saúde e Humana Saúde para solução de problemas;
- Recadastramento de dependentes no plano de saúde no **GestorePae**;
- Acompanhamento às atividades realizadas no Sampo;
- Elaboração de termos de referência: contratação de empresa de plano de saúde, aquisição de material de consumo e odontológico, vacina contra gripe;
- Conferência Mensal da fatura da Humana Saúde;
- Fiscalização do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial;
- Relatório anual de atividades.

OUTRAS ATIVIDADES

- Participação efetiva no Programa: TRT Solidário;
- Participação efetiva no Programa: Aposentadoria Saudável;
- Participação efetiva nos eventos de saúde e integração.

SETOR DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOLÓGICA E ODONTOLÓGICA -SAMPO

O Setor de Assistência Médica, Psicológica Odontológica (SAMPO) prestar assistência médica e odontológica aos Magistrados e Servidores, procede à inspeção médica-odontológica para fins de concessão de licenças médicas, realiza exames e inspeções de saúde para efeito de posse ou concessão de licenças e aposentadorias por invalidez, opina sobre os pedidos de licença para tratamento de saúde, quando formulados por Magistrados ou Servidores deste Regional ou de outros órgãos oficiais por acordo de cooperação, constitui Junta Médica para exame dos Magistrados e Servidores em casos de aposentadoria por invalidez, prorrogação de licença médica para tratamento de saúde ou de familiar na forma da legislação pertinente, realiza atendimento de enfermagem, desenvolvem ações de promoção e prevenção de saúde, além de outras atividades correlatas, determinadas pela chefia imediata.

No ano de 2016, o Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica prestou os seguintes serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

SERVIÇOS DO SAMPO REALIZADOS NO ANO 2016

Descrição	Quant
Consulta médicas	344
Licenças para tratamento de saúde de magistrados e servidores	195
Licenças por motivo de doenças em pessoa da família	22
Licença por acidente de trabalho	0
Licença à gestante	03
Perícia médica	28
Atendimentos de enfermagem	980
Pré-admissional	25

EXPEDIENTES REALIZADOS NO ANO DE 2016

- Elaboração de Termos de Referência para aquisição de bem e serviços;
- Fiscalização de contratos;
- Comunicação de afastamento por licenças saúde de Magistrados à Presidência;
- Expedição de memorandos e ofícios;
- Conferência de materiais e serviços e Ateste de notas fiscais;
- Participação em Comissões;
- Campanha informativa em saúde;
- Consolidação de dados de saúde para implementação de ações.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2016

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO): foram emitidos 129 (cento e vinte e nove), para Servidores, e 03 (três), para Magistrados, Atestados de Saúde Ocupacional;
- Levantamento de perfil de saúde dos servidores e magistrados em parceria com a HUMANA;
- Ginástica laboral em parceria com a HUMANA;
- Campanha de vacinação contra gripe: aquisição de 467 doses para imunização de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados;
- Projeto de Escuta Terapêutica 2016: Foram 50 (cinquenta) atendimentos;
- Projeto Integração 2016: Foram executados diversos eventos, tais como: Dia das mães, dia dos pais, dia do servidor e dia da mulher.

SERVIÇO DE APOIO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE ODONTOLOGIA

O serviço de apoio especializado na área de odontologia faz parte do Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica, com subordinação à Seção de Programas Especiais e tem por finalidade atender aos Juízes e Servidores, na prestação de assistência odontológica ambulatorial, nas especialidades dentística restauradora, odontologia preventiva, radiologia, nos atendimentos de urgência e perícias odontológicas.

O serviço odontológico conta com uma Odontóloga, servidora do quadro efetivo, e dois Auxiliares terceirizados, para prestação de apoio ao serviço.

Em termos quantitativos, no exercício de 2016, foram realizados os procedimentos de atenção à saúde bucal conforme quadro abaixo:

Procedimentos	Quant.
Exame Clínico	20
Exame Radiográfico	15
Restauração em Resina Foto	225
Restauração em Ionômero	62
Preparo para Bloco	04
Preparo para Coroa	09
Preparo para Núcleo	02
Moldagens	47
Confecção de Provisório	31
Procedimentos Protéticos	141
Raspagem por hemiarco	145
Revelação e Remoção de placa bacteriana	50
Sessão de laser	01
Preparo de Campo	03
Preparo de 3 Instrumental	05
Anestesia	21
Licenças Concedidas	12
Outros procedimentos	140
Total	933

Além dos procedimentos especificados no quadro acima, em 2016 foi elaborado o relatório anual 2015 e outras atividades como descritas a seguir:

I- ATIVIDADES RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Elaboração de termo de Referência; contatos com Empresas contratadas; acompanhamento dos contratos: solicitação de orçamento; estimativa

de custo do contrato; solicitação de emissão de empenho; autorização para prestação de serviço; agendamento de prestação de serviço; elaboração de cronograma da assistência técnica preventiva; acompanhamento da assistência técnica; solicitação de documentos para pagamento; pesquisa de regularidade fiscal das Empresas; ateste de faturas; preparo de processo e envio para pagamento e registro de serviços prestados em planilha.

II – ATIVIDADES RELATIVAS À ROTINA DO SERVIÇO ODONTOLÓGICO:

Elaboração da agenda anual para atendimento; controle da agenda; elaboração de cronograma de atividades dos auxiliares; preparo de planilhas de atividades de Auxiliares e odontóloga; Orientação e supervisão na execução das atividades dos Auxiliares; registro dos dados estatísticos em planilha, das atividades; lançamento nos sistemas informatizados dos dados das atividades realizadas; tomada de providências para solucionar problemas operacionais (lâmpada queimada, vazamento, refrigeração que não funciona); elaboração das especificações técnicas para aquisição de bens e contratação de serviços; acompanhamento da prestação de serviços técnicos; pedido de material ao almoxarifado; conferência e registro de materiais recebidos; recebimento do material no SCMP; elaboração de relatórios gerenciais; levantamentos estatísticos; encaminhamento e recebimento de documentos; emissão de recibos de entrega e recebimento de documentos; arquivamento de documentos; realização de contatos através de emails, ofícios e memorandos; levantamento de entrada e saldo de material de consumo no G.O.; e solicitação de serviço no servidor on line.

Cabe mencionar, também que, ao longo de 2016, foram efetuadas 423 ligações e 30 ligações foram atendidas, cujos objetivos foram, dentre outros, solicitação de atendimentos, confirmação de atendimentos e contatos com Empresas contratadas.

Área de Apoio Especializado Auxiliares do Serviço Odontológico

Os Auxiliares de serviço odontológico realizam as atividades de apoio ao serviço, proporcionando maior celeridade, melhor qualidade e maior segurança para pacientes e profissionais.

Suas atividades podem ser resumidas em:

- 1 - Atividades de Biossegurança;
- 2 - Auxílio e Instrumentação nas intervenções clínicas;
- 3 - Realização de manutenção de equipamentos e aparelhos.

ATIVIDADES DE BIOSSEGURANÇA

As atividades de Biossegurança compreendem limpeza e desinfecção do campo operatório do qual fazem parte superfícies, bancadas, armários, consultório: refletor, equipo, cadeira, mochos, unidade auxiliar, pontas sugadoras, cuspeira, e linhas de água; os aparelhos: fotopolimerizador, autoclave, mini-incubadora, aparelho de raio x, avental plumbífero.

Existem ainda os aparelhos que são submetidos, também, ao processo de esterilização, como os ultrassons, jatos, peças de mão e os instrumentais usados nos procedimentos clínicos os quais são obrigatoriamente submetidos ao processo de esterilização.

ATIVIDADES DE AUXÍLIO E INSTRUMENTAÇÃO

As atividades de auxílio e instrumentação compreendem: preparo do paciente para o atendimento, auxílio no momento do ato operatório, mantendo aspiradores para proporcionar um campo seco, auxílio, no isolamento absoluto, no exame clínico, anotando no odontograma, manipulação de materiais e disponibilização de instrumentais e materiais restauradores.

MANUTENÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS

As atividades de manutenção de aparelhos e equipamentos são realizadas de acordo com a determinação dos fabricantes e com a finalidade de garantir o bom funcionamento e prolongar a vida útil dos mesmos.

Nos quadros abaixo, estão relacionadas várias atividades desenvolvidas pelos Auxiliares no exercício de 2016, tanto como auxiliares, instrumentadores e nas atividades de manutenção dos aparelhos e equipamentos. Os quadros mostram, também, a metodologia usada na manutenção dos aparelhos e equipamentos, nos procedimentos de limpeza e desinfecção dos instrumentais e campo operatório (ambiente de trabalho), assim como, as demais atividades de apoio ao serviço odontológico.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES QUE ENGLOBAM AUXÍLIO, INSTRUMENTAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES DOS AUXILIARES EM 2016.

PROCEDIMENTOS	QUANT
Preparo de Campo Operatório	658
Preparo do Paciente	524
Auxilio Ato Operatório	525
PREPARO DE INSTRUMENTAL PARA A ESTERELIZAÇÃO	555
ACOMPANHAMENTO DO CICLO DE ESTERILIZAÇÕES	302
DRENAGEM DA AGUA DA AUTOCLAVE	122
PREPARO DE SOLUÇÃO E ASPIRAÇÃO DAS MANGUEIRAS DOS SUGADORES	237
REMOÇÃO DE DETRITOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS PENEIRAS	48
DRESPRESSURIZAÇÃO DO COMPRESSOR	141
REVELAÇÃO DE RADIOGRAFIA	00
MONITORAMENTO DE VALIDAÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO DA AUTOCLAVE	65
LIMPEZA DA AUTOCLAVE	45
LEVANTAMENTO DE SALDO DE MATERIAL NO GAB. ODONTOLÓGICO	04
MONITORAMENTO DE TESTE DE VÁCUO DA AUTOCLAVE	150
RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE MATERIAL	08
MONITORAMENTO DO TESTE DE BOWIE E DICK DA AUTOCLAVE	00
OUTROS PROCEDIMENTOS	12
TOTAL DE PROCEDIMENTOS	3396

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DE
BIOSSEGURANÇA

MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA REALIZADAS NO CAMPO OPERATÓRIO			
AMBIENTE	MÉTODO	PRODUTO	FREQUÊNCIA
Superfícies (bancadas, armários).	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70	A cada paciente
Refletor	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70 e barreira física	A cada paciente
Equipo	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70 e barreira física	A cada paciente
Mochos	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70	
Cadeira	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70	A cada paciente
Suporte dos Sugadores	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70 e b. física	A cada paciente
Unidade Auxiliar	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada turno
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70 e b. física	A cada paciente
Cuspideira	Limpeza/Fricção	Água e sabão	A cada paciente
	Desinfecção/Fricção	álcool a 70%	A cada paciente
Peças de mão	Desinfecção/Fricção Esterilização.	álcool a 70% autoclave	A cada paciente

QUADRO DEMONSTRATIVO DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS

EQUIPAMENTO	ITEM DE LIMPEZA	FREQUÊNCIA
AUTOCLAVE	Limpeza da junta da porta	Diariamente ou após uso
	Limpeza da saída de ar	Semanalmente
	Limpeza das bandejas e seus suportes e câmara	Semanalmente
	Substituição da água	Semanalmente ou quando o depósito estiver cheio
	Realização da limpeza dos eletrodos do nível da água	Semanalmente
	Realização de limpeza do sistema	Mensalmente
	Checagem da válvula de segurança	Mensalmente
	Realização da limpeza do filtro de água	A cada seis meses
	Realização da limpeza da grade da caixa eletrônica	Anualmente
	Lubrificação das dobradiças da porta	Anualmente
JATO	Limpeza dos condutos internos das ponteiros	Diariamente ou após uso
	Limpeza externa do corpo do aparelho	Diariamente ou após uso
	Limpeza interna do aparelho	Semanalmente
SÔNIC	Limpeza da passagem de água na ponteira, com ajuda da agulha	Após cada uso
	Limpeza externa do sônico e Ponteira com álcool a 70%	Após cada uso

SÔNICO	Limpeza interna do sônico, com lubrificante uni spray	Após cada uso
	Desinfecção das peças de mão e ponteiros, com álcool a 70	Após cada uso
	Esterilização das peças de mão e ponteiros, em autoclave a vapor	Após cada uso

QUADRO DEMONSTRATIVO DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS

MANUTENÇÃO DA AUTOCLAVE, JATOS E SÔNICOS			
AUTOCLAVE	FREQUÊNCIA	JATO	SÔNICO
Limpeza da junta da porta.	Diariamente Ou após uso	1.Limpeza dos condutos internos das ponteiros; 2.Limpeza externa do corpo do aparelho.	1.Limpeza da passagem de água na ponteira, com ajuda da agulha, após cada uso. 2. Limpeza externa do sônico e Ponteira com álcool a 70" %.
Limpeza da saída de ar.	Semanalmente	3.Limpeza interna do aparelho.	3. Limpeza interna do sônico, com lubrificante uni spray, após o uso.
Limpeza das bandejas e seus suportes e câmara.	Semanalmente		4.Desinfecção das peças de mão e ponteiros, com álcool a 70, após uso.
Realização de limpeza do sistema.	Mensalmente		4. Esterilização das peças de mão e ponteiros, em autoclave a vapor, após o uso.
Lubrificação das dobradiças da porta.	Anualmente		
Substituição da água semanalmente ou quando o depósito estiver cheio.	Semanalmente		

Realização da limpeza dos eletrodos do nível da água.	Semanalmente		
Realização da limpeza do filtro de água.	A cada seis meses		
Realização da limpeza da grade da caixa eletrônica.	Anualmente		
Checagem da válvula de segurança.	Mensalmente		

TÍTULO XIX

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

Seção de Almoxarifado

Ordem	Mês	Saldo anterior	Entrada	Saída	Saldo atual	Requisição	Nota Fiscal
1	Janeiro	531.624,52	13.056,50	14.587,71	530.093,31	44	3
2	Fevereiro	530.093,31	10.290,00	19.660,97	520.722,34	33	3
3	Março	520.722,34	1.853,30	14.367,92	508.207,72	43	1
4	Abril	508.207,72	42.253,95	55.921,25	494.540,42	42	6
5	Maiο	494.540,42	4.369,34	21.815,17	477.094,59	56	1
6	Junho	477.094,59	37.160,30	19.366,63	494.888,26	59	6
7	Julho	494.888,26	12.227,60	86.610,03	420.505,83	40	2
8	agosto	420.505,83	62.852,50	24.683,98	458.674,35	76	8
9	setembro	458.674,35	0,00	25.813,54	432.860,81	50	0
10	outubro	432.860,81	4.641,50	10.328,43	427.173,88	31	2
11	novembro	427.173,88	7.460,00	67.024,98	367.608,90	48	1
12	dezembro	367.608,90	110.947,00	38.410,61	440.145,29	36	7
TOTAL GERAL			307.111,99	398.591,22		558	40

Saldo(ex. anterior)	Entrada2016	Saída 2016	Saldo dez/2016
531.624,52	307.111,99	398.591,22	440.145,29

Foram elaborados 12(doze)
balancetes mensais
Foram realizados 02(dois)
inventários geral

Seção de Compras

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
LEVANTAMENTO DE CUSTOS	74
ENTREGA DE EMPENHOS	75

Seção de Registros Patrimoniais

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Total de tombamentos	456
Relatório Mensal de Bens - RMB	12
Termos de Doação	10
Inventários da Seção	1
Saldo anterior (2015)	20.112.917,69
Saldo atual (2016)	20.460.320,65

OUTRAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE REGISTROS PATRIMONIAIS

- Adesão ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa da Justiça do Trabalho (SIGA.JT), módulo Almoxarifado e Patrimônio, implantando assim, em maio de 2016, por meio do Ato GP nº45/2016 o SCMP – Sistema de Controle de Material e Patrimônio, cuja minuta foi elaborada pela Seção, nos moldes fornecidos pelo TRT da 24ª Região.
- Encaminhamento da minuta que resultou no Ato GP nº56/2016, que, tratando do inventário de bens, possibilitou o recebimento de todo o acervo pelos diversos setores por meio de login e senha, deixando-se de lado o controle por meio físico (papel).
- Encaminhamento da minuta que resultou na publicação do Edital de Desfazimento de Bens nº01/2016 e na criação da Comissão de Desfazimento de Bens (Portaria GP nº63/2016).
- Auxílio à Comissão de Desfazimento de Bens na separação e entrega dos bens destinados à doação.

TÍTULO XX

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (**CFIN**), composta pelas seções:

- * Seção de Preparação de Pagamento de Pessoal (**SPPP**);
- * Seção de Controle de Saldos e Registros no SIAFI (**SCRS**);
- * Seção de Pagamento de Bens e Serviços (**SPBS**);
- * Seção de Contabilidade Analítica (**SCAn**);
- * Seção de Empenhos e Programação Orçamentária (**SEPO**);
- * Seção de Gestão Fiscal e Tomada de Contas (**SGFTC**), desenvolveu, em síntese, durante o exercício de 2016, as atividades orçamentário-financeiras abaixo especificadas:

Despesas Empenhadas

Ações	Valores empenhados (R\$)
Pagamento de Pessoal Ativo da União	81.163.869,00
Contribuição da União p/Custeio Regime Próprio Servidor Público Federal	14.620.276,22
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	7.012.610,00
Aprec. de Causas na Justiça do Trabalho	8.262.816,02
Aprec. de Causas (Créditos Extraordinários)	300.000,00
Capacitação de Recursos Humanos	260.306,74
Benefícios Assistenciais	9.154.848,48
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	71.733,26
Requisição de Pequeno Valor	613.904,58
Manutenção Varas Itinerantes	1.714,10
Comunicação e Divulgação Institucional	62.002,13
Trabalho Seguro	3.256,00
Construção do Edifício-Sede	184.000,00
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	12.350,61
Formação e Aperfeiçoam de Magistr-descentralizados	100.360,27
Ajuda de Custo Para Moradia ou Aux.Moradia	440.875,97

Ajuda de C.Para Morad. ou Aux. Mordia (Créd. Extra)	1.876.858,98
Combate ao Trabalho Infantil	6.000,00
Desenvol. e Implant. do Sistema Nacional	202.033,83
Sentenças Judiciais Trans. em Julgado	52.542.605,00
Sistema Nacional de Tecnologia	472.287,07

Emissão de Documentos

Documentos	Quantidades	
Notas de sistema	3032	
Notas de dotação	380	
Darf's emitidos	1012	
Dar's (ISS) emitidos		369
Ordens bancárias	3047	
Notas de empenho	1038	
Notas de lançamento		218
Relações de Ordens Bancárias Externas (RE's)	284	
Guias da Previdência Social	621	
Guias de Recolhimento da União (GRU's)	85	

Quadro Demonstrativo da Conta Corrente

Tipos de sub-repasses	A, C e D
Saldo exercício/2015	5.952.380,71
Sub-repasse recebido exercício/2016	137.975.627,26
Total	143.928.007,97
Despesas realizadas/2016	140.648.167,50
Saldo final exercício/2016	3.279.840,47

Alimentou-se o sistema SIOP com os dados físico-financeiros executados em 2016 deste Regional.

Elaboração de demonstrativos mensais em atendimento aos ditames do CNJ (anexo I e II da Resolução 102) e anualmente o de Restos a Pagar;

Seguem, abaixo, as descrições sucintas das atividades desenvolvidas por cada Seção desta Coordenadoria e os demais demonstrativos por elas elaborados.

SEÇÃO DE PAGAMENTO DE BENS E SERVIÇOS- SPBS

- Pagamentos relativos às diversas despesas realizadas com fornecedores de bens e serviços para o bom andamento das atividades fim e administrativa do Tribunal;
- Pagamento de bolsas e auxílio-transporte aos estagiários;
- Verificação e aplicação das normas e legislações referentes aos descontos previdenciários, imposto de renda e demais tributos federais incidentes sobre contratações de serviços e materiais adquiridos pelo Tribunal, bem como de retenções e recolhimentos de ISS e as conseqüentes declarações mensais relativas a este tributo encaminhadas à Prefeitura Municipal de Teresina e demais municípios onde funcionam Varas do Trabalho;
- Recolhimento de contribuições previdenciárias (GPS), de contribuições federais (DARF) e imposto sobre serviços (ISS), relacionadas aos pagamentos de credores (materiais e/ou serviços);
- Elaboração e emissão dos comprovantes de rendimentos e retenções de tributos federais e municipais referentes aos pagamentos às empresas prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de materiais, com a conseqüente emissão da DIRF;
- Guarda de processos relacionados aos pagamentos de bens e serviços no arquivo provisório desta CFIN.

SEÇÃO DE CONTROLE DE SALDOS E REGISTROS NO SIAFI – SCRS

- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e colaboradores eventuais;
- Liberação, junto ao Auto-Atendimento Setor Público do Banco do Brasil (AASP), de limites de concessão de suprimento de fundos; lançamento, no SIAFI, dos valores concedidos aos supridos e de outros registros necessários quando da prestação de contas; pagamento dos encargos patronais devidos e das faturas do CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal);
- Elaboração da FOPAG (Demonstrativo da Folha de Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista), com envio mensal ao CSJT;
- Elaboração e encaminhamento da Programação Financeira Mensal (PF);
- Liquidação e pagamento, via ATUFOLHA/SIAFI, da folha mensal, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;
- Controle das dotações orçamentárias de pessoal, por natureza de despesa, com projeção atualizada do gasto previsto até o final do exercício financeiro;
- Emissão de Guias de Recolhimento da União (GRU's) para crédito na Conta Única do Tribunal, de importâncias a serem ressarcidas por magistrados e/ou servidores;
- Controle das contas bancárias do tribunal e elaboração do demonstrativo financeiro mensal;

- Solicitação, junto ao CSJT, de Recursos Financeiros para quitações de Requisições de Pequeno Valor (RPV);
- Pagamento de Sentenças Judiciais (Precatórios e RPVs);
- Pagamento de honorários periciais da justiça gratuita, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;

SEÇÃO DE EMPENHOS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEPO

- Elaboração da proposta orçamentária prévia/2017;
- Inserção dos dados, no SIOF, da proposta orçamentária para 2017;
- Solicitação via SIOF dos créditos adicionais para suplementações orçamentárias concernentes a custeio, benefícios assistenciais e pessoal;
- Emissão dos empenhos para realização das despesas com custeio, investimento, precatórios e requisições de pequeno valor;
- Processamento da adequação das diversas despesas realizadas pelo Regional via SIGEO-JT;
- Elaboração dos dados de execução orçamentário-financeira para SECOR enviar ao CNJ (justiça em número);
- Acompanhamento e execução dos créditos orçamentários nas suas diversas ações orçamentárias;

SEÇÃO DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL - SPPP

- Elaboração mensal das folhas de pagamento em favor dos servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas), que compõe o quadro funcional deste Regional;
- Registros das alterações financeiras individuais no sistema de folha de pagamento;
- Verificação dos lançamentos ocorridos no Sistema de Recursos Humanos (promoções/progressões funcionais, adicionais de qualificação, designação/dispensa de função comissionada, entre outros) e seus reflexos no processamento da folha;
- Emissão de declarações e ofícios de diversas naturezas, solicitados por servidores e órgãos da administração pública, a fim de atender a interesses pessoais e coletivos, bem como demandas judiciais;
- Expedição dos comprovantes de rendimentos pagos aos magistrados e servidores para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Emissão de ofícios de margens consignáveis para fins de empréstimos bancários com desconto em folha de pagamento;
- Abertura de processos referentes a pagamentos e/ou recolhimentos de férias, gratificação de natal, acertos financeiros decorrentes de vacância ou exoneração, entre outros, conforme descrito abaixo:

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram elaboradas 12 (doze) folhas normais e 1 (uma) folha específica de férias, as quais somadas totalizaram um montante bruto de **R\$ 87.199.508,22** (oitenta e sete milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e oito reais, vinte e dois centavos), o que corresponde a uma média mensal de **R\$ 7.266.625,68** (sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais, sessenta e oito centavos), gastos com o pagamento de pessoal, conforme demonstrativo abaixo:

FOLHAS DE PAGAMENTO (2016)

Mês	Valor Bruto	Valor Líquido
Janeiro	6.677.636,13	4.057.659,47
Férias	2.963.289,64	2.731.309,68
Fevereiro	6.825.411,55	4.160.991,01
Março	7.337.280,77	4.304.245,72
Abril	6.818.329,19	4.195.177,15
Maio	6.985.795,09	4.343.528,28
Junho	6.910.541,10	4.254.560,62
Julho	6.686.907,64	4.064.542,87
Agosto	7.139.438,46	4.325.090,63
Setembro	7.186.563,67	4.383.011,69
Outubro	7.170.596,83	4.333.267,49
Novembro	7.255.967,97	4.411.115,69
Dezembro	7.241.750,18	4.405.487,87
Total	87.199.508,22	53.969.988,17

Com o decorrer dos meses foram pagas algumas folhas suplementares, por meio de processos específicos, conforme discriminado a seguir:

- Saldo Residual de Auxílio-Moradia (**PAE**) devido em favor do **ex-Juiz Classista IRACI DE MOURA FÉ** – Pagamento no mês de janeiro em favor da viúva e outros três herdeiros, cujo montante foi de **R\$ 75.819,61** (setenta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais, sessenta e um centavos).

- **Restos a Pagar** – Pagas, por meio do processo nº 118/2016, no mês de fevereiro, parcelas de abono de permanência, adicionais de qualificação, adicional por tempo de serviço e gratificação de atividade externa, totalizando um montante de **R\$ 65.291,12** (sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e um reais, doze centavos) em favor de 5 beneficiários.

- Despesas de Exercícios Anteriores (**RAP**) – Pagas, por meio do processo nº 118/2016, no mês de fevereiro, parcelas de GECJ, horas extras, Abono de Permanência, Substituições, Progressão/Promoção, Indenização de

Transporte, Adicional de Qualificação e Gratificação por encargo, totalizando um montante de **R\$ 120.247,41** (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e sete reais, quarenta e um centavos) em favor de 70 beneficiários.

- Diferenças decorrentes da Lei nº 13.317/2016 (**Reajuste dos servidores**) – Pagamento em julho, das diferenças referentes ao período de 21 a 31/7/2016 decorrentes do reajuste concedido pela Lei nº 13.317/2016 em favor de 365 (trezentos e sessenta e cinco) servidores, totalizando um montante de **R\$ 166.821,01** (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e um centavo).

- Restituição do Plano de Saúde (Dependente Especial) – Restituição de parte do valor descontado dos dependentes especiais (25,02%), totalizando um montante de **R\$ 349.886,12** (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais, doze centavos) em favor de 179 servidores e magistrados, nos termos do Ato GP 101/2016.

- Auxílio Moradia (**Magistrados**)– Foram pagas 12 (doze) folhas referentes ao auxílio-moradia dos magistrados totalizando um custo anual de **R\$ 1.858.087,49** (um milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitenta e sete reais, quarenta e nove centavos), conforme Resolução nº 199 do CNJ.

Além da elaboração das folhas normais e suplementares, a seção realizou outras atividades, tais como:

- Elaboração e envio, no mês de fevereiro/2016, da DIRF e da RAIS ano-base 2015;
- Elaboração e envio mensal da GFIP, contendo as informações referentes aos recolhimentos dos servidores regidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA - SCAN

- Análise da verificação das liquidações das despesas nos processos, em conformidade com o Art. 63 da lei 4.320/64;
- Análise, com emissão de parecer e baixa da responsabilidade (SIAFI) dos processos de suprimento de fundos;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da saída de materiais do almoxarifado (SIAFI), com base no RMA fornecido pela Seção de Almoxarifado;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da depreciação dos bens móveis (SIAFI), com base no RMB fornecido pela Seção de Registro Patrimonial;
- Conferência e contabilização da baixa de material permanente determinada pelo Diretor Geral de Administração, em processo regular;
- Análise dos saldos dos sistemas orçamentários, financeiro , patrimonial e compensado no SIAFI;
- Exame e registro no SIAFI, dos documentos contratuais que impliquem em despesas;

- Emissão da Declaração do Contador para compor a Prestação de Contas anual para o Tribunal de Contas da União;

SEÇÃO DE GESTÃO FISCAL E TOMADA DE CONTAS – SGFTC

- Elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º, 2º e 3º quadrimestres, com as suas devidas publicações no DOU, no SICONFI e no portal da TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, bem como o envio de cópias dos mesmos ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional, via Ofício da Presidência, e, por e-mail, à CFIN/CSJT, à DIREF/TCU e à CMO/Câmara;
- Elaboração e publicação anual, no sistema e-Contas do TCU, do Relatório de Gestão que compõe o processo de contas ordinárias, previsto na IN nº 63/2010, do TCU;
- Controle do rol de responsáveis;
- Fornecimento de dados necessários à elaboração de pareceres e relatórios que contribuam para tomada de decisão do ordenador de despesa;
- Atendimento às auditorias interna e externa referente ao fornecimento de dados concernentes à Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Transparência da gestão fiscal, com ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos;
- Confecção de relatórios mensais através da extração de dados no sistema Tesouro Gerencial, da STN, e envio à SEGE para fins de acompanhamento das metas do CNJ;
- Confecção de relatórios através da extração de dados no sistema Tesouro Gerencial, da STN, para dar suporte ao encerramento do exercício efetuado anualmente pela Seção de Contabilidade Analítica;
- Prática, em geral, de todos os atos e demais encargos inerentes à Seção e suporte diário à Coordenadoria que se subordina, na qual substituiu o seu titular em suas ausências e/ou impedimentos legais.

TÍTULO XXI

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

As ações da Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG – englobam o planejamento das contratações de serviços relacionados à sua atividade, a coordenação, acompanhamento e fiscalização dos seguintes contratos: manutenção predial, manutenção dos sistemas de climatização, serviços de telefonia, manutenção de elevadores, limpeza e conservação, jardinagem, recepção, copeiragem e garçom, fornecimento de água canalizada, fornecimento de energia elétrica, controle de pragas urbanas, manutenção da frota de veículos, fiscalização de controle dos sistemas de combate a incêndio, seguro da frota etc.

A CSG é composta por duas seções: a Seção de Manutenção Geral, com três subseções e a Seção de Segurança e Transporte, sendo esta última desvinculada desta Coordenadoria, juntamente com a subseção de transporte por meio da Resolução Administrativa nº 25/2016.

A seguir, relacionam-se as ações de maior relevância realizadas no ano de 2016, organizadas conforme suas respectivas unidades.

COORDENADORIA

A Coordenadoria de Serviços Gerais desenvolveu atividades rotineiras, destacando-se:

- Planejamento de Contratações e de prorrogação dos contratos de natureza continuada cuja continuidade era mais vantajosa que uma nova contratação;
- Elaboração de Termos de Referencia: documentos utilizados para subsidiar a Administração na contratação de serviços comuns;
- Análise de propostas: as propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de serviços relacionados às atividades da CSG;
- Encaminhamento mensal de dados para a unidade de gestão ambiental;
- Gestão e fiscalização dos contratos;
- Elaboração, integrada às seções/subseções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas e redução de tempo despendido;

SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE

Dentre as atividades rotineiras de controle de acesso, inspeção de prédios, condução de veículos, entre outras, quantificou-se as abaixo listadas:

Atividades	Quantidade
Acompanhamento de Oficial de Justiça durante sequestro de bens.	02
Segurança em concurso para estagiários na EJUD.	01
Translado de Palestrantes na Semana de Formação continuada com vôos às 23:00 horas.	06 dias
Transfer de Ministro Corregedor e equipe durante Correição Ordinária dos dias 26 de junho (domingo) a 1º de julho de 2016.	07 dias
Elaboração e execução de Plano de Segurança a Magistrado sob risco.	01
Escolta de delegado de polícia civil suspeito de ameaçar servidor de vara trabalhista.	01
Restrição de Acesso de delegado de polícia ao Fórum de Teresina.	01
Diligências no sentido apurar os fatos durante tentativa de assalto à Vara de Floriano e solicitar empenho das forças policiais locais.	01
Segurança durante audiência sobre trabalho análogo ao de escravo na CIC, com término às 18h.	02 dias
Intervenção da segurança por solicitação de magistrado para contenção de pessoa exaltada.	02
Intervenção da segurança para atendimento de primeiros socorros.	04
Armas de fogo acauteladas nos prédios Sede e Fórum de Teresina.	109
Armas brancas acauteladas nos prédios Sede e Fórum de Teresina.	07

SUBSEÇÃO DE TRANSPORTE

A Subseção de Transportes atende ao público interno do Tribunal nas necessidades de transportes, além das seguintes atividades:

- Controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético;
- Gerenciamento do contrato de seguro para toda a frota;
- Gerenciamento da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, Capital e Interior do Estado, bem como transporte de móveis e equipamentos;
- Fiscalização e acompanhamento do serviço de lavagem e limpeza geral dos veículos da frota;
- Licenciamento da frota junto ao Detran/PI;

- Controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram.

II – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO GERAL

Compete a Seção de Manutenção Geral os serviços de restaurações e consertos nos bens imóveis, sistemas de ar condicionado, energia elétrica, grupos geradores, subestações, água e esgoto prediais, sistemas de combate a incêndio, elevadores e portões automáticos, efetuados de forma direta ou terceirizada.

A Seção de Manutenção também executa vistorias periódicas com a finalidade de efetuar serviços preventivos, além de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos pertinentes aos serviços de sua competência.

SUBSEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato celebrado com a empresa Thyssenkrup Elevadores, responsável pela manutenção de quatro elevadores;
- Vistorias de rotina nas diversas dependências do Tribunal e Varas da capital e interior;
- Atendimentos a solicitações de serviços de manutenção em eletricidade;
- Atendimentos a solicitações de serviços de reparos na rede hidrossanitária, metais, louças sanitárias e demais componentes do sistema;
- atendimento à solicitações de serviços de manutenção civil;

SUBSEÇÃO DE ZELADORIA

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato de serviços de limpeza e conservação, recepção, copeiragem e garçom;
- Gerenciamento do fornecimento de energia elétrica aos prédios do TRT22;
- Gerenciamento do contrato de fornecimento de água canalizada;
- Gerenciamento do contrato de serviços de controle de pragas urbanas nas instalações do TRT22;
- Criação de diversos modelos de placas para uso nas instalações do TRT22;
- Criação de diversos modelos de banners;
- Criação de calendário do TRT22;
- Criação de diversos cartazes para o TRT22;
- Criação de diversas logomarcas para variados setores deste TRT22;

- Vistorias de rotina nas diversas dependências do Tribunal e Varas da capital e interior;

- Auxiliar na realização do Inventário do TRT22.

- Especificação de mobiliário.

SUBSEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato de serviços de manutenção dos condicionadores de ar das Varas do Trabalho do interior do Estado;

- Gerenciamento do contrato de serviços de manutenção dos condicionadores de ar dos prédios sede, Fórum Trabalhista de Teresina e Complexo Administrativo;

- Gerenciamento do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa nas Varas do Trabalho do interior do Estado;

- Gerenciamento do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa nos prédios Sede, Fórum Trabalhista de Teresina e Complexo Administrativo;

- Gerenciamento do contrato de prestação de serviço de telefonia na modalidade Longa Distância Nacional;

- Gerenciamento do contrato de prestação de serviço de telefonia móvel pessoal;

- Gerenciamento da Ata de Registro de preço de prestação de serviço de instalação/ desinstalação de aparelhos de ar condicionado;

- Gerenciamento da Ata de Registro de preço de aquisição de aparelhos condicionadores de ar;

- Elaboração de Termos de Referência/Projetos Básicos, para a contratação dos serviços pertinentes à Subseção.

CUSTO COM A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERIDAS PELA CSG

ATIVIDADE	VALOR ANUAL (R\$)
Aquisição de combustível	132.603,31
Manutenção de Veículo	70.907,74
Manutenção de Veículo em Garantia	70.907,74
Licenciamento da Frota (DETRAN)	4.232,42
Vigilância ostensiva	2.737.391,04
Seguro de Veículos	43.579,56
Controle de pragas urbanas	40.533,84
Limpeza e conservação (serviço)	727.539,31
Aquisição de material de limpeza	73.556,22

Copeiragem e garçom	186.436,40
Recepção	174.145,54
Manutenção de elevadores-sede	37.620,28
Manutenção de condicionadores de ar - Varas do Trabalho do interior do Estado	131.300,00
Manutenção de condicionadores de ar dos prédios de Teresina	69.744,68
Fornecimento de água canalizada	90.372,86
Fornecimento de energia elétrica	987.088,23
Instalação/desinstalação de condicionadores de ar capital e interior do Estado	29.729,58
Serviço de telefonia fixa - Varas do Trabalho do interior do Estado	19.426,60
Serviços de telefonia fixa - Teresina	25.459,00
Serviço telefônico de Longa Distancia Nacional	22.608,50
Serviço telefônico Móvel Pessoal	29.514,18
TOTAL	5.704.697,03

TÍTULO XXII

COORDENADORIA DE GESTÃO DE OBRAS

1. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS:

Fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos pertinentes aos serviços de sua competência:

- Novo Prédio Sede (Avenida João XXIII);
- Reforma Fórum Trabalhista;
- Construção dos muros em terrenos doados para o TRT 22 - Parnaíba e Uruçuí;
- Processos de solicitação de criação de espaços físicos;
- Processos de solicitação de adequação de instalações físicas (Protocolo Fórum, Banco do Brasil Fórum e Sede, OAB Fórum);
- Contratação de empresa para fornecimento instalação de elevador para portadores de necessidade especiais para o prédio do Complexo Administrativo;
- Cisterna enterrada com bomba - Vara do Trabalho de Piripiri;
- Contratação direta de serviços de pintura e reparos em imóvel alugado em Bom Jesus.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E TERMOS DE REFERÊNCIA - INSTRUÇÃO PROCESSUAL

- Termos de Referência e Projetos Básicos (especificações, detalhes executivos, orçamento sintético e analítico, tabelas ABC e de encargos e cronogramas) para reforma e construções (muros terrenos Parnaíba e Uruçuí, Elevador Completo Administrativo, Cisterna Piripiri);
- Suporte à elaboração de Termos de Referência da Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Pesquisas de preços;
- Elaboração de Orçamentos e planilhas;

3. REALIZAÇÃO E VIAGENS E VISTORIAS GERAIS

- Realização de viagens periódicas - vistorias - às Varas do Interior para diagnóstico de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, hidrossanitários e de refrigeração, além de reparos nas instalações físicas (Varas do Trabalho de São Raimundo Nonato, Piripiri, Parnaíba, Bom Jesus);
- Elaboração de relatórios referente a vistorias realizadas;
- Realização de vistorias periódicas aos prédios da capital (Fórum, Sede e Complexo Administrativo);
- Avaliação de áreas ocupadas por terceiros dentro dos prédios do TRT22^a (capital e interior);
- Avaliações dos imóveis ocupados pelo TRT 22 - Sistema SPIUnet.

4. CONFECÇÃO DE LAYOUTS

- Atualização de projetos;
- Criação, alteração e adequação de ambientes;
- Serviços de apoio operacional: alteração de layout - suporte em instalação e mudança de pontos de lógica, iluminação, mobiliário;
- Elaboração de layout - suporte a eventos;
- especificações e detalhes executivos para instrução processual (projeto básicos e termos de referência).

5. GESTÃO ESPECÍFICA DO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE DO TRT22

- Fiscalização geral *in loco*;
- Conferências de medições e notas fiscais;
- Tomadas de decisões;
- Atualização de projetos;
- Gestão dos contratos 644/2013 (Execução da obra) e 348/2015 (Pagamentos da obra);

- Reuniões constantes e permanentes com equipe da contratada, para tratar de assuntos relativos ao contrato;
- Elaboração de relatórios dirigidos ao Controle Interno.

6. PORTAL TRT-22^a - ALIMENTAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - OBRAS

- Alimentação contínua das informações da aba Transparência do sítio do TRT22.

TÍTULO XXIII

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

1. Introdução

Esta Coordenadoria de Controle Interno (CCI) tem suas atividades regulamentadas por meio da Resolução Administrativa TRT22 nº 73/2012 e suas atualizações, em consonância com a Resolução nº 86/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e com o Acórdão nº 1074/2009-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

O presente relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas pela CCI no ano de 2016.

7. Execução do Plano Anual de Auditoria e resultados observados

O Plano Anual de Auditoria (PAA) da unidade de auditoria interna do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região para o exercício de 2016 foi aprovado por meio do Ato GP nº 107/2015 e estabeleceu o seguinte planejamento para aquele ano:

Plano Anual de Auditoria aprovado para o ano de 2016

ÁREA A SER AUDITADA	PERÍODO			
Avaliação de Riscos	15/02 a 08/04/2016			
Avaliação de Controles Internos		25/04 a 24/06/2016		
Licitações e Contratos			18/08 a 30/09/2016	
Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial				07/11 a 09/12/2016

Inicialmente, cumpre destacar que esta Coordenadoria de Controle Interno contava, até janeiro de 2016, com apenas três servidores e não havia coordenador de equipe empossado. Naquele mês, então, um servidor da Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CCAUD/CSJT) foi requisitado para ocupar o cargo de Coordenador, passando,

então, a reforçar a equipe, que agora conta com a lotação de quatro servidores efetivos.

Cumprido, também, que, nos primeiros meses de 2016, foi realizada auditoria na área de Gestão de Obras Públicas, que estava prevista ainda no PAA 2015, mas que não havia sido realizada devido a deficiências da força de trabalho desta unidade. Como consequência, as auditorias previstas no PAA 2016 tiveram seus respectivos períodos de execução translocados no tempo.

Dessa forma, no período de fevereiro a abril de 2016, esta Coordenadoria de Controle Interno realizou auditoria na obra de construção do edifício-sede do TRT22. O escopo da auditoria alcançou a execução da sexta etapa do projeto de construção do Edifício-Sede desta Corte Regional Trabalhista. Como objetivo deste trabalho, buscou-se: verificar o atendimento, na execução do Contrato TRT22 n.º 32/2013, ao disposto na Lei Geral de Licitações e Contratos; avaliar a conformidade da observância da jurisprudência do Tribunal de Contas da União acerca da execução contratual de obras públicas; examinar o cumprimento dos requisitos insculpidos na Resolução CSJT n.º 70/2010 no decorrer da execução contratual; e avaliar a conformidade dos atos e procedimentos relativos à fiscalização do contrato de execução da obra. O relatório final desta auditoria, com todas as conclusões da auditoria interna, após a manifestação da unidade auditada, encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” do Portal de Transparência do TRT22.

No que tange, efetivamente, à execução do PAA 2016, a auditoria na área de Avaliação de Riscos teve como escopo a Avaliação de Riscos em Nível de Entidade, de modo a verificar o grau de maturidade do TRT 22 no que tange à gestão de riscos em seus processos internos. Com este trabalho, constatou-se um estágio inicial acerca das práticas voltadas à gestão de riscos e, conseqüentemente, a necessidade de efetiva institucionalização dessa ferramenta no âmbito do TRT 22. Benefícios decorrentes das medidas corretivas propostas pela auditoria interna já podem ser observados com a publicação da Resolução Administrativa TRT 22 n.º 07/2017, de 02/02/2017, que, dentre outras providências, criou a Secretaria de Governança e Estratégia (SGE). A SGE, por sua vez, em 20/03/2017, informou à esta CCI, por meio do memorando SGE Nº 013/2017, que autuou a Proposição Administrativa nº 1128/2017, com a finalidade de dar cumprimento às conclusões contidas no relatório de auditoria. A SGE também disponibilizou à CCI, para conhecimento, documento intitulado “Projeto: Política de Gestão e Avaliação de Riscos”. O relatório final da auditoria de “Avaliação de Riscos”, com as conclusões da auditoria interna após a manifestação da unidade auditada, encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” do Portal de Transparência do

TRT22. A íntegra da Resolução Administrativa TRT 22 nº 07/2017, por sua vez, encontra-se disponível na área de “Atos e Resoluções” do portal TRT22.

Dando sequência à execução do PAA 2016, esta unidade realizou procedimento de auditoria de avaliação de controles internos. A auditoria teve como escopo a avaliação de controles internos, em nível de atividade, acerca da conformidade do processo de pagamento de indenização de transporte aos servidores responsáveis pela execução de serviços externos no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho, conforme disposições da Resolução CSJT nº 11/2005, que regulamentou o pagamento da indenização de transporte no âmbito da Justiça do Trabalho. Possibilitou-se, com esta auditoria, constatar fragilidades nos controles internos do processo de pagamento da indenização de transporte no âmbito do TRT 22. Tais fragilidades puderam ser observadas não apenas no processo de consolidação das informações necessárias ao pagamento da indenização de transporte pela Vara do Trabalho – notadamente, quanto à falta de apresentação dos serviços externos em forma de relatório mensal – mas, também, constataram-se falhas nos controles internos da própria Coordenadoria de Orçamento de Finanças, sobretudo quanto ao pagamento da indenização em tela mesmo diante da ausência de todas as informações necessárias. O principal benefício decorrente da implementação das medidas corretivas propostas pela auditoria interna é o aprimoramento dos controles internos administrativos no que tange ao pagamento da indenização de transporte, de modo que os normativos vigentes que regulamentam o tema passem a ser plenamente observados. Novamente, o relatório final de auditoria de “Avaliação de Controles Internos: Indenização de Transporte”, com as constatações da auditoria interna após a manifestação das unidades auditadas, encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” do Portal de Transparência do TRT22.

Com a auditoria na área de Licitações e Contratos, objetivou-se avaliar o grau de maturidade da governança nos processos de aquisições do TRT 22. Com base nas deficiências apontadas pelo TCU, por meio do “Levantamento de Governança e Gestão das Aquisições – Ciclo 2013”, esta unidade de auditoria interna buscou avaliar se a Alta Administração do TRT 22 implementou mecanismos para aprimorar a governança do processo de aquisições do Tribunal, tendo em vista o baixo resultado individual - iGovAquisições obtido por esta instituição no citado levantamento (0,17; numa escala de 0 a 1). Dessa forma, procurou-se verificar a existência de elementos de planejamento no processo de aquisições, tais como: plano de aquisições; processo de trabalho definido e aprovado para a gestão de contratos; política de estoques; política de competências e de capacitação para os servidores que integram a área de aquisição; publicidade das contratações, dentre

outros. A presente auditoria encontra-se em fase de relatório de fatos apurados (relatório preliminar de auditoria) e, desde janeiro corrente, aguarda-se a manifestação da área auditada para elaboração de relatório final de auditoria. Preliminarmente, foram apontadas falhas como: ausência de avaliação periódica da estrutura de recursos humanos ligada à área de gestão das aquisições do TRT 22; fragilidades na definição da estratégia de governança das aquisições do TRT 22, falhas no planejamento das aquisições/ausência de um plano de aquisições (ou documento similar); e ausência de Gestão de Riscos das aquisições.

Por fim, a última auditoria prevista no PAA 2016, na área de “Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial”, encontra-se em fase de elaboração de Relatório de Fatos Apurados e busca avaliar a regularidade dos registros dos imóveis de uso especial da União, entregues ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Para isso, esta unidade de controle interno está verificando a existência de contrato de compra e venda e/ou escritura pública dos imóveis de uso do TRT22 lavrada em cartório, em nome da União; matrícula dos imóveis no cartório de registro de imóveis competente; cadastro dos imóveis no SPIUNet e a regularidade dos registros contábeis dos imóveis no SIAFI, bem como a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes no SIAFI e SPIUNet. Como de praxe, o relatório de fatos apurados, ou relatório preliminar de auditoria, será encaminhado à área auditada, a qual será concedido prazo para se manifestar acerca das constatações apontadas pela auditoria. Então, será elaborado relatório final de auditoria, o qual será submetido à Presidência para deliberação acerca de eventuais recomendações realizadas por esta unidade.

O PAA 2017, por sua vez, prevê início das auditorias para março do corrente ano, na área de Gestão de Pessoas. Trata-se, portanto, de área estranha a ambas as auditorias em curso, relativas ainda ao PAA 2016. Por isso, os procedimentos poderão ser executados, a princípio, de forma concomitante. De qualquer forma, esta unidade de auditoria interna não medirá esforços para findar o ano de 2017 com o novo plano de auditoria plenamente executado.

8. Outras atividades relacionadas ao acompanhamento da gestão com base nos incisos I, II e III do art. 74 da Constituição Federal

Dando cumprimento às atribuições desta Unidade de Controle Interno, previstas no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e na Resolução Administrativa TRT22 nº 73/2012 e suas atualizações, apresentam-se, a seguir, outras atividades desenvolvidas no ano de 2016:

- Auxílio ao Tribunal de Contas da União no exercício de sua função institucional, quer prestando informações e esclarecimentos solicitados, quer cumprindo diligências determinadas;
- Encaminhamento ao TCU, semestralmente, das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores do TRT22, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas;
- Análise dos atos de admissão de pessoal para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, via Sisac, conforme instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007;
- Análise dos processos referentes a concessões de aposentadorias de servidores deste Regional, bem como as alterações ocorridas no exercício, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, em conformidade com as instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007;
- Acompanhamento das deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, em especial das recomendações dirigidas especificamente a este Tribunal, prestando estas informações no Relatório de Gestão para envio ao TCU;
- Acompanhamento regular da situação das contas do TRT22 perante o Tribunal de Contas da União - TCU, especificamente dos Processos 005.998/2000-8, 028.479/2011-4, 023.491/2012-4 e 019.240/2014-7, todos do TCU;
- Monitoramento das deliberações do TCU, em especial do Acórdão 1389/2006-TCU/Plenário, Processo 002.643/2003-4, que determina ao TRT-22ª Região que adote as providências necessárias, caso ainda não tenham sido tomadas, ao ressarcimento pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, beneficiários dos respectivos valores indevidamente pagos, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, da Súmula nº 235 da Jurisprudência do TCU e da Decisão Administrativa nº 444/94-TCU-Plenário, e do Acórdão 3206/2009-TCU/1ª Câmara, Processo 012.213/2005-3, que determina ao Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho que se manifestem expressamente, nas próximas contas anuais das respectivas cortes trabalhistas, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível n. 281981, número de origem 2001.83.00014043-4, quanto ao eventual ressarcimento de valores porventura pagos aos servidores substituídos pela Anajustra;
- Monitoramento do Processo 001.407/2013-TCU, que trata do cumprimento das determinações constantes do item 9.2 do Acórdão TCU 1389/2006-TCU-Plenário, Processo TC 002.643/2003;
- Prestação eventual de consultoria à Presidência em assuntos diversos, quando por ela solicitada;
- Auxílio à Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CCAUD/CSJT), no exercício de sua função institucional, prestando informações, esclarecimento e cumprindo diligências por ela determinadas;
- Avaliação dos atos de nomeação para cargo em comissão e função comissionada, a fim de dar cumprimento à Resolução CNJ nº 156/2012;

- Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados quadrimestralmente pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, observando o cumprimento dos índices estabelecidos no art. 20, I, II III, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, conforme disposições contidas nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;
- Emissão de parecer relativo ao Plano de Obras do TRT22, conforme requer a Resolução CNJ nº 114/2010 e a Resolução CSJT nº 70/2010, no Processo Administrativo nº 644/2013;
- Análise das planilhas de custo e formação de preços dos serviços e obras de engenharia em procedimentos licitatórios, bem como análise de propostas de termos aditivos, em cumprimento ao disposto nos arts. 33 a 38 da Resolução CSJT nº 70/2010;
- Elaboração do Plano de Capacitação dos servidores lotados nesta Coordenadoria de Controle Interno para o ano de 2016, em cumprimento ao disposto na alínea "f", item 1, do Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ;
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria-PAA para o exercício de 2017, aprovado pelo Ato GP nº 95/2016.

TÍTULO XXIV

VICE-PRESIDÊNCIA

A Vice-Presidência, no ano de 2016, trabalhou conjuntamente com a Corregedoria Regional do Trabalho, não tendo emitido memorandos e ofícios. Foram elaborados despachos ordinatórios e em Agravos de Instrumento, bem como de admissibilidade de Recurso de Revista, que foram contabilizados no Relatório de Atividades da Presidência deste Regional, ante a impossibilidade de individualização no Sistema e-Revista.

TÍTULO XXV

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

A atuação da Corregedoria Regional cinge-se a atividades regulamentares da sua competência, segundo as normas do Regimento Interno do TRT da 22ª Região, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Provimento Geral Consolidado do TRT da 22ª Região, dos Provimentos da Corregedoria Regional, ou em obediência às determinações dos Órgãos Superiores, destacando-se as seguintes:

Elaboração mensal de relatório de produtividade individual dos Excelentíssimos Juízes da 1ª instância, por meio da elaboração de quadro comparativo, no qual constam o quantitativo de sentenças proferidas, as pendências, os acordos, as audiências realizadas, dentre outras informações, devidamente divulgado no domínio virtual deste E. Tribunal, nos termos do Provimento CGJT nº 01/2015.

Envio semanal, via e-mail institucional individualizado dos juízes de primeiro grau, de informativo com a produtividade e as pendências de julgamento.

Divulgação mensal do Informativo Justiça em Números, o qual contém as mais importantes estatísticas judiciais oficiais, apresentando o resumo das atividades da primeira instância, oferecendo os principais indicadores das Varas do Trabalho referentes às fases de conhecimento e de execução. Apresenta também os números a respeito dos recursos remetidos ao TRT, valores pagos aos reclamantes e à arrecadação de tributos por unidade judiciária. Compila dados referentes ao desempenho dos Juízes Titulares e Substitutos, indicando os quantitativos de processos solucionados e pendentes por magistrado.

Encaminhamento mensal ao Conselho Nacional de Justiça dos dados relativos à produtividade mensal dos juízes e serventias judiciais de 1º e de 2º graus, nos termos do Provimento nº 49/2015 do CNJ.

Elaboração e envio mensal ao Conselho Nacional de Justiça dos arquivos de movimentação analítica processual, em formato XML, de que trata o art. 5º, II da Portaria CNJ nº 56, de 27 de maio de 2016.

Apuração mensal dos indicadores que compõem as metas nacionais do Poder Judiciário (CNJ), do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT), bem como de algumas metas do Planejamento Estratégico Participativo do TRT da 22ª Região.

Encaminhamento semestral ao Conselho Nacional de Justiça dos seguintes dados, os quais alimentam o Relatório Justiça em Números: despesas, recursos humanos, informática, área física, litigiosidade, dados de atividades

disciplinares, perfil das demandas e dados referentes a receitas e depósitos judiciais etc.

Elaboração e validação mensal dos dados que compõem o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) para envio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

Acompanhamento processual periódico de todas as Varas do Trabalho, procedido por meio dos sistemas APT, APT Virtual e PJe-JT, com a consequente cobrança de adequação dos prazos ou sugestões de boas práticas procedimentais, de forma a auxiliar as respectivas Secretarias.

Recebimento, análise, acompanhamento da movimentação, guarda e arquivamento dos processos de Reclamações Correicionais, Pedidos de Providências e Processos Administrativos instaurados, pertinentes à atividade correicional, promovendo a publicação e/ou notificação das decisões e despachos proferidos pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional.

Assessoramento ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional nas correições periódicas ordinárias, ou eventuais correições extraordinárias, com elaboração das respectivas atas, as quais são publicadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT e disponibilizadas no domínio virtual deste Tribunal, com o respectivo acompanhamento das providências destas decorrentes.

Acompanhamento dos processos de vitaliciamento, quando existentes, dos Juízes de primeiro grau, aprovados em concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto realizado por este Tribunal, com juntada da produtividade, além de outros relatórios e documentos necessários e que dizem respeito aos vitaliciandos.

Elaboração de relatório circunstanciado para instrução dos Processos de Remoção e/ou Promoção dos Excelentíssimos Juízes concorrentes, no âmbito das Varas do Trabalho deste Regional.

Elaboração e conferência de expedientes a serem submetidos à assinatura do Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, promovendo a respectiva publicação no órgão oficial, quando necessário.

Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT dos atos, provimentos e recomendações da Corregedoria Regional.

Ademais, segue em anexo relatório circunstanciado, referente ao exercício de 2016.

1. TRIBUNAL:

1.1. CORREIÇÕES:

Em relação à atividade correicional, foram realizadas, no exercício de 2016, 15 (quinze) Correições Ordinárias, abrangendo todas as Varas do Trabalho da 22ª Região e a Central de Itinerância e Cidadania - Piauí, tendo sido lavradas as respectivas atas, que foram publicadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT e disponibilizadas no domínio virtual deste Tribunal, com o acompanhamento das providências destas decorrentes. Não foram realizadas correições extraordinárias no período.

Tendo em vista a ausência de disponibilidade orçamentária para a realização das correições ordinárias presenciais para todo o exercício de 2016, foi expedido o Ato Conjunto GP/CR nº 005/2016, que instituiu e regulamentou a correição ordinária à distância, consistente no levantamento prévio de dados estatísticos e na análise antecipada de processos, bem como do exame da legalidade das rotinas e dos procedimentos praticados, sem a presença física do Corregedor Regional na unidade judiciária correicionada. E assim foram realizadas correições ordinárias à distância nas Varas do Trabalho de Parnaíba, São Raimundo Nonato, Picos, Corrente, Floriano, Oeiras, Bom Jesus, Valença do Piauí e Uruçuí.

A análise procedida durante as correições concentrou-se na verificação da regularidade do trâmite processual em obediência às disposições legais e às normas do Poder Judiciário, através do exame, por amostragem, dos processos que se encontram em andamento nas Secretarias das Varas. Examinou-se também os dados estatísticos das Varas do Trabalho e o desempenho geral das mesmas.

Para contribuir com a uniformização e otimização dos procedimentos, foram expedidas recomendações e determinações para dar cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e aos Provimentos da Corregedoria deste Regional.

Nas correições ordinárias realizadas, foram observados, dentre outros, os seguintes aspectos listados pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho como de exame e de registro obrigatório em ata: I - a averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; II - a assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; III - a quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; IV - os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução; V - a análise de processos, por amostragem, na fase de execução, em especial para averiguar-se: a) o exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de

Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC; b) o registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais; c) a fiscalização do uso regular dos sistemas BACEN JUD e INFOJUD; d) se o juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja ordenado a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento; e) se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; f) se há registro fidedigno, no sistema informatizado, dos atos processuais praticados; g) se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária.

Cumprir destacar que nas correições realizadas observou-se que as Varas do Trabalho da 22ª Região vêm adotando a maioria dos comandos e ações acima, reputados como essenciais pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sendo recomendado em ata, pela Corregedoria Regional, o cumprimento daqueles ainda não observados.

A atividade correicional também é realizada por meio da correição permanente, exercida pelo acompanhamento processual periódico de todas as Varas do Trabalho da 22ª Região e pelo constante acompanhamento/monitoramento da produtividade dos juízes de primeiro grau da 22ª Região.

No que se refere ao controle do julgamento dos processos conclusos aos magistrados, este é procedido por meio dos dados fornecidos pelo sistema PJe-JT e pelas informações constantes do sistema interno que foi implementado no âmbito da Corregedoria do TRT da 22ª Região, denominado Consulta22, ferramenta esta que foi idealizada para suprir o atraso na atualização das informações, uma vez que os dados referentes ao e-Gestão são enviados ao TST uma vez por mês, o que dificultava um acompanhamento diário da movimentação processual.

Assim, tornou-se possível à Corregedoria Regional identificar problemas no lançamento de movimentos por parte dos usuários, os quais estavam impactando diversos itens do e-Gestão. A partir disso, foram realizados treinamentos e encontros com diretores e assessores para uniformização dos procedimentos a serem adotados, o que tornou os dados do TRT da 22ª Região muito mais fidedignos.

Logo, o sistema Consulta22 permite, por exemplo, acompanhar diariamente a quantidade de processos conclusos para julgamento por juiz, o total de processos julgados/conciliados/outras soluções, os pendentes de julgamento com a indicação do número de dias de atraso, a quantidade de dias trabalhados por magistrado e a de processos julgados/resolvidos por dia trabalhado.

1.2. RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS:

De acordo com a forma regimental, no ano de 2016 foram autuados 02 (duas) Reclamações Correicionais, as quais tiveram regular tramitação. Não foram autuados Pedidos de Providências.

1.3. ATOS EDITADOS PELA CORREGEDORIA:

1.3.1. ATOS EDITADOS CONJUNTAMENTE PELA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL:

Ato Conjunto GP/CR nº 001/2016 - Disciplina o cadastramento/recadastramento dos profissionais habilitados para desempenhar a função de perito e atuar perante os órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

Ato Conjunto GP/CR nº 002/2016 - Determina que os mandados expedidos via PJe-JT sejam distribuídos diretamente para a Central de Mandados mais próxima do local de cumprimento, sem a necessidade de expedição de carta precatória, exceto nos casos em que o juízo deprecado deva inquirir testemunhas e proceder à penhora e alienação de bens.

Ato Conjunto GP/CR nº 003/2016 - Dispõe sobre as notificações (citações) e intimações expedidas por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe em 1º e 2º graus de jurisdições aos Advogados da União- PU/PI, bem como aos Procuradores da Procuradoria Federal - PF/PI e da Procuradoria da Fazenda Nacional -PFN/PI.

Ato Conjunto GP/CR nº 004/2016 - Dispõe sobre a suspensão dos prazos, das audiências e das sessões de julgamento nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Ato Conjunto GP/CR nº 005/2016 - Regulamenta, no exercício da correição ordinária, as inspeções anuais na modalidade à distância nas Varas do Trabalho do interior.

Ato Conjunto GP/CR nº 006/2016 - Regulamenta, para efeitos de recebimento as Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ, o inciso VI, art. 7º, da Resolução CSJT nº 155/2015, no âmbito do TRT da 22ª Região.

Ato Conjunto GP/CR nº 007/2016 - Atualiza, para efeitos de recebimento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ, o inciso VI, art. 7º, da Resolução CSJT nº 155/2015, no âmbito do TRT da 22ª Região.

1.3.2. ATOS EDITADOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Ato CR nº 001/2016 - Autoriza o restabelecimento parcial das atividades da Justiça Itinerante quanto às reclamações trabalhistas originárias dos pólos de competência territorial da Central de Itinerância e Cidadania - CIC, mediante ajuizamento pelo sistema PJE-JT, conforme calendário a ser divulgado pela referida unidade, como também determina que as audiências respectivas sejam realizadas na Secretaria da CIC, em Teresina.

Ato CR nº 002/2016 - Determina que os Excelentíssimos Juízes observem o prazo de 30 (trinta) dias para a prolação de sentenças estipulado pelo inciso III do art. 226 do Código de Processo Civil, registrando-se que o §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho estabelece que a abertura de procedimento administrativo para apuração das pendências de julgamento pelos juízes de primeiro grau deve ser deflagrada 20 (vinte) dias a partir do término do mencionado prazo de lei.

Ato CR nº 003/2016 - Determina que a correição ordinária à distância seja realizada nas Varas do Trabalho de Parnaíba, São Raimundo Nonato, Picos, Corrente, Floriano, Oeiras, Bom Jesus, Valença do Piauí e Uruçuí, conforme calendário anexo, cujos editais respectivos serão previamente expedidos e divulgados.

1.3.3. RECOMENDAÇÕES EDITADAS CONJUNTAMENTE PELA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL:

Recomendação GP/CR Nº 01/2016 - Altera a Recomendação Conjunta GP/CR nº 001/2015, que regulamenta procedimentos a serem adotados pelos advogados quando do peticionamento no sistema PJE e dá outras providências no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

1.3.4. RECOMENDAÇÕES EDITADAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Recomendação CR Nº 01/2016 – Recomenda aos servidores lotados na Seção do Protocolo Geral e Distribuição que não criem embaraços à atermiação das reclamações verbais aduzidas pelos empregados e empregadores sob o argumento de que a matéria é complexa e dá outras providências.

1.4. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRODUZIDOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

No ano de 2016, a Corregedoria Regional deste Tribunal expediu os seguintes documentos administrativos: 165 PORTARIAS; 148 OFÍCIOS; 02 OFÍCIOS CIRCULARES; 59 MEMORANDOS E 14 MEMORANDOS CIRCULARES.

1.5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO TRIBUNAL:

1.5.1. SÉRIE HISTÓRICA PROCESSOS RECEBIDOS E PROCESSOS JULGADOS:

Ano	Recebidos	Solucionados	Resíduo
2016	9.304	9.654	2.004
2015	9.803	9.151	2.043
2014	10.235	9.877	2.472
2013	10.077	8.383	3.628
2012	8.396	8.291	1.934
2011	7.687	7.196	1.829
2010	6.587	6.789	1.342
2009	5.691	5.172	1.798
2008	4.520	4.680	909
2007	5.305	6.283	916
2006	5.287	4.337	1.927
2005	4.097	3.558	953
2004	2.620	2.746	506
2003	2.502	2.422	467
2002	2.096	2.251	643
2001	3.797	2.808	848
2000	2.483	1.647	579
1999	3.324	2.047	266
1998	3.041	2.643	614
1997	3.015	1.811	541
1996	2.321	1.523	252
1995	2.215	2.699	351
1994	2.718	2.393	1.442
1993	3.006	1.284	172

Fonte: Estatística TST e Sistema e-Gestão.

* Incluídos os recursos internos.

** Vale ressaltar que alguns dados dos anos de 2012 a 2015 estão diferentes dos que constaram nos Relatórios de Atividades anteriores, tendo em vista que houve atualização das ferramentas de extração dos dados referentes aos itens do e-Gestão.

1.5.2. VARIAÇÃO PERCENTUAL – PROCESSOS RECEBIDOS E RESOLVIDOS:

DESCRIÇÃO	2015	2016	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Processos recebidos	9.803	9.304	-5,09%
Processos Resolvidos	9.151	9.654	5,49%
Resíduo	2.043	2.004	-1,91%

2. VARAS DO TRABALHO:

Em 2016, as Varas do Trabalho da 22ª Região receberam um total de 28.972 processos, o que significa uma variação positiva de 7% em relação aos dados do ano anterior, conforme se observa abaixo.

2.1. PROCESSOS RECEBIDOS X RESOLVIDOS:

	2015	2016
Recebidos	27.084	28.972
R Resolvidos	26.093	28.333

Fonte: Informativo Justiça em Números e Sistema e-Gestão.

** Vale ressaltar que os dados do ano de 2015 estão diferentes dos que constaram no Relatório de Atividade anterior, tendo em vista que houve atualização das ferramentas de extração dos dados referentes aos itens do e-Gestão.*

Se a estatística levasse em consideração apenas os processos ingressados no ano de 2016, em relação aos processos resolvidos no mesmo período, haveria uma produtividade de 97,79% na resolução das lides.

Do total de processos resolvidos (28.333), a Justiça Trabalhista conseguiu conciliar o *quantum* de 8.010 destes litígios, o que revela um índice de 28,3% em aproveitamento conciliatório.

Ressalte-se que no ano de 2016 houve a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, onde o Tribunal do Trabalho da 22ª Região conseguiu chegar ao total de 1.409 casos trabalhistas solucionados através da conciliação, somando R\$ 14.297.662,15 em valores homologados, conforme demonstram os quadros abaixo.

2.1.1. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO DE 2016:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS/AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VAL. ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	60	45	45	100%	417.912,25
2ª TERESINA	60	28	24	85,71%	944.385,54
3ª TERESINA	33	25	25	100%	143.559,72
4ª TERESINA	105	91	90	98,90%	1.241.748,42
PARNAÍBA	0	0	0	0	0,00
S R NONATO	0	0	0	0	0,00
PICOS	39	39	21	53,85%	314.382,45
CORRENTE	41	36	36	100%	566.948,36
PIRIPIRI	57	61	16	26,23%	60.400,00
FLORIANO	150	150	150	100%	487.427,64
OEIRAS	94	93	58	62,37%	305.947,82
BOM JESUS	47	47	1	2,13%	15.000,00
VALENÇA PI	9	9	0	0	0,00
URUÇUÍ	5	5	0	0	0,00
CENTRAL DE LEILÕES					739.589,00
NÚCLEO DE EXECUÇÃO					1.619.820,25
TOTAL	700	629	567	90,14%	6.857.121,45

2.1.2. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2016:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS/ AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VAL. ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	71	71	71	100%	3.294.252,09
2ª TERESINA	58	39	33	84,62%	272.322,06
3ª TERESINA	81	29	29	100%	496.409,62
4ª TERESINA	152	129	128	99,22%	1.176.233,61
PARNAÍBA	0	0	0	0	0,00
S R NONATO	13	13	31	100%	289.249,47
PICOS	37	37	30	81,08%	190.920,00
CORRENTE	0	0	0	0	0,00
PIRIPIRI	0	0	0	0	0,00
FLORIANO	165	155	56	36,13%	1.489.381,62
OEIRAS	93	88	23	26,14%	171.138,23
BOM JESUS	0	0	0	0	0,00
VALENÇA PI	92	92	20	21,74%	60.634,00
URUÇUÍ	0	0	0	0	0,00
TOTAL	1.524	1.306	842	64,47%	7.440.540,70

2.2. NATUREZA DAS DECISÕES:

DECISÕES	TOTAL
CONCILIAÇÕES	8.015
PROCEDENTES	2.648
PROCEDENTES EM PARTE	7.140
IMPROCEDENTES	2.005
ARQUIVADOS	5.225
HOMOLOGAÇÕES DE DESISTÊNCIA	1.254
EXTINTOS SEM JULGAMENTO DE MÉRITO	666
EXTINTOS COM JULGAMENTO DE MÉRITO	295
OUTROS	1.085
TOTAL	28.333

Fonte: Sistema e-Gestão.

2.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO SEGUINTE:

A seguir, é possível fazer-se uma análise comparativa das pendências de julgamento nos últimos 03 (três) anos, segundo os indicadores quantitativos.

ANO	2014	2015	2016
QUANTIDADE	11.025	12.001	13.118

Fonte: Sistema e-Gestão

* Ressalte-se que alguns dados de 2014 e 2015 estão diferentes dos que constaram nos Relatórios de Atividades anteriores, tendo em vista que houve atualização das ferramentas de extração dos dados referentes aos itens do e-Gestão.

2.4. MOVIMENTO PROCESSUAL POR VARA:

VARA	PENDENTES/ ANO ANTERIOR	RECEBIDOS		TOTAL A JULGAR	JULGADOS	REMANESCENTES
		Sentenças Anuladas	Novos			
1ª TERESINA	1.659	1	3.633	5.293	3.343	1.950
2ª TERESINA	1.633	6	3.605	5.244	3.129	2.115
3ª TERESINA	1.627	14	3.634	5.275	3.476	1.799
4ª TERESINA	733	4	3.614	4.351	3.855	496
PARNAÍBA	1.185	6	2.936	4.127	2.500	1.627
S R NONATO	1.341	1	2.814	4.156	2.636	1.520
PICOS	821	1	1.803	2.625	1.878	747
CORRENTE	79	1	501	581	533	48
PIRIPIRI	910	1	1.667	2.578	1.853	725
FLORIANO	756	7	1.227	1.990	1.292	698
OEIRAS	272	5	1.271	1.548	1.075	473
BOM JESUS	218	6	655	879	690	189
VALENÇA PI	596	7	1.226	1.829	1.672	157
URUÇUI	171	1	331	503	401	102
TOTAL	12.001	61	28.917	40.979	28.333	12.646

Fonte: Sistema e-Gestão

* Incluídos processos redistribuídos

TÍTULO XXVI

OUVIDORIA DO TRT22

A Ouvidoria do TRT da 22ª Região funciona como um canal direto de comunicação entre o Tribunal e o cidadão, possibilitando a transmissão de informações e colaborando para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população.

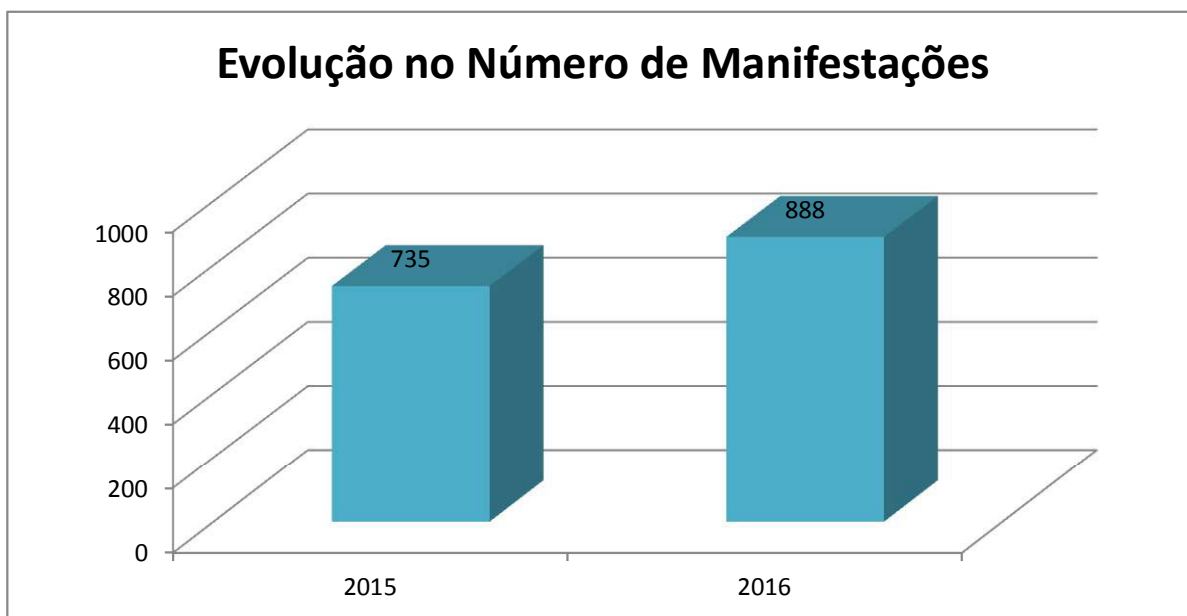
Recorrendo à Ouvidoria, o usuário pode buscar informações, tirar dúvidas, fazer denúncias, reclamações, sugestões e elogios acerca do funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

A Ouvidoria do TRT22 disponibiliza os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- Formulário eletrônico disponível no sítio do Regional - www.trt22.jus.br;
- e-mail - ouvidoria@trt22.jus.br;
- Telefone - (86) 2106-9516, com atendimentos de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00h às 15:00h;
- Correios - correspondências endereçadas à Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, Rua 24 de Janeiro, 181 - Centro/Norte - CEP 64.000-921 - Teresina-PI;
- Formulários impressos - disponíveis nas caixas de coleta localizadas no Tribunal e nas Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado; e
- Atendimento Pessoal - prestado por servidor da Ouvidoria, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00h às 15:00h, no 3º andar do prédio sede deste Tribunal.

Em 2016, foram apuradas as seguintes estatísticas referentes aos trabalhos da Ouvidoria do TRT22:

- Foram registrados **888 (oitocentos e oitenta e oito)** manifestações, o que significa um **aumento de 20,82% em relação ao exercício de 2015** (735 manifestações).



ANO	MANIFESTAÇÕES
2015	735
2016	888

- As 888 manifestações ocorridas no exercício 2016 chegaram à Ouvidoria do TRT22 pelos seguintes **canais de acesso ao cidadão**:

- Formulário eletrônico disponível no sítio do TRT22: **396 manifestações (44,59%)**;

- e-mail: **221 manifestações (24,89%)**;

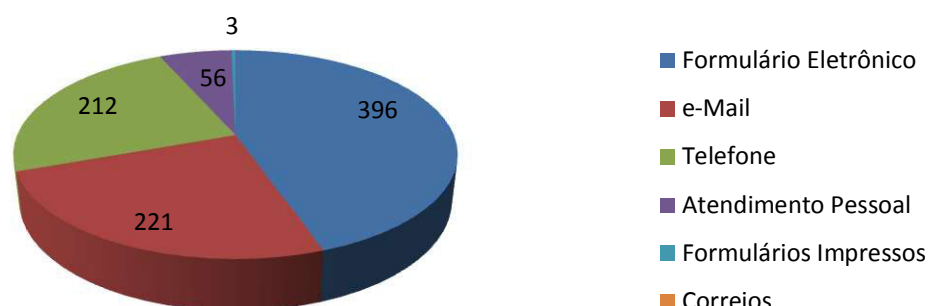
- Telefone: **212 manifestações (23,87%)**;

- Correios: Não houve manifestações por esse canal de acesso.

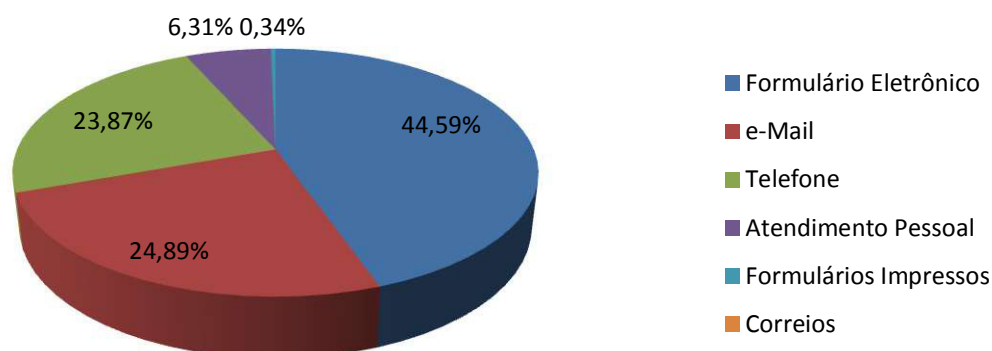
- Formulários impressos: **3 manifestações (0,34%)**;

- Atendimento Pessoal: **56 manifestações (6,31%)**.

Manifestações por Canal de Acesso ao Cidadão



Manifestações por Canal de Acesso ao Cidadão



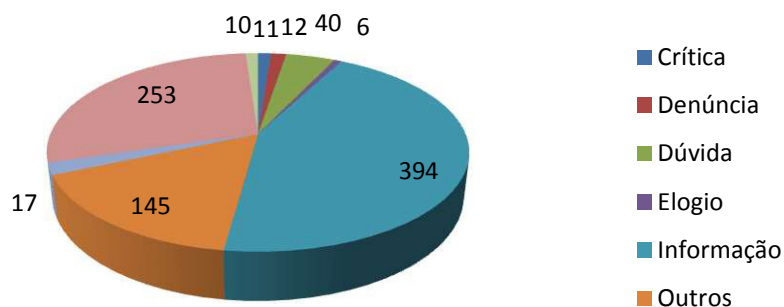
Canal de Acesso ao Cidadão	Ocorrências	%
Formulário Eletrônico	396	44,59%
e-Mail	221	24,89%
Telefone	212	23,87%
Atendimento Pessoal	56	6,31%
Formulários Impressos	3	0,34%
Correios	0	0,00%
TOTAL	888	100,00%

• Quanto ao **tipo de manifestação**, as 888 manifestações ocorridas no exercício 2016 foram classificadas da seguinte forma:

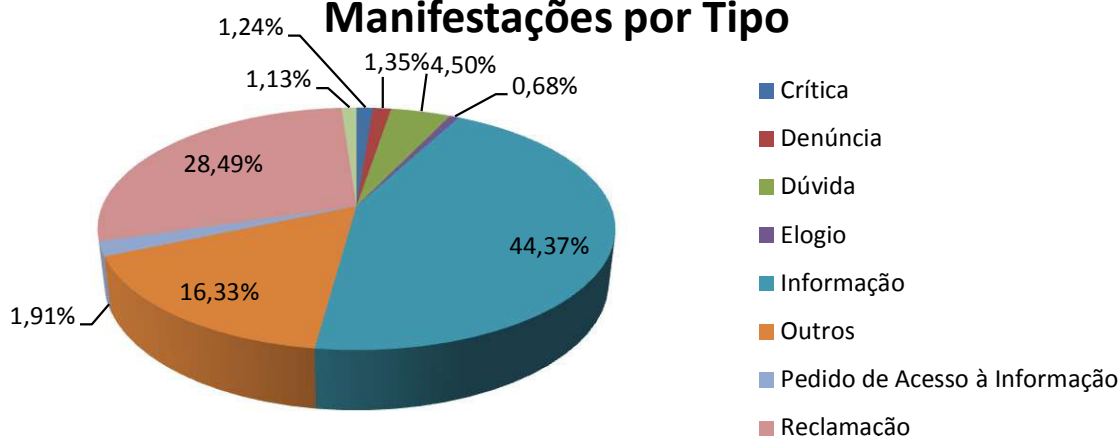
- Crítica: **11 manifestações (1,24%);**
- Denúncia: **12 manifestações (1,35%);**
- Dúvida: **40 manifestações (4,50%);**

- Elogio: **6 manifestações (0,68%);**
- Informação: **394 manifestações (44,37%);**
- Pedido de Acesso à Informação: **17 manifestações (1,91%);**
- Reclamação: **253 manifestações (28,49%);**
- Sugestão: **10 manifestações (1,13%);**
- Outros: **145 manifestações (16,33%).**

Manifestações por Tipo



Manifestações por Tipo

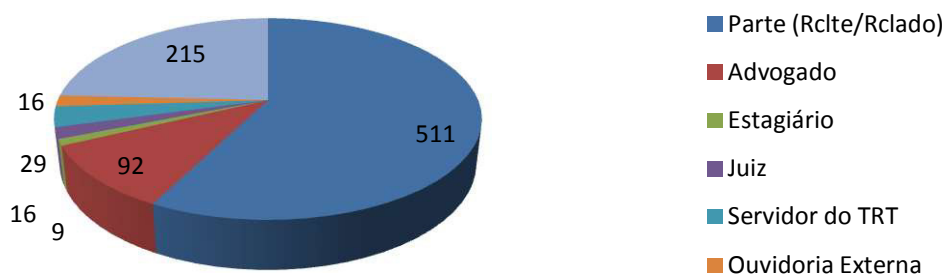


Tipo de Manifestação	Ocorrências	%
Crítica	11	1,24%
Denúncia	12	1,35%
Dúvida	40	4,50%
Elogio	6	0,68%
Informação	394	44,37%
Outros	145	16,33%
Pedido de Acesso à Informação	17	1,91%
Reclamação	253	28,49%
Sugestão	10	1,13%
TOTAL	888	100,00%

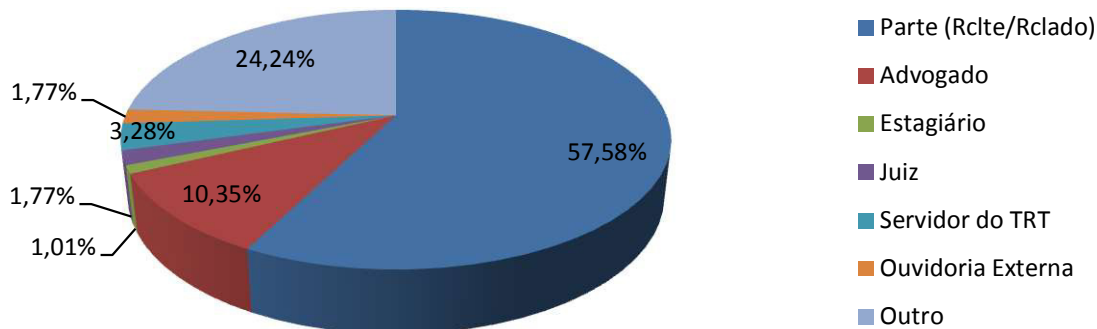
• Quanto ao **perfil do manifestante (usuário da Ouvidoria)**, as 888 manifestações ocorridas no exercício 2016 foram classificadas da seguinte forma:

- Parte em ações trabalhistas (reclamante ou reclamado): **511 manifestações (57,58%);**
- Advogado: **92 manifestações (10,35%);**
- Estagiário: **9 manifestações (1,01%);**
- Magistrado: **16 manifestações (1,77%);**
- Servidor do TRT: **29 manifestações (3,28%);**
- Ouvidoria Externa: **16 manifestações (1,77%);**
- Outros: **215 manifestações (24,24%).**

Manifestações por Perfil do Manifestante



Manifestações por Perfil do Manifestante



Perfil do Manifestante	Ocorrências	%
Parte (Rclte/Rclado)	511	57,58%
Advogado	92	10,35%
Estagiário	9	1,01%
Juiz	16	1,77%

Servidor do TRT	29	3,28%
Ouvidoria Externa	16	1,77%
Outro	215	24,24%
TOTAL	888	100,00%

Embora o TRT da 22ª Região ainda não disponha da Carta de Serviço ao Cidadão, acessando a sítio do TRT22 na Web, o cidadão obtém informações claras e precisas relacionadas à missão e aos serviços prestados pelo Tribunal (cálculo trabalhista, carta precatória eletrônica, CNDT, emissão de GRU, E-Doc, GRF Web recursal, leilão judicial, plantão judicial, justiça itinerante), bem como aos sistemas de consulta (endereços e telefones, atas, custas e emolumentos, legislação, pautas, precatórios, PJe, Processo nas Varas, no Tribunal, publicações, tabelas, estatísticas, produtividade dos juízes de 1º grau, indicadores de desempenho, disponibilidade dos sistemas etc.).

Todos esses serviços são dispostos de forma visível, clara e de fácil navegabilidade e usabilidade, permitindo que o usuário tenha acesso rápido ao conteúdo pretendido. Além disso, o portal do TRT da 22ª Região possui o Mapa do Site, onde é possível ter uma visão geral das páginas do website.

Ainda buscando divulgar o seu papel ao cidadão, a Ouvidoria adotou algumas medidas, tais como: alteração do ícone da Ouvidoria no portal do TRT22, tornando-o mais visível para o usuário; confecção e distribuição de cartazes no prédio sede e nas Varas da Capital e Interior, com o slogan “O TRT22 QUER OUVIR VOCÊ”; colocação de caixas de coleta de sugestão, reclamações e denúncias na sede do TRT e em todas as Varas; divulgação das atividades nas redes sociais em parceria com Assessoria de Comunicação deste Regional e recepção de formulários da Ouvidoria durante o projeto Justiça Itinerante (Jus Móvel).

TÍTULO XXVII

ESCOLA JUDICIAL

1. FORMULAÇÃO DE MODELOS NO EDITOR ESTRUTURADO PJe 2º GRAU

MINISTRANTES: Antonio Dantas Veloso Filho e Antonio Tássio Nogueira Fernandes.

OBJETIVOS: Expor o sistema de modelos estruturados do PJe-JT (2º Grau) de modo teórico e prático, objetivando uma compreensão ampla do sistema, apresentando funcionalidades fundamentais do sistema de modelos, seu funcionamento prático, sua importância e vantagens para a celeridade dos atos processuais.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, lotados no 2º Grau.

CARGA HORÁRIA: 05 (cinco) horas/aula.

DATAS: 19 de fevereiro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestras presenciais realizadas em laboratório de informática, sempre intercalando teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Apresentação do sistema de modelos. Configuração do sistema de modelos. Variáveis. Criação de modelos. Práticas.

Nº DE PARTICIPANTES: 18 servidores. Total de participantes: 18.

2. BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO NO NOVO CPC

MINISTRANTE: Ben-Hur Silveira Claus – Juiz Titular do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Carazinho (RS).

OBJETIVO: Melhorar o desempenho da Execução no Processo do Trabalho, a fim de atender às promessas constitucionais de jurisdição célere e eficaz, através do estudo de novas boas práticas na execução, capacitando Servidores e Magistrados para melhor enfrentar esse importante desafio institucional da Justiça do Trabalho.

PÚBLICO ALVO: Magistrados do Trabalho e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 05 (cinco) horas/aula.

DATAS: 18 de março de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva, com participação interativa dos participantes e reflexões contextualizadas. Distribuição de material didático impresso para melhor aproveitamento. Disponibilização dos materiais em meio eletrônico para permitir a adoção das boas práticas de forma facilitada e operacionalização concreta nas Unidades Judiciárias que optarem pela adoção das boas práticas sugeridas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Estudo de boas práticas para a efetividade da execução, explorando interpretações jurídicas mais atualizadas, inclusive determinadas potencialidades trazidas com o advento do CPC de 2015.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 46, Magistrados: 15, Público Externo: 04. Total de participantes: 65.

3. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE FILOSOFIA DO DIREITO (IV CONFID)

29/04/2016

13:00 às 14:00 – Entrega de credenciais
14:00 às 14:20 – Abertura, com a palavra do Presidente do CONFID e dos Coordenadores

14:20 às 15:00 – 1ª Conferência: Uma Abordagem Jusfilosófica da Questão da Subjetividade – Draiton Gonzaga de Souza.

15:00 às 15:15 – Lançamento de Livro: LIVRO DOS VALORES, de Francisco Meton Marques de Lima. Apresentação - Des. Edvaldo Pereira de Moura

15:30h às 17:00 – 1º Painel: A insolúvel antinomia, mas eterna dialética entre o Direito e a Justiça. Presidente: Carlos Wagner de Araújo Nery (Mestre em Direito, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Bom Jesus e Prof. da UESPI). Expositores: Robertônio Santos Pessoa – Política e Direito: Ecos da República de Weimar no Brasil Atual; Newton Rodrigues Clark – A ideia Abstrata de Justiça e Fernando Ferreira dos Santos – A Jurisdição Constitucional Multinível.

17:00 às 17:30 – Debates

17:30 às 17:45 - Lançamento de livros:

- Do Cumprimento do Dever de Fundamentar as Decisões Judiciais: morte dos embargos de declaração, o Macunaíma da dogmática jurídica. Autor: João Luís Rocha do Nascimento.

- O Caráter Pedagógico das Condenações por Danos Materiais decorrentes de Acidente de Trabalho. Autora: Thania Bastos Lima Ferro.

18:00 às 19:30 – 2º Painel: Os significados da Justiça na História. Presidente: Regina Coelli Batista de Moura Carvalho. Expositores: Francisco Gérson Marques de Lima – A Justiça nas Lendas e as Lendas da Justiça; Nelson Nery Costa – Existe

mesmo a Justiça? e Joana de Moraes Sousa – Justiça Alternativa: a Mediação e a Arbitragem como Alternativa para Alcançar a Justiça.
 19:30 às 20:00 – Debates
 20:15 às 21:00 – 2ª Conferência. Presidente: Adriana Castelo Branco de Siqueira.
 Direitos Humanos: entre promessas formais e demandas por concretização –
 Enoque Feitosa Sobreira Filho.
 21:00 às 22:00 – Defesa de Teses inscritas e aprovadas pela Comissão do IV CONFID. Presidente: João Luís Rocha do Nascimento

30/04/2016

8:00 às 10:00 – 3º Painel: A Justiça x a Realidade e a Fatalidade.
 Presidente – Fides Angélica de Castro Veloso Mendes Ommati. Expositores: Liana Chaib – A Justiça de Equidade; Carlos Augusto Pires Brandão – Justiça Política; Oton Mário José Lustosa Torres - Direito e Justiça na Prática e Nelson Juliano – Direito, Justiça e Modernidade: o direito natural e a crítica ao positivismo.
 10:00 às 10:30 – Debates
 10:45 às 11:30 – 3ª Conferência. Presidente: Francisco Meton Marques de Lima.
 Interpretação e Justiça na era da Ponderação – Ronaldo Porto Macedo Jr.
 11:30 às 11:45 – Defesa de Teses inscritas e aprovadas pela Comissão do CONFID.
 Presidente: Thania Bastos Lima Ferro.
 11:45 às 13:50 – Exposição de Pesquisas. Presidente da Mesa - Prof. Thiago Carcará
 14h – Solenidade de Encerramento

CARGA HORÁRIA: 15 (quinze) horas/aula.

DATAS: 29 e 30 de abril de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 29.

4. CICLO DE PALESTRAS DA VI SEMANA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS

OBJETIVO: Integrar Assessores de Magistrados e Diretores de Varas do Trabalho nas grandes temáticas abordadas na Formação Continuada para Magistrados.

PÚBLICO ALVO: Magistrados do Trabalho e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 18 (dezoito) horas/aula.

DATAS: 09 a 11 de maio de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestras expositivas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - TEMAS DE PALESTRAS e MINISTRANTES: METAS ESTRATÉGICAS E DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU - 01 h/a - Juiz Roberto Wanderley Braga - Coordenador da Seção de Estatística e Gestão Estratégica do TRT - 22ª Região. O IMPACTO DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO - 05 h/a - Juiz Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes - TRT 16ª Região/MA. SÚMULA VINCULANTE Nº 53 DO STF - COMPETÊNCIA DA JT PARA EXECUTAR AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - 06 h/a - Juiz Océlio de Jesus Carneiro de Moraes - TRT 8ª Região/PA. FUNÇÕES PUNITIVAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTES DE TRABALHO - 01 h/a. Juíza Thânia Lima Bastos Lima Ferro - TRT 22ª Região/PI. O NOVO CPC E SUA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA NO PROCESSO DO TRABALHO - 05 h/a - Prof. Gilberto Stürmer - Doutor em Direito do Trabalho pela UF/SC.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 17. Total de participantes: 17.

5. I JORNADA PIAUIENSE DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

OBJETIVO: Integrar Assessores de Magistrados e Diretores de Varas do Trabalho em algumas das grandes temáticas abordadas na Formação Continuada para Magistrados.

PÚBLICO ALVO: Magistrados do Trabalho e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 12 (dezoito) horas/aula.

DATAS: 12 a 13 de maio de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentação, discussão e aprovação das teses, seguida de Assembléia Geral para votação das teses. As teses aprovadas serão

publicadas sob a forma de cartilha, para distribuição entre juízes, membros do Ministério Público do Trabalho, servidores e comunidade em geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - GRUPOS DE DISCUSSÃO: I). O NOVO CPC - IMPACTOS NO PROCESSO DO TRABALHO. Coordenador: Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz. II). COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - MATERIAL E TERRITORIAL. Coordenador: Juiz Francílio Bibio Trindade de Carvalho. III). EXECUÇÃO - PENHORA DE SALÁRIOS, EXECUÇÃO PROVISÓRIA, RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS, OUTROS. Coordenador: Juiz Roberto Wanderley Braga. IV). INSTRUÇÃO PROCESSUAL - ANTECIPAÇÃO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, PROVA EMPRESTADA, DISPENSA DE PERÍCIA, INCIDENTES EM AUDIÊNCIAS, OUTROS. Coordenador: Juiz Gustavo Ribeiro Martins. V). ACIDENTE DE TRABALHO - NEXO CAUSAL, RESPONSABILIDADES, CÁLCULO DAS INDENIZAÇÕES. Coordenador: Juíza Thânia Maria Bastos Lima Ferro.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 12. Total de participantes: 12.

6. III ENCONTRO DE DIRETORES DE SECRETARIA DE VARA DO TRABALHO

OBJETIVO: Promover o compartilhamento de boas práticas de sucesso em cada unidade, bem como discutir os vários problemas administrativos mais recorrentes e as possíveis soluções, objetivando a criação de um manual de procedimentos que vise maximizar o uso das diversas ferramentas à disposição no Regional Trabalhista, bem como padronizar procedimentos e uniformizar expedientes.

PÚBLICO ALVO: Diretores de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 12 a 13 de maio de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações dialogadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: DEBATES SOBRE TEMAS PERTINENTES À ROTINA DE TRABALHO - 12 h/a. EXPOSIÇÃO do Diretor da VFT de Oeiras, José Zito Magalhães Neto, sobre BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. DEBATE: Remanescentes em contas judiciais e Precatório Requisitório. Marcelo Nunes Nolleto, Diretor da VFT de São Raimundo Nonato. EXPOSIÇÃO sobre as novas Ferramentas: SIEL e SERASAJUD. Raimundo Nonato de Oliveira Junior, Diretor da VFT de Piripiri. Uniformização dos procedimentos das CPs no TRT 22. EXPOSIÇÃO: Carlos Henrique Nogueira Sobrinho, Diretor da VFT de Parnaíba. Distribuição de mandados confeccionados no

interior para a central de mandados em Teresina. DEBATE. Antônio Tássio Nogueira Fernandes, Diretor da VFT de Uruçuí. Gestão de Pessoas por Competências. EXPOSITORES: Justino Barbosa Neto, Ana Karine Uchoa Leite Brito Amorim e Fabíola Veloso Alves Falcão. RESPOSTAS AS DEMANDAS DO II ENCONTRO E NOVAS DEMANDAS. Francijone Sousa Costa de Oliveira - SGP. José de Anchieta Nunes e Jose Messias Alves de Sousa - CTIC. Maria Ivanide de Oliveira - SEG e Antônio Ferreira de Carvalho Sobrinho - CFIN. Adão Alves dos Santos - DGA. Confecção de Modelos PJE.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 16. Total de participantes: 16.

7. FERRAMENTA PJE CLE

OBJETIVO: Fornecer as orientações sobre o CLE (Cadastro de Liquidação e Execução) do PJE, bem como capacitar os treinandos na ferramenta desenvolvida pela Seção de Sistema Judiciais para auxiliá-los nesta tarefa.

PÚBLICO ALVO: Servidores de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 12 de agosto de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações dialogadas e utilização de recursos didáticos (datashow e PC com Power Point).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Visão geral sobre o CLE, Ato do TRT22, Ferramenta PJE/CLE (Teoria e exercícios práticos em base de homologação), Tela do CLE no PJE (Homologação) e demonstração dos Processos "travados" no APT e APT Virtual em base de teste.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 16. Magistrados: 01 Total de participantes: 17.

7. MAPEAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MÓDULO I

OBJETIVO: Subsidiar os trabalhos do Projeto "Caminhos a Seguir", utilizando-se os conhecimentos e técnicas sobre a operacionalização do Escritório de Processos.

PÚBLICO ALVO: Servidores de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 18 (dezoito) horas/aula.

DATAS: 29 a 31 de agosto de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações dialogadas e utilização de recursos didáticos (datashow e PC com software Bizagi).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Breve histórico da Gestão de Processos no TRT da 23ª Região: RA 230/2011 (Escritório de Processo na estrutura do Tribunal) e RA 162/2013 (Dispõe sobre a operacionalização do Escritório de Processos); Apresentação da página Wiki Administrativo do TRT da 23ª Região; Procedimentos, fluxos e índices de processos do sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), bem como processos e manuais da Gestão de Processos; Apresentação da metodologia utilizada pelo TRT da 23ª Região; Análise; Desenho e modelagem; Implementação; Gerenciamento de desempenho; Refinamento; Apresentação do software Bizagi; Oficina.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 26. Externos: 01. Total de participantes: 27.

8. CURSO TRANSTORNO MENTAL RELACIONADO AO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE O TRT 22

OBJETIVO: Atividade constante da VI Semana de Formação Continuada para magistrados

PÚBLICO ALVO: Servidores e Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 03 (três) horas/aula.

DATAS: 13 de setembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Seminário

PAINEL: "Transtornos mentais relacionados ao trabalho: Um olhar sobre o TRT 22" - Presidente da mesa: Dra. Regina Coelli Batista de Moura Carvalho - Juíza do TRT da 22ª Região.

- "Panorama das desordens mentais no TRT 22" - Expositor: Mário Sérgio Ferreira Santos (MédicoSAMPO - TRT22)

- "O ambiente de trabalho e o transtorno mental: uma abordagem preventiva" - Expositor: Samuel Rego (Médico Psiquiatra)

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 37. Total de participantes: 37.

9. A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA NO AUXÍLIO TÉCNICOS AOS JULGAMENTOS DOS LITÍGIOS TRABALHISTAS

OBJETIVO: Atividade constante da VI Semana de Formação Continuada para magistrados

PÚBLICO ALVO: Servidores e Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 003 (três) horas/aula.

DATAS: 13 de setembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Seminário

PAINEL: "A importância dos profissionais de Fisioterapia no auxílio técnico aos julgamentos dos litígios trabalhistas" - Presidente da mesa: Dr. Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz - Juiz do TRT da 22ª Região.

- "Regulamentação e Contribuição da perícia fisioterapêutica" - Expositora: Patrícia Rossafa Branco (Fisioterapeuta - Conselho Federal de Fisioterapia)

- "A importância das instrumentações científicas no processo pericial e os diferenciais da perícia fisioterapêutica" - Expositor: José Ronaldo Veronesi Júnior (Fisioterapeuta e perito judicial - Conselho Federal de Fisioterapia)

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 36. Total de participantes: 36.

10. EXECUÇÃO EFETIVA E NOVO CPC

OBJETIVO: Atividade constante da VI Semana de Formação Continuada para magistrados

PÚBLICO ALVO: Servidores e Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 06 (seis) horas/aula.

DATAS: 15 de setembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Seminário

CURSO: "Ferramentas para execução" - Ben-Hur Silveira Claus (Juiz do Trabalho)

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 11. Total de participantes: 11.

11. VI SEMINÁRIO PIAUIENSE DE TRABALHO SEGURO

OBJETIVO: Atividade constante da VI Semana de Formação Continuada para magistrados

PÚBLICO ALVO: Servidores e Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e Público em geral.

CARGA HORÁRIA: 06 (seis) horas/aula.

DATAS: 16 de setembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Seminário

PALESTRA: "Transtornos mentais relacionados ao trabalho" - Palestrante: Francisco Meton Marques de Lima - Desembargador do Trabalho e Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro.

PALESTRA: "Uma leitura dos critérios atualmente utilizados pela Previdência Social para relacionar os transtornos mentais com o trabalho" - Palestrante: Marco Antonio Gomes Perez - Diretor de Políticas de Saúde e

Segurança Ocupacional - Secretaria de Políticas da Previdência Social (Ministério da Fazenda).

PALESTRA: "As causas dos transtornos mentais - o paciente no divã" - Palestrante: Jean Kennedy Lustosa - Psicólogo - Assistente Regional de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal - Professor de Pós-Graduação na Uninovafapi e IEMP. Especialista em Neuropsicologia, Pedagogia empresarial, Terapia Cognitivo-Comportamental, Administração em Recursos Humanos e MBA em Marketing.

PALESTRA: "Perícia e doenças mentais" - Palestrante: Roberto Veras - Médico e perito judicial.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 41. Total de participantes: 41.

12. IV ENCONTRO DE DIRETORES DE VARAS DO TRABALHO

OBJETIVO: Promover o compartilhamento de boas práticas de sucesso em cada unidade, bem como discutir os vários problemas administrativos mais recorrentes e as possíveis soluções, objetivando a criação de um manual de procedimentos que vise maximizar o uso das diversas ferramentas à disposição no Regional Trabalhista, bem como padronizar procedimentos e uniformizar expedientes.

PÚBLICO ALVO: Diretores de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas/aula.

DATAS: 12 a 16 de setembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações dialogadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Dia 12/09/2016: 1. Precatório Requisitório e baixa na execução - uniformização de procedimentos - Representante da Secretaria da Corregedoria e da Secretaria Judiciária. 2. CLE - Estratégia na conversão dos processos. 3. Decisões da Justiça do Trabalho e INSS. Dia 13/09/2016: Feedback das demandas de Encontros anteriores. Dia 14/09/2016: Gestão participativa: construindo novos cenários - Palestrante: Carlos Alberto Zogbi Lontra (Juiz do Trabalho). Dia 15/09/2016: Ferramentas para Execução - Palestrante: Ben-Hur Silveira Claus (Juiz do Trabalho). Dia 16/09/2016: Conversa com o Tribunal, com a DGA, com a CGP, com Engenharia/Serviços Gerais e CTIC.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 16. Total de participantes: 16.

13. CURSO DE RECICLAGEM ANUAL PARA AGENTES DE SEGURANÇA 2016: "SEGURANÇA ORGÂNICA - ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS"

OBJETIVO: Desenvolver competências para atuação profissional de segurança, com a aplicação de medidas para garantir proteção aos ativos (pessoas, processos, equipamentos, materiais etc), de acordo com as especificidades dos órgãos do Poder Judiciário, observando-se o desenvolvimento de competências profissionais atinentes às atividades de segurança, planejamento e aplicação de medidas que visem à segurança institucional, como: Preservação da vida, garantia dos atos judiciais, cordialidade e urbanidade, utilização de comunicação não violenta e contenção não-lesional de pessoas com adoção de atos menos gravosos por meio do uso seletivo da força, objetivando a preservação e garantia dos direitos humanos; Difusão de conceitos e técnicas relativas à segurança com o fito de alicerçar as atividades inerentes ao cargo de Agente de Segurança do Judiciário Federal; Desenvolvimento e preparação técnica e psicológica dos Agentes de Segurança, capacitando-os a analisar e identificar o perigo potencial.

PÚBLICO ALVO: Agentes de Segurança Judiciário.

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas/aula.

DATAS: 21 de setembro de 2016 a 20 de outubro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Curso a ser desenvolvido através da modalidade à distância (plataforma *e-learning*), composto de 03 (três) módulos abordando habilidades e competências necessárias ao bom desempenho profissional dos agentes de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: 1. ASPECTOS TÉCNICOS E NORMATIVOS SOBRE CONTROLE DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CIRCULAÇÃO: Conceito de controle de acesso; Tipos de controle de acesso; Atribuições do Agente de Segurança Judiciário; Normatização sobre o controle de acesso no Poder Judiciário; Quem deve se submeter ao controle de acesso; Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei 5553/68); Equipamento do Agente de Segurança no controle de acesso; Uso progressivo da força; Tipos de revistas e buscas; Discussão das normas próprias da instituição. 2. ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS NA SEGURANÇA JUDICIÁRIA: Poderes Administrativos; Estatuto do Desarmamento; Direito Penal; Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; Direito Processual Penal; Abuso de autoridade. 3. GERENCIAMENTO DE CRISES: Conceito de crise; Gerenciamento de crises policiais e a segurança judiciária; Características da crise; Objetivos do Gerenciamento de crises; Critérios de ação; Classificação dos graus de riscos; Níveis de resposta; Fases da crise; alternativas táticas e Elementos e fontes de informação.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 21. Externo: 06 Total de participantes: 27.

13. WORKSHOP APOSENTADORIA SAUDÁVEL -
APOSENTADORIA: UM NOVO CONTRATO COM A VIDA

OBJETIVOS: Proporcionar informação e orientação que contribua com o processo de reflexão sobre o impacto que a aposentadoria causa, de forma que sejam preparados para o início de uma nova etapa de vida.

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do TRT 22ª Região

CARGA HORÁRIA: 08 (oito) horas/aula.

DATAS: 12 e 13 de dezembro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região

METODOLOGIA: Exposições teórica, apresentação dialogada e prática de atividades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Perspectiva pessoal e profissional para depois da aposentadoria. Perspectivas sobre aposentadoria na terceira idade. Perspectiva sobre o trabalho na pós-aposentadoria na terceira idade. O que fazer com o tempo livre?. PPA - Programa de Preparação para a aposentadoria. Empreenda. Especialize-se. Não tenha medo do novo. Faça networking. Ocupe-se.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 26. Total de participantes: 26.

EVENTOS EXTERNOS

EVENTO: SEMINÁRIO NACIONAL "COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA IN Nº 02/08 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS"

PARTICIPANTE: JORSELINS RODRIGUES BARBOSA

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

LOCAL: FLORIANÓPOLIS (SC)

PERÍODO: 22 a 25.02.2016

EVENTO: X SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE R. SÁ - TEMA: "ÉTICA, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO"

PARTICIPANTES: AMANDA SANTOS TEIXEIRA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

LOCAL: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PERÍODO: 01 a 03.06.2016

EVENTO: REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO DO TRT DA 24ª REGIÃO

PARTICIPANTES: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA JÚNIOR

CARGA HORÁRIA: 12 h/a

LOCAL: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PERÍODO: 07 e 08.03.2016

EVENTO: APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO
– FUNPRES – PRINCIPAIS INOVAÇÕES

PARTICIPANTES: ELIETE OLIVEIRA FONTENELE, IVAN SELMO DE JESUS COSTA, JUSTINO BARBOSA NETO e RAIMUNDO SARAIVA DE MORAES FILHO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

LOCAL: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PERÍODO: 18 a 20.04.2016

EVENTO: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - SIGEO - JT (MÓDULO PLANEJAMENTO)

PARTICIPANTE: ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO

CARGA HORÁRIA: 11 h/a

LOCAL: CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PERÍODO: 27 e 28.04.2016

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS DE PROCESSOS (MÓDULO 1)

PARTICIPANTE: FRANCISCO RAVEL DA SILVA

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: GOIÂNIA (GO)

PERÍODO: 19 a 21.05.2016

EVENTO: III JORNADA JURÍDICA DA FAESF: "O DIREITO COMO CIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR"

PARTICIPANTE: SÉRGIO CRONEMBERGER BRITO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

LOCAL: FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO - FAESF

PERÍODO: 19 a 21.05.2016

EVENTO: PALESTRAS "COMO A GOVERNANÇA DE TI PODE AUXILIAR NO PODER JUDICIÁRIO", "CIBERESPIONAGEM E VULNERABILIDADE NA INTERNET DO BRASIL" e "A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"

PARTICIPANTE: ACÍLIO DE SOUSA MENDES, FRANCISCO RAVEL DA SILVA, JOÃO EDUARDO ARAÚJO MENESES, JOSÉ MESSIAS ALVES DA SILVA e MARCO ANTONIO VIERIA FORTES

CARGA HORÁRIA: 04 h/a

LOCAL: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ - TERESINA (PI)

PERÍODO: 02.06.2016
 EVENTO: GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS -
 RETENÇÕES E ENCARGOS TRIBUTÁRIOS NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS
 FÍSICAS E JURÍDICAS
 PARTICIPANTE: MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA ALVES DE
 FREITAS CARGA HORÁRIA: 24 h/a
 LOCAL: TERESINA (PI)
 PERÍODO: 08 a 10.06.2016
 EVENTO: II FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E
 CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO
 PARTICIPANTE: RODRIGO PIZZATTO
 CARGA HORÁRIA: 19 h/a
 PERÍODO: 08 a 10.06.2016
 EVENTO: VIII ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA
 DO TRABALHO
 PARTICIPANTE: JUSTINA MARIA DE SOUSA SOARES GONÇALVES
 CARGA HORÁRIA: 25 h/a
 LOCAL: CAMPO GRANDE (MS)
 PERÍODO: 08 a 10.08.2016
 EVENTO: PERSISTÊNCIA COM JPA, HIBERNATE E EJB LITE
 PARTICIPANTE: CLÁUDIO DE ARIMATÉA TORCATO e FRANCISCO
 SANTOS FERREIRA
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 05 a 09.09.2016
 EVENTO: CURSO BOAS PRÁTICAS EM SISTEMAS AUTÔNOMOS
 PARTICIPANTE: JOSÉ MESSIAS ALVES DA SILVA e LEONARDO DE
 OLIVERIA RAFAEL
 CARGA HORÁRIA: 36 h/a
 PERÍODO: 19 a 23.09.2016
 EVENTO: TREINAMENTO EM TI DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO
 DO SIGEP
 PARTICIPANTE: ÉRICA REJANE SOUSA ALVES
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 04 a 06.10.2016
 EVENTO: SEMINÁRIO NACIONAL "COMO FISCALIZAR
 CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -

MELHORES PRÁTICAS PARA ATUAÇÕES EFICIENTES DO FISCAL E DO GESTOR"

PARTICIPANTE: JORSELINS RODRIGUES BARBOSA

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

PERÍODO: 28 a 30.10.2016

EVENTO: JAVA - FRAMEWORKS E APLICAÇÕES CORPORATIVAS

PARTICIPANTE: ANTONIO VELOSO FILHO, FRANCISCO SANTOS FERREIRA e MAURO ROBERTO CARVALHO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 07 a 11.11.2016

EVENTO: VII SIMPÓSIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES - SOBREA

PARTICIPANTE: ANTONIO FREDRICO VILARINHO CASTELO BRANCO

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PERÍODO: 21 a 25.11.2016

EVENTO: TÉCNICO DE ALARMES E ACESSÓRIOS

PARTICIPANTE: JOSÉ HENRIQUE PIMENTEL ROCHA e ODALI ALVES COELHO

CARGA HORÁRIA: 32 h/a

PERÍODO: 05 a 08.12.2016

MODALIDADE À DISTÂNCIA

EVENTO: INTENSIVÃO MPT 1ª FASE

PARTICIPANTE: FRANCISCO FALCONETE

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PERÍODO: 23.03.2015 a 23.03.06.2016

EVENTO: O NOVO CPC ONLINE

PARTICIPANTE: LISIANE MAIA ALENCAR

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 04.12.2015 a 05.06.2016

EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 27.01 a 16.02.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTICIPANTE: VALDETE MARIA SILVA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 17.02 a 18.03.2016

EVENTO: PALESTRA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015:
ORIENTAÇÕES SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO -
VIA INTERNET (YOUTUBE)

PARTICIPANTE: ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO

CARGA HORÁRIA: 2,5 h/a

PERÍODO: 18.02.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

PARTICIPANTE: MARIA DO SOCORRO DE VASCONCELOS PONTE

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 22.02 a 08.03.2016

EVENTO: CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL

PARTICIPANTE: ZORAIDE RODRIGUES RIBEIRO CASTELO

BRANCO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

PERÍODO: 01.03 a 30.06.2016

EVENTO: CURSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PARTICIPANTE: ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO

CARGA HORÁRIA: 110 h/a

PERÍODO: 01.03 a 30.06.2016

EVENTO: CONTABILIDADE FINANCEIRA E GERENCIAL

PARTICIPANTE: ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO

CARGA HORÁRIA: 80 h/a

PERÍODO: 01.03 a 30.06.2016

EVENTO: ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO

PARTICIPANTE: AILTON SOARES CARVALHO

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 01 a 04.03.2016

EVENTO: CURSO DE NORMAS DO NOVO CPC APLICÁVEIS AO
PROCESSO DO TRABALHO (INSTRUÇÃO NORMATIVA 39/2016 TST)

PARTICIPANTE: ROCICLEBER ASSIS DAMASCENO

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 27.03 a 27.04.2016

EVENTO: POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

PARTICIPANTE: LYVIA ALBUQUERQUE DE MOURA

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 29.03 a 18.04.2016

EVENTO: CONTABILIDADE PÚBLICA

PARTICIPANTE: ZORAIDE RODRIGUES RIBEIRO CASTELO
BRANCO

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 01.04 a 30.06.2016

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM PORTUGUÊS
JURÍDICO - TURMA I (Ensino à Distância)

OBJETIVO: Promover a capacitação de servidores do Tribunal Regional do Trabalho para o desenvolvimento e atualização nas técnicas de elaboração de textos de documentos jurídicos e administrativos.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas/aula.

DATAS: 04 de abril a 06 de junho de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Learning Management System - LMS. Disponibilização de conteúdos instrucionais, utilização de recursos interativos de mídia, como textos de apoio/apostilas, artigos, videoteca, referências, links de sítios da Internet para leituras de aprofundamento, interação com os demais alunos por meio de fóruns de discussão (newsgroups), bem como tutoria individualizada, além da disponibilização de material impresso com o conteúdo do programa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: A LINGUAGEM JURÍDICA: A importância da linguagem na atividade jurídica. Padronizações e normalizações (atos normativos). Linguagem jurídica: expressões e vocabulário. Erros e preciosismo, rebuscamento ou coloquialismo. Dúvidas comuns no auto adequado de expressões jurídicas. COMPETÊNCIA TEXTUAL: Qualidades e defeitos de um texto. Diferentes estruturas (pensamento dedutivo, indutivo etc). Linguagem adequada em órgãos públicos (Redação Oficial). Organização do pensamento. Estrutura de atos jurídicos (sentença, despacho, atos normativos etc). ASPECTOS GRAMATICAIS: Novo Acordo Ortográfico. Aspectos gramaticais relacionados à linguagem jurídica (pontuação, concordância, regência, crase pronome etc). Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 26. Total de participantes: 26.

EVENTO: CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Ensino à Distância)

OBJETIVO: Desenvolver no participante capacidade de analisar e interpretar as normas do novo Código de Processo Civil à luz do Direito Processual do Trabalho.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região que atuam na produção e análise dos atos processuais praticados nas ações de competência da Justiça do Trabalho.

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas/aula.

DATAS: 04 de abril a 24 de maio de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Learning Management System - LMS. Disponibilização de conteúdos instrucionais, utilização de recursos interativos de mídia, como textos de apoio/apostilas, artigos, videoteca, referências, links de sítios da Internet para leituras de aprofundamento, interação com os demais alunos por meio de fóruns de discussão (newsgroups), bem como tutoria individualizada, além da disponibilização de material impresso com o conteúdo do programa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Processo de Conhecimento no CPC de 2015 e Reflexos das Alterações no Processo do Trabalho. Procedimentos especiais do CPC de 2015. Tutelas Provisórias de Urgência no CPC de 2015. Cumprimento de Sentença e Execução no CPC de 2015. Resolução Alternativa de Litígios.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 38. Total de participantes: 38.

EVENTO: CURSO DE SENTENÇA TRABALHISTA E RESOLUÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS

PARTICIPANTE: DANIELA GONÇALVES DIOGO

CARGA HORÁRIA: 36 h/a

PERÍODO: 11.04 a 20.07.2016

EVENTO: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO

PARTICIPANTE: DANIELA GONÇALVES DIOGO

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

PERÍODO: 11.04 a 25.07.2016

EVENTO: CURSO COMPLETO SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

PARTICIPANTE: DANIELA GONÇALVES DIOGO

CARGA HORÁRIA: 32 h/a

PERÍODO: 12.04 a 21.07.2016

EVENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO PARA CONCURSOS DAS CARREIRAS JURÍDICAS 2015

PARTICIPANTE: DANIELA GONÇALVES DIOGO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 18.04 a 17.06.2016

EVENTO: CURSO "NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA VISÃO BEM CRÍTICA - SUJEITOS DO PROCESSO"

PARTICIPANTE: KELLY CARDOSO DA SILVA

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PERÍODO: 20.04 a 16.05.2016

EVENTO: MODALIDADES, TIPOS E FASES DE LICITAÇÃO

PARTICIPANTE: FERNANDO JOSÉ MATOS DE FREITAS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 26.04 a 09.06.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTICIPANTE: ALEXANDRE HERCULANO BRITO VERÇOSA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 29.04 a 15.06.2016

EVENTO: CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTICIPANTE: LORENA LUZ BRITO

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 01.05 a 23.06.2016

EVENTO: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PARTICIPANTE: RICARDO RAFAEL FREITAS REGO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 02.05 a 22.06.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: SANDRA MARIA MARQUES ARÊA LEÃO COSTA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 02.05 a 28.07.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

PARTICIPANTE: ADELCEY SILVA ROCHA COSTA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 05.05 a 20.05.2016

EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

PARTICIPANTE: JAQUELINE CASTELO BRANCO DA SILVA

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 13.05 a 11.06.2016

EVENTO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (VIDEOAULAS)

PARTICIPANTE: RICARDO RAFAEL FREITAS REGO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 16.05 a 22.06.2016

PCASP

EVENTO: CONGRESSO DE GESTÃO DE PESSOAS & LIDERANÇA

PARTICIPANTE: ADELCEY SILVA ROCHA COSTA

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 17 e 18.05.2016

EVENTO: PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO -

PARTICIPANTE: ÉRICA REJANE SOUSA ALVES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 17.05 a 05.10.2016

EVENTO: CURSO NOÇÕES BÁSICAS DO DIREITO CIVIL

PARTICIPANTE: LORENA LUZ BRITO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 18.05.2016 a 01.06.2016

EVENTO: OUVIDORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 19.05.2016 a 08.06.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

PARTICIPANTE: VÂNIA MARIA QUEIROZ E SILVA LIMA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 20.05.2016 a 23.06.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: POLYANA MONTEIRO DE ANDRADE

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 20.05.2016 a 11.07.2016

EVENTO: MS ACCESS 2007 - BÁSICO

PARTICIPANTE: CLEDIVAM LOPES DOS SANTOS

CARGA HORÁRIA: 37 h/a

PERÍODO: 27.05.2016

EVENTO: ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL

PARTICIPANTE: KELLY CARDOSO DA SILVA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 30.05 a 20.06.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS

PARTICIPANTE: JAQUELINE CASTELO BRANCO DA SILVA

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 31.05 a 20.06.2016

EVENTO: CURSO DE NEGOCIAÇÃO

PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 01 a 30.06.2016

EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO

PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 01 a 29.06.2016

EVENTO: DIREITO DO TRABALHO II

PARTICIPANTE: LORENA LUZ BRITO

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 01.06 a 23.06.2016

EVENTO: CURSO DE ALMOXARIFADO

PARTICIPANTE: VERIDSON DE MACEDO RODRIGUES

CARGA HORÁRIA: 50 h/a

PERÍODO: 01 a 30.06.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: IRENILDES DE JESUS COSTA BATISTA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 01.06 a 19.08.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: ADIVALDO JOSÉ DO NASCIMENTO

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 03.06 a 01.07.2016

EVENTO: CONEXÃO CIDADÃ - INTRODUÇÃO À GESTÃO

SOCIOAMBIENTAL

PARTICIPANTE: ELIETE OLIVEIRA FONTENELE

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 06 a 24.06.2016

EVENTO: CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL E CRASE

PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES

CARGA HORÁRIA: 20h/a

PERÍODO: 06.06.2016 a 16.06.2016

EVENTO: ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA

PORTUGUESA

PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES

CARGA HORÁRIA: 30h/a

PERÍODO: 10.06.2016 a 21.06.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 06 a 26.06.2016

EVENTO: CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL E CRASE

PARTICIPANTE: RAQUEL ALVES DA COSTA RAPOSO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 06 a 16.06.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 06 a 26.06.2016

EVENTO: DE ACORDO COM O NOVO ACORDO

PARTICIPANTE: LÍVIA ALMEIDA MOREIRA

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 09.06.2016

EVENTO: CURSO ONLINE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARTICIPANTE: ZORAIDE RODRIGUES RIBEIRO CASTELO

BRANCO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 10 a 14.06.2016

EVENTO: LICITAÇÕES E CONTRATOS (CURSO ONLINE)

PARTICIPANTE: ERICA REJANE SOUSA ALVES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 13.06 a 30.06.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO Á TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

PARTICIPANTE: ELIETE OLIVEIRA FONTENELE

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 14 a 22.06.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

PARTICIPANTE: ZORAIDE RODRIGUES RIBEIRO CASTELO

BRANCO

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 16 a 24.06.2016

EVENTO: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS

CARGA HORÁRIA: 12 h/a
PERÍODO: 20.06 a 10.07.2016
EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO
SERVIDOR PÚBLICO
PARTICIPANTE: ALESSANDRA SOARES MARREIROS FERRAZ
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 22.06 a 28.07.2016
EVENTO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO GERENCIAL
PARTICIPANTE: RICARDO RAFAEL FREITAS REGO
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 22 a 28.06.2016
EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 23.06 a 07.07.2016
EVENTO: DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES
PARTICIPANTE: FERNANDO JOSÉ MATOS DE FREITAS
CARGA HORÁRIA: 10 h/a
PERÍODO: 23.06 a 13.07.2016
EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 24.06 a 14.07.2016
EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
PARTICIPANTE: WELTON DO NASCIMENTO BRAZ
CARGA HORÁRIA: 15 h/a
PERÍODO: 28.06 a 10.08.2016
EVENTO: INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 29.06 a 19.07.2016
EVENTO: ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 10 h/a
PERÍODO: 01 a 04.07.2016
EVENTO: DE ACORDO COM O NOVO ACORDO
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 01 a 06.07.2016
EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO
PARTICIPANTE: ELIETE OLIVEIRA FONTENELE
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 01 a 05.07.2016
EVENTO: DIREITO DO TRABALHO
PARTICIPANTE: MARIA DO SOCORRO DE VASCONCELOS PONTE
CARGA HORÁRIA: 55 h/a
PERÍODO: 01 a 15.07.2016
EVENTO: CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL
PARTICIPANTE: CARLOS MARIANO DE SOUZA ROCHA FILHO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 01 a 31.07.2016
EVENTO: ÉTICA PROFISSIONAL
PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS
CARGA HORÁRIA: 30 h/a
PERÍODO: 01 a 31.07.2016
EVENTO: DIREITO PROCESSUAL CIVIL
PARTICIPANTE: MARIA APARECIDA DE ALENCAR CLERTON
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 03 a 27.07.2016
EVENTO: DIREITO - O TRABALHO INFANTIL
PARTICIPANTE: MARIA APARECIDA DE ALENCAR CLERTON
CARGA HORÁRIA: 31 h/a
PERÍODO: 03 a 09.07.2016
EVENTO: DIREITO - MÓDULO 2
PARTICIPANTE: MARIA APARECIDA DE ALENCAR CLERTON
CARGA HORÁRIA: 31 h/a
PERÍODO: 03.07 a 29.08.2016
EVENTO: CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES
PARTICIPANTE: ADELCEY SILVA ROCHA COSTA
CARGA HORÁRIA: 05 h/a
PERÍODO: 04.07.2016
EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO
PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 04 a 07.07.2016
EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 04 a 07.07.2016
EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
PARTICIPANTE: GILBERTO PEREIRA DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 120 h/a
PERÍODO: 04.07 a 19.08.2016
EVENTO: CURSO DE LICITAÇÕES
PARTICIPANTE: GILBERTO PEREIRA DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 04.07 a 19.08.2016
EVENTO: CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL E CRASE
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 06.07 a 02.09.2016
EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 15 h/a
PERÍODO: 07.07 a 02.08.2016
EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO
PARTICIPANTE: ANA ARACI DE SOUSA MARTINS ALMEIDA
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 07 e 08.07.2016

GERENCIAL
EVENTO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO

PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 07.07 a 08.08.2016
EVENTO: LICITAÇÕES E CONTRATOS
PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 07.07 a 08.08.2016

GERENCIAL
EVENTO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO
PARTICIPANTE: SAYONARA MARIA RIBEIRO NUNES
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 07.07 a 08.08.2016

EVENTO: GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 07 a 25.07.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
PARTICIPANTE: ANA ARACI DE SOUSA MARTINS ALMEIDA
CARGA HORÁRIA: 15 h/a
PERÍODO: 07 a 14.07.2016

EVENTO: GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 07 a 25.07.2016

EVENTO: GESTÃO DE PROCESSOS
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 07 a 15.07.2016

EVENTO: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 07 a 25.07.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
CARGA HORÁRIA: 15 h/a
PERÍODO: 07 a 14.07.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
PARTICIPANTE: RAVENNA MAGALHÃES
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 08 a 28.07.2016

EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 11 a 31.07.2016

EVENTO: NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL APLICADAS AO TCE - ES
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 07.07 a 18.11.2016

EVENTO: EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO
PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES

CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 11 a 31.07.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
 PARTICIPANTE: ANA CRISTINA SOARES BERTULANI
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 11.07 a 24.11.2016
 EVENTO: PROGRAMAÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
 FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO
 PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 14 a 26.07.2016
 EVENTO: DIREITO DO CONSUMIDOR
 PARTICIPANTE: MARIA DO SOCORRO DE VASCONCELOS PONTE
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 16 a 31.07.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
 PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 19 a 22.07.2016
 EVENTO: DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES
 PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 19 a 22.07.2016
 EVENTO: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
 PARTICIPANTE: MARA LORENA RAMOS VALADÃO GONZAGA
 CARGA HORÁRIA: 12 h/a
 PERÍODO: 20.07 a 09.08.2016
 EVENTO: CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL (I)
 PARTICIPANTE: ANDERSON CASTELO BRANCO GALENO
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 20.07 a 07.08.2016
 EVENTO: CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL (II)
 PARTICIPANTE: ANDERSON CASTELO BRANCO GALENO
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 25.07 a 11.08.2016
 EVENTO: DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES
 PARTICIPANTE: OSVALDO PEREIRA DA SILVA SOUSA
 CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 26.07 a 15.08.2016
 EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: ALESSANDRA SOARES MARREIROS FERRAZ
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 01 a 21.08.2016
 EVENTO: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
 PARTICIPANTE: ALESSANDRA SOARES MARREIROS FERRAZ
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 01 a 21.08.2016
 EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 01 a 24.08.2016
 EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO
 SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
 PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 01.08 a 02.09.2016
 EVENTO: CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO
 PARTICIPANTE: CARLOS MARIANO DE SOUZA ROCHA FILHO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 01 a 31.08.2016
 EVENTO: A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 PARTICIPANTE: SANDRA MARIA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 30 h/a
 PERÍODO: 02 a 29.08.2016
 EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: OSVALDO PEREIRA DA SILVA
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 03 a 23.08.2016
 EVENTO: CURSO "NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA
 VISÃO BEM CRÍTICA - PROCESSO DE CONHECIMENTO"
 PARTICIPANTE: KELLY CARDOSO DA SILVA
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 03 a 30.08.2016
 EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO
 PARTICIPANTE: FRANCISCO DE ABREU FALCONETE
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 03.08 a 07.09.2016
EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
PARTICIPANTE: FRANCISCO DE ABREU FALCONETE
CARGA HORÁRIA: 120 h/a
PERÍODO: 03.08 a 07.09.2016
EVENTO: CURSO DE DIREITO DO TRABALHO II
PARTICIPANTE: ANDERSON CASTELO BRANCO GALENO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 04 a 23.08.2016
EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
PARTICIPANTE: MARA LORENA RAMOS VALADÃO GONZAGA
CARGA HORÁRIA: 15 h/a
PERÍODO: 05 a 17.08.2016
EVENTO: CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO
PARTICIPANTE: ANDERSON CASTELO BRANCO GALENO
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 06 a 26.08.2016
EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
PARTICIPANTE: GILBERTO PEREIRA DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 120 h/a
PERÍODO: 06.08 a 21.09.2016
EVENTO: ENCONTRO JUDICIÁRIO PIAUIENSE SUSTENTÁVEL
PARTICIPANTE: MÁRCIO TÚLIO DELGADO DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 12 h/a
PERÍODO: 08.08 e 09.08.2016
EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
PARTICIPANTE: ORLANDO OLIVEIRA DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 11.08 a 14.09.2016
EVENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO
PARTICIPANTE: AILTON SOARES DE CARVALHO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a
PERÍODO: 12 a 21.08.2016
EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
PARTICIPANTE: ANDERSON CASTELO BRANCO GALENO
CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 06 a 26.08.2016
 EVENTO: ENCONTRO DE GESTORES - AGEPOLJUS
 PARTICIPANTE: DANIEL MARTINS DE SOUSA e GARDNER
 MENDES DA ROCHA
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 16 e 17.08.2016
 EVENTO: ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO
 PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 16.08 e 05.09.2016
 EVENTO: ATENDIMENTO AO CIDADÃO
 PARTICIPANTE: SANDRA MARIA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 16.08 a 05.09.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS
 PARTICIPANTE: SANDRA MARIA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 16.08 a 05.09.2016

 EVENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO
 PARTICIPANTE: MARIA APARECIDA DE ALENCAR CLERTON
 CARGA HORÁRIA: 04 h/a
 PERÍODO: 17.08.2016
 EVENTO: ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MARIA APARECIDA DE ALENCAR CLERTON
 CARGA HORÁRIA: 08 h/a
 PERÍODO: 17 a 23.08.2016
 EVENTO: CURSO DIREITO CONSTITUCIONAL
 PARTICIPANTE: CALLEY SAMALEIA GUEDES RODRIGUES DE
 SOUSA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 17 a 31.08.2016
 EVENTO: CURSO NOVA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
 PARTICIPANTE: CALLEY SAMALEIA GUEDES RODRIGUES DE
 SOUSA
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 17 a 31.08.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

PARTICIPANTE: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA JÚNIOR
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 18 a 23.08.2016
 EVENTO: X SEMINÁRIO NACIONAL DOS AGENTES DE
 SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 PARTICIPANTE: DANIEL MARTINS DE SOUSA e GARDNER
 MENDES DA ROCHA
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 18 e 19.08.2016
 EVENTO: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PARTE GERAL E
 ESPECIAL
 PARTICIPANTES: LIANA DE ALMEIDA SOUSA e GISELLE
 NOGUEIRA DO REGO MONTEIRO VILLA
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 18.08 a 05.09.2016
 EVENTO: CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO
 PARTICIPANTES: OSVALDO PEREIRA DA SILVA SOUSA
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 18.08 a 07.09.2016
 EVENTO: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSOS, DOUTRINA
 E JURISPRUDÊNCIA
 PARTICIPANTE: GLAUCO CAVALCANTI DE ARAÚJO LUZ
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 19.08 a 06.09.2016
 EVENTO: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PARTE GERAL E
 ESPECIAL
 PARTICIPANTE: KENYA FONTINELE ALVES
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 19.08 a 06.09.2016
 EVENTO: CURSO "IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA"
 PARTICIPANTE: LYVIA ALBUQUERQUE DE MOURA
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 20.08 a 20.10.2016
 EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL
 PARTICIPANTE: SHEYLA FERRAZ DE OLIVEIRA GONZAGA VIEIRA
 e NAYANNA DANTAS LIMA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 22 a 30.08.2016

EVENTO: POSTGRESQL - MÓDULO DBA
PARTICIPANTE: DAVID PEREIRA CARDOSO
CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 22 a 26.08.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
PARTICIPANTE: NAYANNA DANTAS LIMA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 22.08 a 22.09.2016

EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO
PARTICIPANTE: KENNYA BANDEIRA RODRIGUES

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 24.08.2016

EVENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO PARA GERENTES NO SETOR

PÚBLICO

PARTICIPANTE: ELOI BONA DE ALENCAR ARARIPE

CARGA HORÁRIA: 35 h/a

PERÍODO: 24.08 a 28.09.2016

EVENTO: ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA

PORTUGUESA

PARTICIPANTE: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA JÚNIOR

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PERÍODO: 24.08.2016 a 05.09.2016

EVENTO: APERFEIÇOAMENTO EM FISCALIZAÇÃO DO FUNDEB

PARTICIPANTE: MARIA DOS MILAGRES DAS NEVES AGUIAR

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 26 a 29.08.2016

EVENTO: DIREITO CONSTITUCIONAL

PARTICIPANTE: AILTON SOARES DE CARVALHO

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 26.08 a 04.09.2016

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: VALDETE MARIA SILVA

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 26.08 a 12.09.2016

EVENTO: CURSO DE DIREITO TRABALHISTA

PARTICIPANTE: ALESSANDRA SOARES MARREIROS FERRAZ

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 27.08 a 27.09.2016

EVENTO: CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 29.08 a 18.09.2016

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM PORTUGUÊS
JURÍDICO - TURMA II (Ensino à Distância)

OBJETIVO: Promover a capacitação de servidores do Tribunal Regional do Trabalho para o desenvolvimento e atualização nas técnicas de elaboração de textos de documentos jurídicos e administrativos.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas/aula.

DATAS: 29 de agosto a 05 de outubro de 2016.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Learning Management System - LMS. Disponibilização de conteúdos instrucionais, utilização de recursos interativos de mídia, como textos de apoio/apostilas, artigos, videoteca, referências, links de sítios da Internet para leituras de aprofundamento, interação com os demais alunos por meio de fóruns de discussão (newsgroups), bem como tutoria individualizada, além da disponibilização de material impresso com o conteúdo do programa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: A LINGUAGEM JURÍDICA: A importância da linguagem na atividade jurídica. Padronizações e normalizações (atos normativos). Linguagem jurídica: expressões e vocabulário. Erros e preciosismo, rebuscamento ou coloquialismo. Dúvidas comuns no uso inadequado de expressões jurídicas. COMPETÊNCIA TEXTUAL: Qualidades e defeitos de um texto. Diferentes estruturas (pensamento dedutivo, indutivo etc). Linguagem adequada em órgãos públicos (Redação Oficial). Organização do pensamento. Estrutura de atos jurídicos (sentença, despacho, atos normativos etc). ASPECTOS GRAMATICAIS: Novo Acordo Ortográfico. Aspectos gramaticais relacionados à linguagem jurídica (pontuação, concordância, regência, crase pronome etc). Nº DE

PARTICIPANTES: Servidores: 31. Total de participantes: 31.

EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PARTICIPANTE: FAGNER JOSÉ DA SILVA SANTOS

CARGA HORÁRIA: 120 h/a

PERÍODO: 31.08 a 16.09.2016

EVENTO: ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: LUCIANO CRASSO MARTINS BORGES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 31.08 a 27.09.2016
 EVENTO: INOVANDO COM CSS
 PARTICIPANTE: CLÁUDIO DE ARIMATÉA TORCATO
 CARGA HORÁRIA: 26 h/a
 PERÍODO: 01.09.2016
 EVENTO: MS WORD 2007 - INTERMEDIÁRIO
 PARTICIPANTE: FRANCISCO DE ABREU FALCONETE
 CARGA HORÁRIA: 21 h/a
 PERÍODO: 01 a 10.09.2016
 EVENTO: QUIZ - JOGO DAS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS -
 RECONHECENDO TEXTO E CONTEXTO
 PARTICIPANTE: ELVIRA CÉLIA GONZAGA DE FREITAS
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 01 a 11.09.2016
 EVENTO: WINDOWS 7
 PARTICIPANTE: JOSÉ DOS SANTOS LIMA
 CARGA HORÁRIA: 12 h/a
 PERÍODO: 01 a 27.09.2016
 EVENTO: CURSO DE INTRODUÇÃO AO DIREITO
 PARTICIPANTE: CARLOS MARIANO DE SOUZA ROCHA FILHO
 CARGA HORÁRIA: 35 h/a
 PERÍODO: 01 a 30.09.2016
 EVENTO: CURSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PARTE GERAL E
 ESPECIAL
 PARTICIPANTE: MÁRCIA FERNANDA LEAL VELOSO CAVALCANTI
 CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 05 a 20.09.2016
 EVENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO PARA GERENTES NO
 SETOR PÚBLICO
 PARTICIPANTE: SANDRA RIOS RODRIGUES
 CARGA HORÁRIA: 35 h/a
 PERÍODO: 05 a 25.09.2016
 EVENTO: CURSO REDAÇÃO OFICIAL
 PARTICIPANTE: LUCIANO CRASSO MARTINS BORGES
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 14 a 28.09.2016
 EVENTO: NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO
 PARTICIPANTE: OSEAS PEREIRA DOS SANTOS NEGREIROS

CARGA HORÁRIA: 120 h/a
 PERÍODO: 16 a 05.10.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS
 PARTICIPANTE: MÁRCIO TÚLIO DELGADO DE CARVALHO
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 19 a 22.09.2016
 EVENTO: NOÇÕES BÁSICAS SOBRE PLANEJAMENTO
 ESTRATÉGICO
 PARTICIPANTE: MÁRCIO TÚLIO DELGADO DE CARVALHO
 CARGA HORÁRIA: 15 h/a
 PERÍODO: 22 a 26.09.2016
 EVENTO: MS POWERPOINT 2013 - AVANÇADO
 PARTICIPANTE: VINICIUS DANTAS E MELO
 CARGA HORÁRIA: 09 h/a
 PERÍODO: 01 a 06.10.2016
 EVENTO: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II
 PARTICIPANTE: LORENA LUZ BRITO
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 01.10 a 12.12.2016
 EVENTO: CONCORDÂNCIA NOMINAL E CRASE
 PARTICIPANTE: ÉRICA REJANE SOUSA ALVES
 CARGA HORÁRIA: 20 h/a
 PERÍODO: 05 a 07.10.2016
 EVENTO: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS -
 SIGEP - MÓDULO I e II
 PARTICIPANTE: CLÁUDIO DE ARIMATÉA TORCADO
 CARGA HORÁRIA: 10 h/a
 PERÍODO: 17 a 27.10.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MYCHELLINNE MOTA NUNES DA ROCHA
 CAMPELO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 17.10 a 06.11.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: CARMEM JULIANA DAMASCENO VIEIRA RIBEIRO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 17.10 a 13.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MÁRCIA MARIA RODRIGUES LEITÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 18.10 a 05.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MÁRCIA MARIA RODRIGUES LEITÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 18.10 a 16.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: BRUNO DA SILVA MENDES
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 18.10 a 06.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MAURO ROBERTO CARVALHO
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 18.10 a 23.11.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: RAIMUNDO DE CERQUEIRA GOMES
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 21.10 a 06.12.2016
 EVENTO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESCRITIVA (CURSO COM
 TUTORIA)
 PARTICIPANTE: LYVIA ALBUQUERQUE DE MOURA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 24.10 a 02.12.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À LIBRAS
 PARTICIPANTE: FÁBIO DE AGUIAR ALCÂNTARA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 25.10 a 05.12.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À LIBRAS
 PARTICIPANTE: JOÃO BASTOS MOURA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 25.10 a 05.12.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À LIBRAS
 PARTICIPANTE: ELOI BONA DE ALENCAR ARARIPE
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 25.10 a 06.12.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À LIBRAS
 PARTICIPANTE: ANTONIO FÁBIO DA SILVA FORTUNA
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 25.10 a 06.12.2016
 EVENTO: INTRODUÇÃO À LIBRAS
 PARTICIPANTE: NYRLA GARCIA RABELO RAULINO
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 25.10 a 06.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MARTA VERÔNICA PAIVA VASCONCELOS
 MESQUITA
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 28.10 a 05.12.2016
 EVENTO: NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO CIVIL II
 PARTICIPANTE: LORENA LUZ BRITO
 CARGA HORÁRIA: 60 h/a
 PERÍODO: 01.11 a 12.12.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: RICARDO GOMES
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 04 a 24.11.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: JOSÉ ÍTALO ARAGÃO DE VASCONCELOS
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 08 a 28.11.2016
 EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 PARTICIPANTE: MARIA ELEMIR DE CARVALHO GONÇALVES
 CARGA HORÁRIA: 40 h/a
 PERÍODO: 08 a 28.11.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: ÂNGELA MARIA DE MACEDO SENA, KENIA MARIA
RIBEIRO COSTA e MARIA ANATÉRCIA LEAL NOGUEIRA REGO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 08.11 a 12.12.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA JÚNIOR

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 09 a 29.11.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: FRANCISCO CARLOS PARENTES ELVAS FEITOSA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 09.11 a 12.12.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: CARLOS EDUARDO LOPES DE SOUZA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 14.11 a 04.12.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: SIRLÂNDIA MARIA MOUTA GONÇALVES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 14.11 a 04.12.2016

EVENTO: A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PARTICIPANTE: LYVIA ALBUQUERQUE DE MOURA

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PERÍODO: 15.11 a 12.12.2016

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: RAPHAEL ROMERO BARBOSA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 18.11 a 08.12.2016

EVENTO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO

PARTICIPANTE: ANA CRISTINA SOARES BERTULANI

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 22 a 27.11.2016
EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARTICIPANTE: LEONARDO DE OLIVEIRA RAFAEL
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 22.11 a 12.12.2016
EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARTICIPANTE: REGINA CELLE GALVÃO
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 23.11 a 13.12.2016

**CURSOS REALIZADOS PELA ENAMAT E OUTRAS ESCOLAS
JUDICIAIS (PRESENCIAIS E EAD)**

EVENTO: 4º MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
FORMADORSE EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORSE DE
ESCOLAS JUDICIAIS - GESTÃO ACADÊMICA II

PARTICIPANTES: RONILDO FONTENELE DE MENESES e
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

PERÍODO: 05 e 06.05.2016

CARGA HORÁRIA: 15h/a

EVENTO: 5º MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
FORMADORSE EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORSE DE
ESCOLAS JUDICIAIS - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTRATAÇÕES

PARTICIPANTES: RONILDO FONTENELE DE MENESES e
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

PERÍODO: 30 e 31.08.2016

CARGA HORÁRIA: 15h/a

EVENTO: 6º MÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
FORMADORSE EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORSE DE
ESCOLAS JUDICIAIS - GESTÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PARTICIPANTES: RONILDO FONTENELE DE MENESES e
FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES

PERÍODO: 08 e 09.11.2016

CARGA HORÁRIA: 15h/a

VIAGENS DA DIRETORIA

EVENTO: 48ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTE: Des. FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA e RONILDO FONTENELE DE MENESES

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

LOCAL: GOIÂNIA (GO)

PERÍODO: 03 e 04.03.2016

EVENTO: 49ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: Des. FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA, Des. MANOEL EDILSON CARDOSO e RONILDO FONTENELE DE MENESES

CARGA HORÁRIA: 08 h/a

LOCAL: CAMPO GRANDE (MS)

PERÍODO: 09 e 10.06.2016

EVENTO: 51ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: RONILDO FONTENELE DE MENESES

CARGA HORÁRIA: 12 h/a

LOCAL: RIO DE JANEIRO (RJ)

PERÍODO: 05 e 06.10.2016

<u>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO NO ANO DE 2016</u>						
<u>EVENTOS INTERNOS</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
				<u>INTEROS</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES EXTERNOS</u>	
				<u>MAGISTRADOS</u>	<u>SERVIDORES</u>	
01	Formulação de modelos no editor estruturado PJe 2º Grau	19.02.2016	05	00	18	18
02	Boas práticas na execução no novo CPC	18.03.2016	05	15	46	65
03	IV Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito (IV CONFID)	29 e 30.04.2016	15	00	29	29
04	Ciclo de palestras da VI Semana de Formação Continuada para Magistrados	09 a 11.05.2016	18	00	17	17
05	I Jornada Piauiense de Direito e Processo do Trabalho	12 e 13.05.2016	12	00	12	12
06	III Encontro de Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho	12 e 13.05.2016	12	00	16	16
07	Ferramenta PJE CLE	12.08.2016	04	01	16	17

08	Mapeamento de Processos Administrativos	29 a 31.08.2016	18		00	26	01	27
09	Curso "Transtorno mental relacionado ao trabalho: um olhar sobre o TRT da 22ª Região"	13.09.2016	03		00	37	00	37
10	Curso "A importância dos profissionais de fisioterapia no auxílio técnico aos julgamentos dos litígios trabalhistas"	13.09.2016	03		00	36	00	36
11	Execução efetiva e novo CPC	15.09.2016	06		00	11	00	11
12	VI Seminário Piauiense de Trabalho Seguro	16.09.2016	06		00	41	00	41
13	IV Encontro de Diretores de Varas do Trabalho	12 a 16.09.2016	30		00	16	00	16
14	Curso de Reciclagem Anual para Agentes de Segurança: "Segurança Orgânica - Aspectos técnicos e doutrinários"	21.09 a 20.10.2016	30		00	21	06	27

15	Workshop Aposentadoria Saudável - Aposentadoria: um novo contrato com a vida	12 e 13.12.2016	08		00	26	00	26
	<u>TOTAL</u>		<u>175</u>		<u>16</u>	<u>368</u>	<u>11</u>	<u>395</u>

<u>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO NO ANO DE 2016</u>						
	<u>EVENTOS EXTERNOS</u>	<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u>		
				<u>INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
				<u>MAGISTRADOS</u>	<u>SERVIDORES</u>	
<u>1</u>	Seminário Nacional “Como elaborar a planilha de formação de preços da IN nº 02/08 e como julgar a licitação para a contratação dos serviços contínuos”	22 a 25.02.2016	30	00	01	01
<u>2</u>	Reunião de Apresentação do Sistema de Folha de Pagamento do TRT da 24ª Região	07 e 08.03.2016	12	00	01	01
<u>3</u>	Aposentadorias e Pensões no Serviço Público – FUNPRESP – Principais inovações	18 a 20.04.2016	20	00	04	04
<u>4</u>	Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO - JT (Módulo Planejamento)	27 e 28.04.2016	11	00	01	01
<u>5</u>	Curso de formação de Analistas de Processos (Módulo 1)	19 a 21.05.2016	24	00	01	01
<u>6</u>	III Jornada Jurídica da FAESF: "O Direito como Ciência Multidisciplinar"	19 a 21.05.2016	40	00	01	01
<u>7</u>	X Semana de Iniciação Científica da Faculdade R. Sá - Tema: "Ética, Política e Desenvolvimento Sócioeconômico"	01 a 03.06.2016	40	00	01	01

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO NO ANO DE 2016						
EVENTOS EXTERNOS		DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS		TOTAL DE PARTICIPANTES
8	Palestras: "Como a governança de TI pode auxiliar no Poder Judiciário", "Ciberespionagem e vulnerabilidade na internet no Brasil" e "A importância da gestão de riscos na Administração Pública"	02.06.2016	04	00	05	05
9	Gestão Tributária de contratos e convênios - retenções e encargos tributários na contratação de pessoas físicas e jurídicas	08 a 10.06.2016	24	00	01	01
10	II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	08 a 10.06.2016	19	00	01	01
11	VIII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho (Campo Grande - MS)	08 a 10.08.2016	25	00	01	01
12	Persistência com JPA, Hibernate e EJB Lite	05 a 09.09.2016	40	00	02	02
13	Curso Boas Práticas em Sistemas Autônomos	19 a 23.09.2016	36	00	02	02
14	Treinamento em TI de implantação e instalação do SIGEP	04 a 06.10.2016	20	00	01	01
15	Seminário Nacional "Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública - Melhores práticas para atuações eficientes do fiscal e do gestor"	28 a 30.10.2016	24	00	01	01
16	JAVA - Frameworks e aplicações corporativas	07 a 11.11.2016	40	00	03	03

<u>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO NO ANO DE 2016</u>					
<u>EVENTOS EXTERNOS</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>	<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>17</u>	VII Simpósio da Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações - SOBREA	21 a 25.11.2016	30	00	01
<u>18</u>	Técnico de Alarmes e Acessórios	05 a 08.12.2016	32	00	02
TOTAL			471	0	30

ENSINO À DISTÂNCIA							
EaD		DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES			TOTAL DE PARTICIPANTES
				INTERNOS			
				MAGISTRADOS	SERVIDORES		
1	Intensivo MPT 1º Fase	23.03.2015 a 23.03.2016	30	00	01	01	
2	O Novo CPC Online	04.12.2015 a 05.06.2016	60	00	01	01	
3	Ética e Administração Pública	27.01 a 16.02.2016	40	00	01	01	
4	Introdução ao Direito Constitucional	17.02 a 18.03.2016	40	00	01	01	
5	Palestra "Prestação de contas de 2015: orientações sobre normas e procedimentos para elaboração - via internet (Youtube)"	18.02.2016	2,5	00	01	01	
6	Noções de Direito Administrativo	22.02 a 08.03.2016	120	00	01	01	
7	Contabilidade Financeira e Gerencial	01.03 a 30.06.2016	80	00	02	02	
8	Planejamento Estratégico	01.03 a 30.06.2016	110	00	01	01	
9	Ética no Serviço Público	01 a 04.03.2016	10	00	01	01	
10	Curso de Normas do Novo CPC aplicáveis ao Processo do Trabalho (IN 39/2016 - TST)	27.03 a 27.04.2016	10	00	01	01	
11	Política Contemporânea	29.03 a 18.04.2016	60	00	01	01	
12	Contabilidade Pública	01.04 a 30.06.2016	60	00	01	01	

<u>ENSINO À DISTÂNCIA</u>						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>13</u>	Português Jurídico - Turma I (EaD)	04.04 a 06.06.2016	40	00	26	26
<u>14</u>	Atualização sobre o novo Código de Processo Civil (EaD)	04.04 a 24.05.2016	40	02	36	38
<u>15</u>	Curso de sentença trabalhista e resolução de questões objetivas	11.04 a 20.07.2016	36	00	01	01
<u>16</u>	O novo Código de Processo Civil e seus reflexos no processo do trabalho	11.04 a 25.07.2016	24	00	01	01
<u>17</u>	Curso completo sobre o novo Código de Processo Civil	12.04 a 21.07.2016	32	00	01	01
<u>18</u>	Direito Administrativo para concursos das carreiras jurídicas 2015	18.04 a 17.06.2016	20	00	01	01
<u>19</u>	Curso "Novo Código de Processo Civil: uma visão bem crítica - Sujeitos do Processo"	20.04 a 16.05.2016	30	01	00	01
<u>20</u>	Modalidades, tipos e fases de licitação	26.04 a 09.06.2016	40	00	01	01
<u>21</u>	Introdução ao Direito Constitucional	29.04 a 15.06.2016	40	00	01	01

<u>ENSINO À DISTÂNCIA</u>						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u> <u>INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>22</u>	Curso de Direito Constitucional	01.05 a 23.06.2016	60	00	01	01
<u>23</u>	Lei de Responsabilidade Fiscal	02.05 a 22.06.2016	40	00	01	01
<u>24</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	02.05 a 28.07.2016	120	00	01	01
<u>25</u>	Noções de Direito do Trabalho	05.05 a 20.05.2016	120	00	01	01
<u>26</u>	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	13.05 a 11.06.2016	60	00	01	01
<u>27</u>	Gestão Orçamentária e Financeira	16.05 a 22.06.2016	40	00	01	01
<u>28</u>	Congresso de Gestão de Pessoas & Liderança	17 e 18.05.2016	15	00	01	01
<u>29</u>	Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP	17.05 a 05.10.2016	40	00	01	01
<u>30</u>	Noções básicas de Direito Civil	18.05 a 01.06.2016	40	00	01	01
<u>31</u>	Ouvidoria na Administração Pública	19.05 a 08.06.2016	20	00	01	01
<u>32</u>	Noções de Direito do Trabalho	20.05 a 23.06.2016	120	00	01	01
<u>33</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	20.05 a 11.07.2016	120	00	01	01
<u>34</u>	MS Access 2007 - Básico	01 a 27.05.2016	37	00	01	01

ENSINO À DISTÂNCIA						
<u>EaD</u>	<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>	
<u>35</u>	Atualização em Processo Civil	40	01	00	01	01
<u>36</u>	Introdução à Gestão de Processos	20	00	01	01	01
<u>37</u>	Curso de Negociação	60	00	01	01	01
<u>38</u>	Atendimento ao Público	10	00	01	01	01
<u>39</u>	Direito do Trabalho II	60	00	01	01	01
<u>40</u>	Curso de Almoxxarifado	50	00	01	01	01
<u>41</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	120	00	01	01	01
<u>42</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	120	00	01	01	01
<u>43</u>	Conexão Cidadã - Introdução à Gestão Socioambiental	15	00	01	01	01
<u>44</u>	Concordância Verbal e Nominal e Crase	20	00	02	02	02
<u>45</u>	Atualização em Gramática da Língua Portuguesa	30	00	01	01	01
<u>46</u>	Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	40	00	01	01	01
<u>47</u>	De acordo com o novo acordo	10	00	01	01	01

ENSINO À DISTÂNCIA					
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>	<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>48</u>	Cursos Online Licitações e Contratos	10 a 14.06.2016	40	00	01
<u>49</u>	Cursos Online Licitações e Contratos	13 a 30.06.2016	40	00	01
<u>50</u>	Introdução a Temas Socioambientais	14 a 22.06.2016	15	00	01
<u>51</u>	Lei de Acesso à Informação	20.06 a 10.07.2016	12	00	01
<u>52</u>	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público	22.06 a 28.07.2016	60	00	01
<u>53</u>	Atendimento ao Público	23.06 a 07.07.2016	20	00	01
<u>54</u>	Desenvolvimento de Equipes	23.06 a 13.07.2016	10	00	01
<u>55</u>	Ética e Administração Pública	24.06 a 14.07.2016	40	00	01
<u>56</u>	Introdução a Temas Socioambientais	28.06 a 10.08.2016	15	00	01
<u>57</u>	Introdução ao Orçamento Público	29.06 a 19.07.2016	40	00	01
<u>58</u>	Ética e Serviço Público	01 a 04.07.2016	10	00	01
<u>59</u>	De acordo com o acordo	01 a 06.07.2016	10	00	01
<u>60</u>	Atendimento ao Público	01 a 05.07.2016	20	00	01
<u>61</u>	Direito do Trabalho	01 a 15.07.2016	55	00	01

<u>ENSINO À DISTÂNCIA</u>						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>62</u>	Curso de Direito Constitucional	01 a 31.07.2016	60	00	01	01
<u>63</u>	Ética Profissional	01 a 31.07.2016	30	00	01	01
<u>64</u>	Direito Processual Civil	03 a 27.07.2016	60	00	01	01
<u>65</u>	Direito - O Trabalho Infantil	03 a 09.07.2016	31	00	01	01
<u>66</u>	Direito - Módulo 2	03.07 a 29.08.2016	31	00	01	01
<u>67</u>	Contratação de Trabalhadores	01 a 04.07.2016	05	00	01	01
<u>68</u>	Atendimento ao Público	04 a 07.07.2016	20	00	01	01
<u>69</u>	Introdução ao Direito Constitucional	04 a 07.07.2016	20	00	01	01
<u>70</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	04.07 a 19.08.2016	120	00	01	01
<u>71</u>	Curso de Licitações	04.07 a 19.08.2016	60	00	01	01
<u>72</u>	Concordância Verbal e Nominal e Crase	06.07 a 02.09.2016	20	00	01	01
<u>73</u>	Introdução a Temas Socioambientais	07.07 a 02.08.2016	15	00	01	01
<u>74</u>	Atendimento ao Público	07 e 08.07.2016	20	00	01	01
<u>75</u>	Administração Pública - Capacitação Gerencial	07.07 a 08.08.2016	20	00	01	01
<u>76</u>	Licitações e Contratos	07.07 a 08.08.2016	40	00	01	01

ENSINO À DISTÂNCIA						
<u>EaD</u>	<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>	
			<u>INTERNOS</u>			
<u>77</u>	Gestão de Projetos no Setor Público	07 a 25.07.2016	40	00	01	01
<u>78</u>	Introdução a Temas Socioambientais	07 a 14.07.2016	15	00	02	02
<u>79</u>	Gestão de Projetos no Setor Público	07 a 25.07.2016	40	00	01	01
<u>80</u>	Gestão de Processos	07 a 15.07.2016	20	00	01	01
<u>81</u>	Lei de Responsabilidade Fiscal	07 a 25.07.2016	40	00	01	01
<u>82</u>	Introdução ao Direito Constitucional	08 a 28.07.2016	40	00	01	01
<u>83</u>	Introdução ao Direito Constitucional	11 a 31.07.2016	40	00	01	01
<u>84</u>	Noções de Processo Civil Aplicadas ao TCE-ES	07.07 a 18.11.2016	20	00	01	01
<u>85</u>	Excelência no Atendimento	11 a 31.07.2016	20	00	01	01
<u>86</u>	Introdução a Temas Socioambientais	11.07 a 24.11.2016	15	00	01	01
<u>87</u>	Programação e Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público	14 a 26.07.2016	40	00	01	01
<u>88</u>	Direito do Consumidor	16 a 31.07.2016	120	00	01	01

ENSINO À DISTÂNCIA						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u> <u>INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>
<u>89</u>	Introdução ao Direito Constitucional	19 a 22.07.2016	20	00	01	01
<u>90</u>	Desenvolvimento de Equipes	19 a 22.07.2016	20	00	01	01
<u>91</u>	Lei de Acesso à Informação	20.07 a 09.08.2016	12	00	01	01
<u>92</u>	Curso de Direito Constitucional I	20.07 a 07.08.2016	60	00	01	01
<u>93</u>	Curso de Direito Constitucional II	25.07 a 11.08.2016	60	00	01	01
<u>94</u>	Desenvolvimento de Equipes	26.07 a 15.08.2016	10	00	01	01
<u>95</u>	Ética e Administração Pública	01 a 21.08.2016	40	00	01	01
<u>96</u>	Lei de Acesso à Informação	01 a 21.08.2016	40	00	01	01
<u>97</u>	Ética e Administração Pública	01 a 24.08.2016	40	00	01	01
<u>98</u>	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	01.08 a 02.09.2016	60	00	01	01
<u>99</u>	Curso de Direito Administrativo	01 a 31.08.2016	40	00	01	01
<u>100</u>	A Previdência Social dos Servidores Públicos	02 a 29.08.2016	30	00	01	01
<u>101</u>	Ética e Administração Pública	03 a 23.08.2016	40	00	01	01
<u>102</u>	Novo Código de Processo Civil: Uma visão bem crítica - Processo de Conhecimento	03 a 30.08.2016	40	01	00	01

ENSINO À DISTÂNCIA						
<u>EaD</u>	<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>	
<u>103</u>	Noções de Direito do Trabalho	03.08 a 07.09.2016	120	00	01	01
<u>104</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	03.08 a 07.09.2016	120	00	01	01
<u>105</u>	Curso de Direito do Trabalho II	04 a 23.08.2016	60	00	01	01
<u>106</u>	Introdução a Temas Sócio Ambientais	05 a 17.08.2016	15	00	01	01
<u>107</u>	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	06 a 26.08.2016	20	00	01	01
<u>108</u>	Noções de Direito Administrativo	06.08 a 21.09.2016	120	00	01	01
<u>109</u>	Encontro Judiciário Piauiense Sustentável	08 e 09.08.2016	12	00	01	01
<u>110</u>	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	11.08 a 14.09.2016	60	00	01	01
<u>111</u>	Direito Administrativo	12 a 21.08.2016	60	00	01	01
<u>112</u>	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	06 a 26.08.2016	60	00	01	01
<u>113</u>	Encontro de Gestores - AGEPOLJUS	16 e 17.08.2016	15	00	01	01
<u>114</u>	Ética e Serviço Público	16.08 a 05.09.2016	20	00	01	01

ENSINO À DISTÂNCIA						
EaD	DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS		TOTAL DE PARTICIPANTES	
<u>115</u>	Atendimento ao Cidadão	20	00	01	01	
<u>116</u>	Introdução à Gestão de Processos	20	00	01	01	
<u>117</u>	Processo Administrativo	04	00	01	01	
<u>118</u>	Ética na Administração Pública	08	00	01	01	
<u>119</u>	Curso Direito Constitucional	60	00	01	01	
<u>120</u>	Nova Ortografia da Língua Portuguesa	20	00	01	01	
<u>121</u>	Introdução a Temas Socioambientais	15	00	01	01	
<u>122</u>	X Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal	15	00	02	02	
<u>123</u>	Direito Processual Civil - Parte Geral e Especial	120	00	02	02	
<u>124</u>	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	20	00	01	01	
<u>125</u>	Direito Processual Civil - Recursos, Doutrina e Jurisprudência	120	00	01	01	
<u>126</u>	Direito Processual Civil - Parte Geral e Especial	120	00	01	01	

ENSINO À DISTÂNCIA						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u> <u>INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE</u> <u>PARTICIPANTES</u>
<u>127</u>	Curso "Improbidade Administrativa"	20.08 a 20.10.2016	20	00	01	01
<u>128</u>	Noções de Direito Empresarial	22 a 30.08.2016	60	00	02	02
<u>129</u>	Postgressol - Módulo DBA	22 a 26.08.2016	40	00	01	01
<u>130</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	22.08 a 22.09.2016	120	00	01	01
<u>131</u>	Atendimento ao Público	24.08.2016	20	00	01	01
<u>132</u>	Atualização em Gramática da Língua Portuguesa	24.08 a 05.09.2016	30	00	01	01
<u>133</u>	Aperfeiçoamento em Fiscalização do FUNDEB	26 a 29.08.2016	16	00	01	01
<u>134</u>	Direito Constitucional	26.08 a 04.09.2016	60	00	01	01
<u>135</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	26.08 a 12.09.2016	120	00	01	01
<u>136</u>	Curso de Direito Trabalhista	27.08 a 27.09.2016	60	00	01	01
<u>137</u>	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	29.08 a 18.09.2016	20	00	01	01
<u>138</u>	Noções de Direito Processual do Trabalho	31.08 a 16.09.2016	120	00	01	01
<u>139</u>	Ética e Administração Pública	31.08 a 27.09.2016	40	00	01	01

<u>ENSINO À DISTÂNCIA</u>						
<u>EaD</u>	<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE PARTICIPANTES</u>	
<u>140</u>	Inovando com CSS	20.08 a 01.09.2016	26	00	01	01
<u>141</u>	MS Word 2007 - Intermediário	01 a 10.09.2016	21	00	01	01
<u>142</u>	Quiz: Jogo das Novas Regras Ortográficas - Reconhecendo Texto e Contexto	01 a 11.09.2016	15	00	01	01
<u>143</u>	Windows 7	01 a 27.09.2016	12	00	01	01
<u>144</u>	Curso de Introdução ao Direito	01 a 30.09.2016	35	00	01	01
<u>145</u>	Curso Direito Processual Civil - Parte Geral e Especial	05 a 20.09.2016	120	00	01	01
<u>146</u>	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	05 a 25.09.2016	35	00	01	01
<u>147</u>	Curso Redação Oficial	14 a 29.09.2016	60	00	01	01
<u>148</u>	Noções de Direito do Trabalho	16.09 a 05.10.2016	120	00	01	01
<u>149</u>	Introdução a Temas Socioambientais	19 a 22.09.2016	15	00	01	01
<u>150</u>	Noções Básicas Sobre Planejamento Estratégico	22 a 26.09.2016	15	00	01	01
<u>151</u>	MS Powerpoint 2013 - Avançado	01 a 06.10.2016	09	00	01	01
<u>152</u>	Direito Processual do Trabalho II	01.10 a 12.12.2016	60	00	01	01
<u>153</u>	Concordância Nominal e Crase	05 a 07.10.2016	20	00	01	01

<u>ENSINO À DISTÂNCIA</u>						
<u>EaD</u>		<u>DATA</u>	<u>C/H</u>	<u>Nº DE PARTICIPANTES</u> <u>INTERNOS</u>		<u>TOTAL DE</u> <u>PARTICIPANTES</u>
<u>154</u>	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP - Módulos I e II	17 a 27.10.2016	10	00	01	01
<u>155</u>	Administração Pública Descritiva	24.10 a 02.12.2016	60	00	01	01
<u>156</u>	Introdução à Libras	25.10 a 06.12.2016	60	00	03	03
<u>157</u>	Introdução à Libras	25.10 a 05.12.2016	60	00	02	02
<u>158</u>	Noções Básicas Direito Civil II	01.11 a 12.12.2016	60	00	01	01
<u>159</u>	A Previdência Social dos Servidores Públicos	15.11 a 12.12.2016	30	00	01	01
<u>160</u>	Atendimento ao Público	22 a 27.11.2016	20	00	01	01
<u>164</u>				00	01	01
TOTAL			2995,5	05	227	232

CURSOS ENAMAT E OUTRAS EJUD's (PRESENCIAIS E EAD)

	CURSOS ENAMAT E OUTRAS EJUD's (PRESENCIAIS E EAD)	DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES			TOTAL DE PARTICIPANTES
				MAGISTRADOS	INTERNOS	SERVIDORES	
1	CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – CFF – ENAMAT – 4º MÓDULO: Gestão Acadêmica II	05 e 06.05.2016	15	00	02	02	02
2	CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – CFF – ENAMAT – 5º MÓDULO: Gestão Orçamentária e Contratações	30 e 31.08.2016	15	00	02	02	02
3	CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS – CFF – ENAMAT – 6º MÓDULO: Gestão Pedagógica em Educação à Distância	08 e 09.11.2016	15	00	02	02	02
4							
TOTAL			45	0	6	6	6

Viagens da Diretoria				
Evento	Participantes	Local	Período	
48ª Assembleia Geral Ordinária e Reuniões de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho – CONEMATRA	Des. Francisco Meton Marques de Lima e Ronildo Fontenele de Meneses	Goiânia (GO)	03 e 04.03.2016	
49ª Assembleia Geral Ordinária e Reuniões de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho – CONEMATRA	Des. Francisco Meton Marques de Lima, Des. Manoel Edilson Cardoso e Ronildo Fontenele de Meneses	Campo Grande (MS)	09 e 10.06.2016	
51ª Assembleia Geral Ordinária e Reuniões de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho – CONEMATRA	Ronildo Fontenele de Meneses	Campo Grande (MS)	09 e 10.06.2016	

